



Flávia Correia Lima Huber Costa

“JÁ ERA UMA PERSEGUIÇÃO VELADA”
Narrativas de discriminação homofóbica no
contexto militar em perspectiva interacionista

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Setembro de 2015



Flávia Correia Lima Huber Costa

**“JÁ ERA UMA PERSEGUIÇÃO VELADA”
Narrativas de discriminação homofóbica no
contexto militar em perspectiva interacionista**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Liana de Andrade Biar

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Inés Kayon de Miller

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Diana de Souza Pinto

UNIRIO

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Flávia Correia Lima Huber Costa

Bacharel em Letras – português inglês e literaturas correspondentes pela PUC-Rio em 1997. Licenciou-se em Letras - português e inglês pela Universidade Santa Úrsula em 2001. Especializou-se em Língua Inglesa pela Universidade de Taubaté (2005), em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2012) e em Língua Inglesa Avançada para Professores pelo Defense Language Institute (EUA) em 2013. Atualmente é capitão do Exército Brasileiro e exerce a função de professora de inglês no Colégio Militar de Manaus. Foi professora de inglês e tradutora na Aviação do Exército de 2004 a 2011 e em 2014. Foi professora de inglês e português para estrangeiros do Instituto Militar de Engenharia (IME) de 2012 a 2014. Atuou como professora de inglês em escolas de idiomas de 1997 a 2005.

Ficha Catalográfica

Costa, Flávia Correia Lima Huber

“Já era uma perseguição velada” narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista / Flávia Correia Lima Huber Costa; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2015.

192 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2015.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Análise de narrativa. 3. Estigma. 4. Interação. 5. Homofobia. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para Ricardo Correia Lima Huber (in memoriam)

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida e por me dar determinação e força para buscar ser sempre uma pessoa melhor.

A meus pais, Carlos e Ana Léa, pelo amor incondicional, pelo investimento na minha educação e pelo apoio a todos os meus sonhos.

A meu irmão Ricardo (in memoriam) pela amizade que transcende a vida e por ter sido um grande companheiro, inclusive nos estudos da linguagem.

À minha irmã Denise por ser a melhor pessoa do mundo e por estar comigo a todo instante, não importando os muitos quilômetros que nos separam.

Ao Fábio, meu marido, por entender a minha presença ausente nos últimos dois anos, por me apoiar nessa jornada e por passar por cima de suas crenças sociais e culturais a fim de não ser um líder militar homofóbico.

Às minhas filhas, Júlia e Laura, por colorirem meus dias com seus sorrisos tão ingênuos e por entenderem que “a mamãe também precisa fazer dever de casa”.

Ao meu cunhado Alex, por estar sempre pronto a ajudar e por preparar os slides da defesa.

À Liana de Andrade Biar, minha orientadora, por toda sabedoria e conhecimento passados; por ser tão amiga e presente; por não me deixar sozinha em nenhum instante dessa caminhada; e por entender as diversas mudanças de cidade que a vida de militar me impôs nos últimos dois anos.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Francisca, secretária da Pós-Graduação do Departamento de Letras, pela simpatia, educação notável e enorme prestatividade em ajudar sempre que solicitada.

Às amigas Célia Câmara de Araújo e Célia Regina Rodrigues Gusmão por terem me incentivado a iniciar o mestrado e por serem exemplos de mulheres, militares, mães e professoras.

À amiga Renata Martins Amaral, por todo companheirismo e apoio diário; por ter me substituído fisicamente na realização da impressão e da entrega dos exemplares desta dissertação à PUC e aos membros da Banca, de forma muito gentil e carinhosa; e por me fazer rir mesmo nos momentos difíceis do mestrado.

Às professoras do departamento de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio; especialmente Inés, Graça e Liana, por terem contribuído substancialmente com este projeto.

À companheira de farda, amiga e comadre Ariane, pela entrevista realizada com o sargento Pires.

E finalmente, a Juarez, Freitas, Augusto, Lúcio, Maurício, Lima, Guimarães, Pires e Diogo (nomes fictícios), por confiarem a mim seus segredos mais íntimos, por lutarem comigo por uma sociedade menos preconceituosa e por darem alma a esta pesquisa. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui.

A todos vocês, muito obrigada!

Resumo

Costa, Flávia Correia Lima Huber; Biar, Liana de Andrade (Orientadora). **“Já era uma perseguição velada” narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista.** Rio de Janeiro, 2015. 192p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação investiga, por meio da Análise de Narrativas informada pela Sociolinguística Interacional, a discriminação homofóbica em contexto militar. Os dados aqui apresentados foram gerados em entrevistas qualitativas com nove oficiais e praças da ativa e da reserva do Exército Brasileiro que se identificam como homossexuais. A análise, também de natureza qualitativa e interpretativista, se dá em perspectiva micro-interacional e a partir do arcabouço teórico da análise de narrativas e das noções de estigma e face. Os resultados descrevem elementos estruturais e avaliativos centrais de tais narrativas, que em geral se referem a eventos de punição disciplinar, humilhação e exclusão, cuja motivação última teria sido discriminatória. Em todas as narrativas analisadas, foi possível observar um esforço contínuo dos participantes em salvaguardar a instituição a que pertencem da imputação de responsabilidade pelos episódios de discriminação. Foram, ainda, objetos de análise os processos de estigmatização e apresentação do *self*. Assim, os participantes reconstróem suas histórias lançando mão de recursos como a formulação de *accounts* e diálogos construídos, que permitem aos narradores justificar eventos que poderiam ameaçar suas faces, bem como dar veracidade a suas histórias. Quanto à análise dos estigmas construídos e rejeitados na entrevista de pesquisa, observou-se que os processos de estigmatização da identidade gay se dão na dimensão das histórias narradas, mas não durante a interação entre entrevistadora e entrevistado. A pesquisa apresenta ainda, dados de cunho etnográfico para embasar a interpretação linguístico-discuriva. Por fim, serão discutidos, através das vozes dos próprios entrevistados, os discursos do senso comum que discriminam e estigmatizam os militares gays. Para além de seus compromissos teóricos, o trabalho busca contribuir de forma aplicada para a construção de entendimentos sobre contextos em que performances identitárias da vida social de indivíduos impactam suas relações e avaliações profissionais e institucionais.

Palavras-chave

Análise de narrativa; estigma; interação; homofobia.

Abstract

Costa, Flávia Correia Lima Huber; Biar, Liana de Andrade (Advisor). **"It was already a veiled persecution" an interactionist perspective of homophobic discrimination narratives in the military context.** Rio de Janeiro, 2015. 192p. MSc. Dissertation – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This paper investigates, through Narrative Analysis informed by Interactional Sociolinguistics, homophobic discrimination in the military context. The data presented here have been generated in interviews with nine Brazilian army officers, sergeants and enlisted, in the active and reserve service, who identify themselves as homosexual. The analysis, of a qualitative and interpretative nature, occurs within a micro-interactional perspective taking into consideration the narrative analysis theoretical framework as well as the notions of stigma and face. The results describe key structural and evaluative elements of such narratives that generally refer to disciplinary punishment events, humiliation and exclusion, which ultimately have a discriminatory motivation. In all narratives analyzed, a continuing effort of the participants in safeguarding their institution from the imputation of responsibility for the episodes of discrimination has been observed. The stigmatization processes and the presentation of *self* were also objects of analysis. The participants reconstruct their stories by means of resources such as the use of accounts and reported speeches. These resources justify events that could threaten their faces and give veracity to their stories. As far as the analysis of the stigma built and rejected in the research interview is concerned, it has been observed that the stigmatization processes of the gay identity occur in the dimension of the narrated stories, but not during the interaction between interviewer and interviewee. This research also presents ethnographic data to support linguistic and discursive interpretation. Finally, a discussion, through the voices of the interviewees themselves, about common sense discourse that discriminates and stigmatizes the gay military will be carried out. In addition to its theoretical commitments, the research aims to contribute as an applied tool to understand contexts in which the identity that individuals perform in their social lives have impact on their relationships as well as on their professional and institutional evaluations.

Keywords

Narrative analysis; stigma; interaction; homophobia.

Sumário

1 Introdução.....	11
2 Heteronormatividade, homofobia e estigma no contexto militar	20
2.1 A noção de heteronormatividade	21
2.1.1 A teoria <i>queer</i>	24
2.2 Homofobia e o contexto militar	26
2.2.1 Entendendo a homofobia	26
2.2.2 Gay pode servir o Exército?	30
2.2.3 Nossa força combatente	31
2.2.4 Preconceito nas Forças Armadas	32
2.2.5 Coesão social e coesão da missão	33
2.3 Homossexualidade como estigma	36
2.3.1 O estigma da homossexualidade na caserna	38
3 Metodologia da pesquisa	40
3.1 Posicionamento metodológico e natureza da pesquisa.....	41
3.1.1 O pesquisador <i>bricoleur</i>	43
3.1.2 Observando o contexto	44
3.2 Geração de dados e procedimentos de pesquisa.....	44
3.2.1 Participantes	45
3.2.1.1 Professora, militar, pesquisadora e entrevistadora	45
3.2.1.2 Os entrevistados.....	48
3.3 As entrevistas.....	51
3.3.1 O encontro interacional misto.....	53
3.3.2 Seleção e transcrição de dados	54
3.4 Procedimentos de análise.....	55
3.5 Implicações éticas e políticas da pesquisa	56
4 Narrativas e interação social.....	58
4.1 A emergência do estigma no encontro interacional misto.....	60
4.1.1 Estigma e trabalho de face na interação	62
4.2 Narrativas que emergem do encontro interacional	66
4.2.1 Diálogo construído e suas funções na narrativa	71
4.3 <i>Accounts</i> narrativos.....	73
5 Análise dos dados	76
5.1 Tenente coronel Freitas: perseguições veladas.....	76
5.1.1 Análise das narrativas pela estrutura laboviana.....	79
5.1.2 A produção conjunta de <i>accounts</i> narrativos.....	82
5.1.3 Distribuição difusa e individual de responsabilidade	84
5.1.4 A função do diálogo construído nas narrativas de Freitas.....	86
5.1.5 Coconstrução de significados morais	87
5.1.6 A emergência do estigma e o trabalho de face no encontro interacional	88
5.2 Capitão Lima: “Você quer que eu fale pro comandante que você é homossexual?”	90
5.2.1 A estrutura canônica da narrativa	93
5.2.2 <i>Accountability</i> na narrativa.....	95

5.2.3 Atribuição de responsabilidade e diálogos construídos.....	97
5.2.4 A construção conjunta de sentidos	99
5.2.5 O estigma do gay no alojamento	100
5.3 Capitão Maurício : “Pô, cê tá se drogando?”	102
5.3.1 A estrutura e os significados morais da narrativa.....	104
5.3.2 Atribuição das responsabilidades e a reconstrução de diálogos	108
5.3.3 O estigma do gay no comando	110
5.4 Coronel Juarez: “Cadê a sua esposa?”	111
5.4.1 Estrutura, justificativa e crenças na narrativa	113
5.4.2 Atribuição de responsabilidade	115
5.4.3 Estigma e funções de prestígio no mundo militar	116
5.5 Considerações finais do capítulo	117
 6 Homofobia na caserna e tempos de mudança.....	 119
6.1 Sexualidade e renovação do contrato	122
6.1.1 “Olha, o preconceito ainda é muito grande”	123
6.1.2 “Não faz isso que você vai se prejudicar”	125
6.1.3 “Se você é gay, você não pode mostrar que é gay”	127
6.2 O cadete gay como desviante	129
6.2.1 “Eu sentia uma necessidade total de esconder essa sexualidade”	130
6.2.2 “Não foi expulsão, foi convidado a pedir desligamento”	132
6.2.3 A AMAN como fuga de uma sociedade homofóbica.....	134
6.3 Tempos de transformação ideológica na caserna	136
6.4 Considerações finais do capítulo	140
 7 Reflexões e considerações finais	 142
7.1 Os construtos teóricos e analíticos	143
7.2 Resultado das análises	145
7.3 Contribuições da pesquisa e seus desdobramentos futuros	147
 8 Epílogo	 149
 Referências bibliográficas	 163
 Anexo 1 Convenções de transcrição.....	 170
Anexo 2 General abre polêmica sobre homossexuais entre militares (Jornal do Brasil)	171
Anexo 3 Forças Armadas têm 30 militares homossexuais reconhecidos (site G1).....	174
Anexo 4 Entrevista: Enzo Martins Peri (revista Veja)	178
Anexo 5 Obama nomeia primeiro gay assumido a liderar o Exército dos EUA (site G1)	181
Anexo 6 Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web (site G1).....	182
Anexo 7 Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera (site G1).....	186
Anexo 8: DIEx No. 711-A23/A2/GabCmEx - Circular	191

INTRODUÇÃO

“Compreender o funcionamento da homofobia, sobretudo quando é evidente que o preconceito não só reside nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições, é fundamental para aprimorar as formas de enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas e silenciosas.”

Marco Aurélio Máximo Prado

“A escola tá pensando em contratar uma instituição de ensino superior pras matérias que nós não temos professor. Então essa instituição de ensino superior completaria a nossa grade. E daí surgiu a pergunta: ‘Mas ... a gente sabe que nessas faculdades, universidades têm muito homossexual e tal. Imagina um homossexual indo dar aula para os nossos alunos! A consequência...’ E aí a pauta começou a mudar de figura, a mudar o foco; passou a ‘como evitar que um homossexual venha dar aula para os alunos da escola’. E aí eles chegaram a essa conclusão: ‘vamos fazer uma semana de aula teste, e se a pessoa demonstrar, no caso do homem, nitidamente ser homossexual - trejeitos, jeitos de falar e tal -, se acha uma forma de eliminá-lo’. Ainda tem gente que se incomoda com a possibilidade de ter um viado dentro da sala de aula.”

Tenente Coronel Augusto – atualmente servindo em uma escola militar do Exército Brasileiro, em conversa pelo whatsapp em junho de 2015.

Fenômeno não restrito ao contexto brasileiro, a homofobia no meio militar parece apoiada em certos estereótipos que equacionam, em especial – mas não exclusivamente –, o homem militar aos signos da chamada masculinidade hegemônica (CONNEL, 1987). Tradicionalmente, compõem o imaginário sobre o militar os ideais espartanos de força física e emocional, resistência e comando, coragem e combatividade. Em oposição a tais signos, estariam outros estereótipos que tendem a associar certas identidades gays à sensibilidade, fragilidade, vaidade e fraqueza. O resultado da difusão discursiva dos dois estereótipos cria uma ideia de que o homem gay não poderia atender aos requisitos necessários às funções militares, e que sua mera presença na caserna interferiria negativamente na coesão da tropa, isto é, nos vínculos afetivos e de trabalho que garantem, no discurso militar, a unidade do grupo (ROCHA, 2011).

Embora não seja legalmente vetada a entrada de homens que se identificam como gays nas Forças Armadas brasileiras, algumas práticas cotidianas e institucionais na caserna sugerem crenças e atitudes homofóbicas da parte de militares. Dentre as sanções aplicadas aos militares que voluntariamente (ou forçadamente) “saem do armário” ou àqueles cujas performances sexuais e identitárias, mesmo quando não declaradamente gays, estão sob a mira da vigilância heteronormativa (LOURO, 2000; 2004, BORRILLO, 2010), incluem-se assédio moral, violência física e até mesmo exclusão das Forças Armadas.

A história descrita, no início deste capítulo, por um dos participantes da presente pesquisa é bastante prototípica no que se refere à homofobia no meio militar no contexto brasileiro. Ao longo deste trabalho, que trata precisamente das narrativas de opressão homofóbica no Exército Brasileiro, foi possível perceber que o preconceito contra gays nessa instituição não se dá de forma aberta, mas veladamente, principalmente devido às questões jurídicas que proíbem a discriminação no país. No entanto, apesar das leis, o Exército Brasileiro é composto por homens e mulheres originários de uma sociedade ainda preconceituosa, e, por isso, trazem para a caserna seus conceitos e julgamentos morais provenientes do próprio meio cultural, religioso e social de que fazem parte.

O interesse em pesquisar a homofobia no contexto militar surgiu a partir das minhas experiências pessoais na caserna – posteriormente etnográficas – onde atuo como professora militar do Exército Brasileiro. Durante as atividades profissionais e na convivência diária em um ambiente predominantemente masculino – as mulheres representam apenas 6,34% do efetivo total de militares do Exército –, não foram poucas as vezes em que discursos e práticas discriminatórias e excludentes, com foco na estigmatização de gênero e sexualidades não normativas, emergiram sem consequências éticas e administrativas. Ao longo dos anos, fui percebendo que esses militares homossexuais eram profissionais competentes, cumpriam o expediente, realizavam suas tarefas, honravam suas fardas, marchavam com a mesma vibração – como tantos outros de orientação heterossexual –, mas eram discriminados apenas por conta de uma sexualidade que os estigmatizava e marginalizava dentro dos quartéis. E é deste contexto – em que performances identitárias e sexuais da vida social de militares gays passam a interferir em suas

relações e avaliações profissionais na caserna – que trato no presente trabalho. Faço isso em perspectiva micro-interacional e a partir de uma análise discursiva que privilegia os modos narrativos (BASTOS, 2003; 2008; BASTOS e BIAR, 2015). Deste modo, o presente estudo investiga discursos sobre discriminação homofóbica no contexto militar no Brasil a partir de narrativas de nove militares homossexuais da ativa e da reserva do Exército Brasileiro, e se debruça sobre a materialidade discursiva de entrevistas qualitativas (BASTOS e SANTOS, 2013) geradas para o trabalho.

Durante o percurso de pesquisa, foram transcritas as entrevistas dos nove participantes, todas realizadas fora da caserna, em geral em ambiente doméstico, por mim e pela capitã Ariane (minha colega da turma de formação de oficiais), e com militares de diferentes patentes que se identificam como homens gays. As entrevistas serão tratadas, no percurso analítico, como encontros sociais legítimos, em que os atores sociais envolvidos estão constante e dialogicamente coconstruindo significados para si e suas ações de maneira situada (MISHLER, 1986; BASTOS e SANTOS, 2013). O objetivo das entrevistas era ouvir histórias de opressão homofóbica conforme contadas por militares que alegam ser vítimas de perseguições dessa natureza em seu ambiente de trabalho. Tais interações mesclaram características da entrevista semiestruturada com as da entrevista em profundidade (MINAYO, 1993), já que combinaram a existência de um roteiro prévio de perguntas fechadas e abertas com momentos livres de conversa (BRUNO, 2013), que por vezes se estendiam por muitas horas.

No caso específico da presente pesquisa, as entrevistas configuram-se ainda como “encontros sociais mistos”, definidos por Goffman (1988) como aqueles que reúnem face a face identidades projetadas como estigmatizadas e não estigmatizadas.

O paradigma de pesquisa adotado no processo analítico da pesquisa foi o qualitativo e interpretativista (DENZIN e LINCOLN, 2006; GAMSON, 2006). Assumi, naturalmente, a perspectivização de meu olhar para os dados, uma vez que, por um lado, não acredito na possibilidade de distância social em relação a meu

objeto e, de outro, aposto no caráter situado e transitório dos conhecimentos construídos em pesquisa (BECKER, 2009).

Em termos de organização, apoiada na proposta de Biar (2012), a análise dos dados será discutida em duas lâminas de análise: Na primeira lâmina, uma análise das narrativas de experiências de opressão vividas pelos militares entrevistados será proposta. Destarte, a análise que se desenvolverá na primeira lâmina descreve os elementos estruturais e avaliativos centrais de tais narrativas, a partir do modelo fundador de Labov (LABOV e WALETZKY, 1967; LABOV, 1972; 2013).

A segunda lâmina lança o foco sobre a interação entre entrevistador e entrevistado, tendo como base as categorias de face, estigma e *self* (GOFFMAN, 1959, 1967 e 1988). Assim sendo, seguindo as indicações metodológicas propostas por Biar (2012), a pesquisa se beneficia de categorias goffmanianas sobre a apresentação emergente do *self* e do manejo interacional entre entrevistadora e entrevistado (GOFFMAN, 1959; 1988; entre outros), diante dos estigmas potenciais. Portanto, a segunda lâmina tratará dos aspectos situados e sócio-históricos tornados relevantes pelos interlocutores.

A esse respeito, e ainda com base em conceitos de Goffman, a pesquisa está orientada por contribuições interacionistas que elegem o encontro social face a face ou mediado como objeto de pesquisa (GOFFMAN, 1964). Está voltada, portanto, para a análise das práticas de linguagem que fundam esses encontros, em que se negociam as definições da situação e das identidades. Além disso, pode-se considerar que, por conta de minha inserção no contexto militar, no qual atuo há doze anos como professora, atualmente no posto de capitão, o trabalho se utiliza de reflexões de cunho etnográfico no auxílio às práticas interpretativas que dão conta da análise dos dados.

Em termos acadêmicos, embora haja uma quantidade substancial de pesquisas sociais que se debruçam sobre a homofobia, a discussão sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras ainda é relativamente recente e pouco abordada. Raras são as pesquisas acadêmicas voltadas para o tema específico

em questão. Destarte, esta pesquisa se faz relevante por tentar preencher uma lacuna pouco estudada no meio acadêmico e por tratar de um assunto ainda polêmico, restrito e estigmatizante nas Forças Armadas (ROCHA, 2011).

Os trabalhos existentes sobre tema, em sua maioria, lidam com a questão sob uma perspectiva jurídica, como por exemplo, o de Rocha (2011), cujo foco recai sobre os direitos dos militares homossexuais. Outras pesquisas, como a de Leite e Neto (2013) e Moita Lopes (2004), observam a homofobia na caserna através da análise de fatos tratados pela mídia. Este trabalho, por outro lado, visa abordar o problema social da homofobia nos quartéis focando no discurso dos próprios militares homossexuais que se dispuseram a participar desta pesquisa contando suas histórias de vida (LINDE, 1993).

Como pesquisadora inserida nas práticas da Linguística Aplicada (LA) contemporânea, acredito que o fazer científico é um fazer político que precisa estar relacionado a questões sociais (MOITA LOPES; 2006). Assim, não há como fechar os olhos para situações complexas da vida social e negligenciá-las na academia. É necessário criar espaço para a problematização de discursos que marginalizam aqueles que não se encaixam no estereótipo essencializante do homem heterossexual (GAMSON, 2006; MOITA LOPES, 2006) e dar voz aos estigmatizados no contexto social dos quartéis brasileiros.

Rajagopalan (2011) afirma que fazer LA na contemporaneidade é “nada mais do que pensar a linguagem no âmbito da vida cotidiana que nós estamos levando”. Para Fabrício (2006, p. 48), a linguagem é na verdade uma prática social. Assim, o estudo da linguagem nos permite entender “a sociedade e as culturas das quais ela é parte constituinte e constitutiva”. A autora alega que nossas práticas discursivas refletem “escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social”.

A LA possui uma natureza interdisciplinar/transdisciplinar ao apoiar-se em disciplinas diversas como a psicologia, antropologia, sociologia, linguística, entre outras, para entender problemas sociais nos quais a linguagem tem um papel central

(MOITA LOPES, 2006). Portanto, é crucial que o linguista aplicado olhe para as práticas sociais e discursivas nas quais está inserido e problematize-as através de escolhas éticas, pensando em alternativas para o futuro. Ainda de acordo com Moita Lopes (2006, p.22),

politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social são parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA. Assim, a LA necessita da teorização que considera a centralidade das questões sociopolíticas e da linguagem na constituição da vida social e pessoal.

Acredito que estamos vivendo um tempo em que é necessário questionar o discurso dominante e desinstalar verdades criadas que visam definir o sujeito social como homogêneo. A LA é um caminho para problematizar as diferenças e desconstruir o discurso que marginaliza os seres humanos em razão de suas religiões, raças, cores, gênero, classe social, desejo sexual, etc. Moita Lopes (2006, p.27) nos convida a pensar sobre o papel da LA apresentando

a possibilidade política de que a pesquisa contemple outras histórias sobre quem somos ou outras formas de sociabilidade que tragam para o centro de atenção vidas marginalizadas do ponto de vista dos atravessamentos identitários de classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade, etc. Esse percurso parece essencial, uma vez que tais vozes podem não só apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo como também colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que redescreve a vida social e as formas de conhecê-la.

Dentro desse espírito da LA, o objetivo desta pesquisa não é apontar culpados por perseguições homofóbicas na caserna, tampouco visou resolver o problema do preconceito contra homossexuais no Exército Brasileiro. Na verdade, intenciono, principalmente, criar inteligibilidades sobre o assunto e colocar em pauta uma questão que precisa ser exposta e problematizada para que haja entendimentos produtivos sobre o fenômeno. Assim sendo, proponho quatro perguntas de pesquisa que nortearam o processo analítico dos dados.

1. Que narrativas de opressão estão presentes na fala de militares gays, e como elas se organizam?
2. Como esses militares discursivizam seus sentimentos em relação a sair do armário no Exército atualmente?

3. Que estigmas são tornados relevantes e como eles são negociados na entrevista de pesquisa, tomada como encontro misto?
4. Quais são os discursos homofóbicos do senso comum que embasam as práticas discursivas da caserna?

No intuito de dar conta dos objetivos citados acima, o trabalho apresenta-se dividido em sete capítulos a serem descritos a seguir.

Neste primeiro capítulo, exponho a temática principal do trabalho bem como campo de pesquisa no qual ele está inserido. Algumas reflexões sobre a visão de linguagem compartilhada aqui são discutidas e por fim, a ordenação dos capítulos é apresentada.

No segundo capítulo, farei uma revisão sobre a literatura que trata ainda dos conceitos de heteronormatividade, homofobia e estigma. Nesse capítulo, serão apresentados um panorama histórico sobre a homofobia e a homossexualidade, conceituações sobre estigma e algumas discussões a respeito da presença de gays nas Forças Armadas.

O terceiro capítulo abordará a metodologia da pesquisa. Serão descritos os procedimentos de construção dos dados, os sujeitos da pesquisa, bem como os contextos nos quais os dados foram gerados e analisados. Serão ainda apresentadas as perguntas de pesquisa que norteiam o processo analítico dos dados. No mesmo capítulo, será abordado o conceito de encontro interacional misto (GOFFMAN, 1964, 1980, 1988) com o objetivo de avaliar a interação estudada através de uma lente micro discursiva. Por fim, as questões éticas que permeiam esta pesquisa serão discutidas.

O quarto capítulo se debruça sobre o arcabouço teórico da primeira lâmina de análise que tem como base os pressupostos da sociolinguística interacional fundamentados principalmente pelos estudos de Goffman (1959; 1964; 1967; 1974) e Gumperz (1982). O foco recai também nos conceitos teóricos da segunda lâmina de análise proposta, ou seja, as narrativas. As narrativas, por sua vez, são entendidas aqui como uma prática discursiva que organiza a vida social (BASTOS, 2003;

2004; 2008; BASTOS e BIAR, 2015; DE FINA, 2009 entre outros). Ao longo do capítulo, serão apresentadas as categorias que serão usadas para a análise dos dados. São elas: (i) a estrutura narrativa e a identificação das construções canônicas identificadas como narrativas de discriminação homofóbica; (ii) a função dessas histórias na produção de *accounts* narrativos (DE FINA, 2009) e as estratégias usadas na construção de significado moral das ações narradas e; (iii) a relação entre os aspectos situados da entrevista de pesquisa e o conceito de estigma e trabalho de face.

No capítulo 5, realizo a análise de narrativas de quatro entrevistados com base nos autores e categorias analíticas descritas no capítulo 4. Busquei, primeiramente, olhar para as narrativas através das categorias labovianas. Enquanto algumas narrativas seguiram mais fielmente o modelo canônico de Labov, outras não apresentaram seus movimentos retóricos de forma tão constante. Ao longo da análise, observei o uso de *accounts* para justificar sanções disciplinares e perseguições homofóbicas, bem como fornecer esclarecimentos e informações sobre histórias de preconceito. Outro aspecto ressaltado na análise foi a atribuição de responsabilidade pela discriminação sexual. O uso de diálogo construído foi uma estratégia recorrentemente utilizada pelos participantes da pesquisa para (re)construir e (re)significar eventos contados na interação, criando, assim, inteligibilidades sobre a discriminação na caserna. Ainda no capítulo 5, busquei observar o estigma e o trabalho de face em duas dimensões (i) na interação entre entrevistado e entrevistadora. e (ii) na dimensão das histórias narradas. Investiguei também, o manejo interacional utilizado por mim e pelos entrevistados a fim de salvaguardar a instituição a qual pertencemos, protegendo, assim, nossas próprias faces - afinal, fazemos parte da Força.

O capítulo 6 envolve uma reflexão embrionária de cunho etnográfico sobre as práticas homofóbicas na caserna. Nesse capítulo, trechos das entrevistas foram selecionados com o objetivo de complementar entendimentos sobre os discursos e as práticas de discriminação sexual no contexto militar. Não será feita uma análise linguístico-discursiva dos dados, mas uma reflexão sobre as crenças e valores presentes nos discursos dos militares. A partir da observação dos participantes da pesquisa, procurarei mostrar que episódios de discriminação sexual nos

aquartelamentos são construídos recorrentemente. Ao final, uma breve consideração sobre mudanças ideológicas e comportamentais no que diz respeito à homofobia no contexto militar será feita tendo como base os relatos de militares gays.

No capítulo 7, nas considerações finais, resumirei o trabalho e farei uma breve reflexão a respeito das contribuições e limitações da pesquisa. Ao término do capítulo, encaminhamentos para pesquisas futuras serão indicados.

Por fim, apresento o capítulo 8, o epílogo, que foi acrescentado à dissertação após a defesa em setembro de 2015. Trago aqui dados reais de manifestações de militares heterossexuais ao tomarem conhecimento da pesquisa. Também serão apresentados fatos relevantes relacionados à questão da homofobia no contexto militar, que ocorreram logo após a aprovação deste trabalho. A análise dos dados apresentados no capítulo 8 ficará reservada a trabalhos futuros, cujo objetivo será mapear os discursos homofóbicos de ordem macro, ou seja, além da interação entre entrevistadora e entrevistado.

HETERNORMATIVIDADE, HOMOFOBIA E ESTIGMA NO CONTEXTO MILITAR

“Eu tive muito conflito sim, muitos conflitos pessoais, internos; medo de ser descoberto; medo do meu pai descobrir. E isso eu levei durante a carreira inteira. (...) Aos poucos, com o tempo, isso deixou de ser o foco, mas eu sofri muito. ”

Coronel Juarez (entrevista em agosto de 2014)

Durante o processo analítico dos dados e ao longo da pesquisa de um modo geral, busquei entender como acontece a homofobia em nossa sociedade. Pude perceber como o sujeito que foge à norma heterossexual é frequentemente construído discursivamente de maneira antiética e destrutiva (MOITA LOPES, 2004). Percebi, por exemplo, que a recente manifestação em redes sociais sobre a aprovação do casamento gay nos Estados Unidos, em junho de 2015, desencadeou uma série de comentários e ofensas contra gays. Durante este episódio, ficou claro que a grande parte da sociedade ainda discrimina, ridiculariza e ofende quem se identifica como homossexual. E não só isso, ficou claro também que há uma parcela de nossa sociedade que se ofende com a homossexualidade do outro e com a luta pelo fim da discriminação. Assim sendo, percebo que “é necessário trazer à tona a consciência do que fazemos com as pessoas quando usamos a linguagem e construímos o mundo social ao mesmo tempo” (MOITA LOPES, idem, p. 2). Ainda de acordo com o autor, “em sociedades democráticas, razões éticas deveriam ser as forças motivadoras subjacentes a escolhas discursivas específicas”. Portanto, se o discurso tem essa importância na vida contemporânea, é essencial criar uma consciência sobre a violência moral e psicológica que pode ser ocasionada por práticas discursivas discriminatórias e opressoras. Assim sendo, os episódios de homofobia não envolvem apenas violência física, mas também violência moral e psicológica, que por muitas vezes é tão ou mais prejudicial do que a violência corporal. A violência simbólica apresenta diversas facetas, podendo se dar em forma de perseguição, ameaça, sarcasmo, piada e até mesmo brincadeira (BORRILLO, 2010; FLEURY e TORRES, 2010). Assim, não é incomum encontrar militares homossexuais que “se trancam em seus armários” por medo de retaliação por conta de sua orientação sexual.

Para entender as histórias contadas pelos participantes desta pesquisa, se faz mister discutir alguns conceitos preliminares que servirão como base teórica para a análise. Desta forma, neste capítulo abordarei inicialmente o conceito de heteronormatividade, homofobia de forma ampla, e posteriormente, discutirei a questão da homofobia no contexto militar. Será abordada ainda, no âmbito sociológico, a própria noção de normalidade e estigma (GOFFMAN, 1980).

2.1

A noção de heteronormatividade

“Eu não tenho vontade nenhuma de sair por aí dando bandeira, dando pinta ou andar com roupas de mulher. Não por conta de pressão da sociedade, mas porque eu não me sinto bem. Eu sou homem, nasci gostando de homem, mas eu gosto de ser homem.”

Capitão Lúcio (entrevista em outubro de 2014)

“Infelizmente o gay hoje, no Exército, ele é mais odiado, digamos assim, do que um ladrão, do que um babaca que sacaneia os outros. Isso, infelizmente...”

Tenente Coronel Augusto (conversa pelo *whatsapp*, em agosto de 2015)

As sexualidades discursivamente construídas propagam os efeitos normalizadores e disciplinadores do determinismo biológico que atendem aos interesses do patriarcalismo e do capitalismo a fim de manter o poder hegemônico (MOITA LOPES, 2004). Segundo o autor,

nenhuma identidade social foi mais essencializada do que a sexualidade. As explicações biológicas para a sexualidade foram muito influentes na construção do senso comum e, na verdade, dos discursos de especialistas a partir da última parte do século XIX. Tais discursos foram hábeis na descrição de desejos sexuais específicos e na revelação dos traços e experiências comuns compartilhadas pelos membros de cada elemento da dicotomia homossexual-heterossexual. Foi desse modo que o ‘homossexual’ se tornou um membro de uma espécie e seu desvio da heterossexualidade genital foi então proclamado (2004, p.3).

A palavra “heteronormatividade”, que possui etimologia grega (hetero – diferente) e latina (norma - esquadro), designa situações nas quais orientações sexuais que fujam do padrão aceito socialmente como normal e natural – isto é, a norma heterossexual –, sejam marginalizadas, estigmatizadas e perseguidas através das práticas sociais e políticas. A crença de que o ser humano deve se encaixar no binarismo sexual e de que as relações sexuais normais e aceitáveis são aquelas

praticadas por um indivíduo do sexo masculino com outro do sexo feminino normatizam a heterossexualidade como sendo a única orientação legítima e admissível. De acordo com o princípio da heteronormatividade, um indivíduo deveria se enquadrar dentro das normas sociais masculinas ou femininas.

A heteronormatividade abarca a ideia de que o sexo, a identidade de gênero, o papel social de gênero e a sexualidade, estão diretamente vinculados à genitália do indivíduo. Assim sendo, o ser humano deveria seguir padrões sociais avaliados como normais, apropriados e aceitáveis de acordo com seu sexo biológico, dentro da dicotomia homem/mulher.

Borrillo (2010, p.31) define heteronormatividade como um modelo de sexualidade que seria superior às demais. De acordo com o autor,

a heterossexualidade aparece assim como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa -- e o ideal que ela encarna -- é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.

O conceito de heteronormatividade para Louro (2000, 2004) abarca não apenas a questão de gênero, mas de raça e classe social também, naturalizando o homem branco, heterossexual de classe média urbana e cristão como uma identidade de referência social. Qualquer identidade que fuja desta identidade padrão e “não-problemática”, torna-se uma identidade marcada. Segundo Louro, a identidade referência torna-se invisível, pois não precisa ser explicada. Assim, podemos dizer que causaria estranheza caso alguém se apresentasse e dissesse “sou heterossexual”, pois a norma é uma identidade presumida e suposta. Outras formas de ser que fujam à norma tornam-se marcadas, contrariando aquilo que é esperado socialmente. Outro aspecto relevante apontado pela autora é o fato de uma identidade que foge à norma ser “representada não apenas por comparação à identidade hegemônica, mas a partir de um olhar hegemônico, daí que, muitas vezes, a identidade marcada não pode falar por si mesma” (LOURO, 2000, p. 9).

A naturalização da identidade heterossexual impõe aos indivíduos uma constante cautela a respeito de suas performances sociais e sexuais para que sejam aceitos e categorizados como normais. Segundo Louro,

a vigilância volta-se, então, explicitamente, para os corpos. Uma vigilância que é exercida não somente a partir do exterior, da obediência às regras, aos preceitos ou aos códigos, mas que é exercida pelo próprio indivíduo que, precocemente, aprende a se examinar, controlar, governar. (idem, p. 10)

A identidade masculina branca e heterossexual é considerada a mais natural e não problemática, e por isso, invisível. Por outro lado, essa é também a identidade mais vigiada e controlada pela família, escola e sociedade, que “realizam um investimento continuado e cuidadoso no sentido de garantir a ‘aquisição’ da heterossexualidade” (LOURO, 2000, p. 10).

Ainda na mesma linha de pensamento, Nelson (2006, p.229) aponta que “geralmente, uma identidade sexual não marcada provavelmente seria vista como heterossexual, como parte da categoria normativa que não tem necessidade de se autonegar”. Assim sendo, qualquer indivíduo que tenha performances sexuais não marcadas (isto é, livre de expressões corporais consideradas socialmente como atitudes homossexuais) é considerado, *a priori*, como um cidadão heterossexual. Ainda segundo a autora, o objetivo do binário heterossexual/ homossexual não é neutro e não visa apenas descrever as identidades sexuais, mas regulá-las em uma taxonomia fixa. Esse sistema classificatório, intrínseco às relações de poder, dá ao padrão homossexual uma classificação negativa e coloca o comportamento heterossexual como centro do que é correto, criando assim a ideia de *normal* e *desvio* (NELSON, 2006; LOURO, 2000, 2004).

Um dos objetivos desta pesquisa é discutir a crença de que o padrão heteronormativo é o único que deve ser aceito e respeitado. No contexto militar, a aceitação social de quem foge à figura do homem masculinizado é mínima. Ainda vivemos um cenário de discriminação sexual, protagonizado por indivíduos cujos valores morais afastam o gay das possibilidades de uma convivência social livre de preconceitos. É justamente para esse cenário que volto o meu olhar neste trabalho. Busco aqui abrir espaço para uma reflexão a respeito de outras formas de sexualidades consideradas imorais e antinaturais e anormais, a fim de contribuir

para entendimentos sobre uma questão ainda pouco discutida de maneira aberta no contexto militar. É importante repensar nossas práticas discursivas, pois “quando os participantes se engajam no discurso agem tanto sobre significados que são sócio-historicamente dados, (...) como também sob significados que eles próprios geram nas práticas discursivas em que se localizam” (MOITA LOPES, 2004, p.7). Compartilho da ideia de Moita Lopes (2004, p.12), baseado no pensamento de Foucault, sobre a existência de um ‘regime de verdade’ que bane o debate sobre homoerotismo das instituições disciplinares tais como o próprio Exército. Assim sendo, acredito que esta pesquisa, através de um olhar etnográfico, possa contribuir de forma aplicada para a necessidade de observar nossas práticas discursivas dentro da caserna - mais um ambiente onde “a atitude antiética em relação ao homoerotismo é prevalente” (MOITA LOPES, 2004, p. 19).

2.1.1

A Teoria *Queer*

No final dos anos 80, começou a ser desenvolvida a teoria *queer*, que busca desconstruir e desnaturalizar as categorias hegemônicas de sexo, gênero e sexualidade (masculino – feminino; homem – mulher; heterossexual – homossexual). A teoria *queer* investiga e critica as regras que controlam os corpos e as sexualidades, ou seja, a própria ideia de heteronormatividade (LOURO, 2000).

Inicialmente, é relevante entender que a palavra “*queer*”, que vem da língua inglesa, era, no passado, usada de forma pejorativa para designar pessoas cujas performances identitárias não correspondiam ao padrão heteronormativo. *Queer* era traduzido como “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2004, p. 38). Posteriormente, os movimentos LGBT se apropriaram do termo para mostrar que ser diferente da norma heterossexual não significa ser anormal (LEWIS, 2012). Mais tarde, no final dos anos 80 e início dos anos 90, surge a teoria *queer* com trabalhos de autores como Judith Butler (1990, 1993) e Eve Kosofsky Sedgwick (1990, 1994 *apud* LEWIS, 2012) que passam a entender o termo “*queer*” como uma prática de vida que se opõe às normas heterossexuais aceitas socialmente.

Para Judith Butler, a identidade de gênero é performativa, e é construída na linguagem, pelos atos de fala que a nomeiam. Para a autora, o gênero não é uma condição pré-discursiva e inata ao ser humano (*apud* LEWIS, 2012), mas é uma construção sócio-histórico-cultural. Na mesma linha, Louro (2000, p.6) defende que “a linguagem exerce uma função central no processo de construção social”. O gênero não é um atributo essencial do corpo, mas é constituído pelo que a pessoa faz frequentemente dentro de um sistema de restrições sociais e políticas. Compartilhando das mesmas ideias, Moita Lopes (2004, p. 4) defende que a sexualidade é uma identidade socialmente construída de acordo com a maneira que aprendemos a nos representar à luz de como os outros nos representam e vice-versa. Para o autor, (2004, p. 4)

a sexualidade é, portanto dinâmica, o que implica que podemos construir objetos diferentes de desejo em momentos diferentes da vida ou em práticas discursivas diferentes: podemos nos posicionar, diferentemente, por meio da *performance* de identidades sexuais diferentes. As sexualidades são, portanto, compreendidas, atualmente, como fluidas e interconectadas de modos complexos.

Teóricos como Butler e Foucault (*apud* LEWIS, 2012) acreditam que não apenas o gênero é construído socialmente, mas o sexo também. Embora haja quem acredite que o sexo biológico seja uma realidade universal, um fato; os teóricos *queer* afirmam que o sexo também é (re)produzido nos discursos e nas práticas sociais. Lewis (2012, p. 51), baseada em Butler, alega que “o corpo não tem um sexo até o discurso lhe dar este significado, no contexto das relações de poder. A repetição deste discurso no decorrer do tempo criou a ideia de sexo como algo natural ou essencial”.

Nessa ótica, as identidades sexuais deixam de ser entendidas como resultantes de características biológicas e passam a ser compreendidas como constituídas em relações de poder social e político. Dentro de um contexto social, histórico e cultural, algumas identidades gozam de legitimidade e autoridade enquanto outras são vistas como desviantes e anormais.

Ainda em consonância com o pensamento *queer*, que questiona a especialização da heteronormatividade, Rocha (2011, p.141) afirma:

Indiscutivelmente, toda a forma de hegemonia, incluindo a do padrão heteronormativo, vem sendo paulatinamente desconstruída para dar espaço às identidades coletivas e seus modos de ser e de viver, numa fusão de horizontes que une, fragmentando. A modernidade e a contemporaneidade argumentam tanto com o direito das minorias, quanto com o direito à liberdade de desenvolvimento da personalidade humana, buscando a interação entre o eu e a sociedade, num diálogo permanente.

2.2

Homofobia e o contexto militar

“Na escola os superiores falavam que se houvesse na turma algum ladrão, algum homossexual ou algum desvio assim, de caráter, quem tinha que mandar embora era a própria turma.”

Capitão Lima (entrevista em abril de 2014)

O principal ponto desta pesquisa é entender como ocorre o fenômeno da homofobia no Exército Brasileiro. Assim, faz-se necessário fazer uma retrospectiva histórica sobre o tema a fim de entendermos suas origens socioculturais.

Início a seção com um panorama histórico do preconceito contra as identidades homossexuais. Posteriormente, discutirei a questão da presença e permanência de gays no Exército Brasileiro. Estes são tópicos relevantes para situar o contexto desta pesquisa.

2.2.1

Entendendo a homofobia

A homofobia é considerada, em termos gerais, como uma atitude de hostilidade contra homens e mulheres homossexuais. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1971 nos Estados Unidos. Derivada dos termos gregos *homos* - o mesmo, e *phobikos* - ter medo ou aversão a (BORRILLO, 2010; FLEURY E TORRES, 2010). De acordo com Borrillo (2010, p.34), a homofobia

pode ser definida como a hostilidade geral psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia

organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas.

Baseada na supervalorização de uns em detrimento de outros, trata-se da mesma lógica irracional de outras formas que inferiorização, tais como o racismo, o xenofobismo, a misoginia e o antissemitismo. No entanto, enquanto esses parecem estar mais cobertos por leis específicas de proteção, a homofobia ainda é tratada por muitos como uma opinião de bom senso. Trata-se de um fenômeno de intolerância que envolve comportamentos de rejeição a gays e lésbicas, podendo chegar ao ódio. Seus efeitos são consequentes, “pois além dos sujeitos sociais estigmatizados serem afastados da fruição de determinados direitos, a marginalização dá azo ao isolamento físico, obstaculizando sua completa integração na comunidade” (ROCHA, 2011, p.140). A discriminação é iniciada quando indivíduos não apenas constatarem a diferença, mas inserem valores e passam a se julgar superiores aos outros. Os próprios termos usados para descrever as relações homossexuais já repassam uma carga semântica extremamente negativa e subjulgadora:

Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma – outras tantas designações que durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. (BORRILLO, 2010, p. 13, grifos do texto original)

O fenômeno da homofobia é bastante complexo e pode se manifestar de formas variadas, como insultos e piadas que ridicularizam o indivíduo homossexual, chegando a formas mais brutais e agressivas que se manifestam em violência física como surras, assaltos e até mesmo homicídio. Portanto, a luta pelo combate à discriminação contra gays e lésbicas, travestis e transexuais ainda tem um longo caminho a percorrer, pois se trata de um conceito enraizado nas sociedades. No Brasil, por exemplo, até o ano de 1985, o “homossexualismo” era classificado como doença pelo Conselho Federal de Medicina. Por sua vez, a Organização Mundial de Saúde (OMS) só retirou o termo da classificação de doenças em 1991 (FLEURY e TORRES, 2010). Apesar da mudança de posicionamento desses órgãos, o pensamento e as crenças da sociedade só mudam ao longo da história, através da problematização e discussão a respeito do preconceito e suas consequências. A discriminação contra homossexuais é, na

verdade, uma construção socio-histórica-cultural e, para ser combatido, precisa ser tratada e descortinada.

Durante todo o período da Antiguidade Grega e Romana, os comportamentos homossexuais eram considerados legítimos. Naquela época sequer havia o conceito de homossexualidade, pois as relações entre indivíduos do mesmo sexo eram consideradas legítimas. Os precursores da hostilidade contra gays e lésbicas vêm da tradição judaico-cristã. Somente após o surgimento do cristianismo, os atos homossexuais passaram a ser vistos como pecados. Aqueles que os praticam, além de serem pecadores, são ainda compreendidos como indivíduos anormais que contrariam a natureza divina (BORRILLO, 2010 p.43). Esta visão religiosa negativa a respeito de práticas sexuais não reprodutivas direcionou a sociedade para a crença de que a homossexualidade é uma doença que se opõe à condição normal e saudável denominada ‘heterossexualidade’ (FLEURY e TORRES, 2010, p. 29).

O pensamento judaico-cristão foi responsável não apenas pelo surgimento da ideia de homossexualidade, mas também pela normatização de alguns conceitos que até os dias atuais estão presentes em nossa sociedade. Entre eles, está o conceito de androcentrismo; isto é, uma visão de mundo patriarcal, na qual a figura e o pensamento do indivíduo do sexo masculino têm relevância e predominância. Outro conceito novo para a época, implementado pela mesma corrente de pensamento, é a abstinência, cuja única exceção seria o ato sexual para reproduzir dentro do âmbito do casamento religioso. Sendo assim, uma vez que as relações homossexuais não propiciam a reprodução da espécie, passaram a ser condenadas e consideradas como “pecado contra a natureza”.

Na Grécia antiga, as relações entre homens tinham caráter iniciático, isto é, uma preparação para o casamento. Tais relações envolviam desejo e prazer, sendo normalmente praticadas entre um adulto (erastes) e um adolescente (eromenos). Devido ao seu aspecto preparatório para o casamento, as relações homossexuais eram legitimadas socialmente. No âmbito militar, os gregos posicionavam os amantes do mesmo sexo juntos no campo de batalha para que a proximidade os inspirasse a adotar atitudes heroicas durante o combate (BORRILLO, 2010).

Na Roma Clássica, a homossexualidade era legitimada contanto que o indivíduo não se afastasse de seus deveres sociais, não tivesse relação sexual com indivíduos de classes sociais inferiores e evitasse relações absolutamente passivas. Como o homem romano deveria casar-se e constituir família, na verdade, apenas a bissexualidade ativa era bem vista naquele contexto cultural.

Embora as sociedades Grega e Romana fossem sexistas e misóginas, nunca chegaram a ser heterossexistas como a judaico-cristã. Para as civilizações clássicas, amar pessoas do mesmo sexo estava dentro da normalidade e as relações sexuais entre essas pessoas eram alternadas com relações com o sexo oposto. A sociedade judaico-cristã, por sua vez, criou a dicotomia heterossexual/homossexual, normatizando a heterossexualidade como único comportamento divinamente aceito e conseqüentemente, normal e legítimo (BORRILLO, 2010).

A Bíblia sagrada, que serviu e ainda serve como doutrina para diversas sociedades, traz passagens que condenam a homossexualidade e profeciam castigos perversos para quem se submeter a este tipo de prática sexual. Como exemplo, cito a seguinte passagem do antigo testamento:

“Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles.”

(Levítico 20:13)

A passagem bíblica citada aqui nos direciona para o surgimento do preconceito e do ódio contra homossexuais na história da humanidade. Foi a partir do cristianismo que a heretossexualidade passou a ser o padrão para avaliar as diferentes formas de sexualidades. Borrillo (2010, p.31) afirma que a sociedade defende o conceito de heterossexualidade como única forma legítima de relação entre humanos e que considera outras sexualidades como imperfeitas, malditas; ou mesmo, patológicas, delinquentes, pervertidas e destruidoras da humanidade.

Existem, no entanto, diversas outras proibições na Sagrada Escritura que parecem ser ignoradas por aqueles que se apoiam em versículos bíblicos para

justificar seu ódio e preconceito contra homossexuais. Em livros como Levítico, Deuteronômio e Timóteo, são encontrados versículos que proíbem atitudes de diversas naturezas; como por exemplo: cortar o cabelo, comer carne de porco, fazer tatuagem, comer qualquer tipo de sangue ou gordura, divorciar-se, desobedecer ao marido e ejacular fora do ventre da mulher. Há ainda diversos versículos com proibições que são totalmente ignorados pelos seguidores da bíblia por não serem socialmente convenientes. No entanto, se a Bíblia é tida como sagrada e divina, por que alguns versículos - como os que pregam a homofobia - são mais aceitáveis do que outros? Fica claro, portanto, que para muitas pessoas, justificar o preconceito através de passagens bíblicas é tão conveniente quanto negligenciar os versículos que contrariam seus próprios interesses.

2.2.2

Gay pode servir o Exército?

“Eu nunca me assumi pra nenhum amigo hétero. Nunca senti confiança de chegar e... tenho vários amigos que se assumiram. Mas aí, tem que ter uma confiança muito grande. Eu não senti essa confiança ainda. ”

Capitão Lúcio (entrevista em outubro de 2014)

Como militar, e por ter participado por sete anos da Comissão de Seleção (CS) que recruta os soldados que irão cumprir o serviço militar obrigatório previsto na Constituição Federal, foram inúmeras as vezes em que fui indagada a respeito da entrada/permanência de homossexuais no Exército Brasileiro.

No que concerne à questão legal, não há nenhuma lei que proíba a entrada e/ou permanência de gays e lésbicas na Força. O Código Penal Militar (CPM) prevê, no artigo 235, punição para o crime de pederastia ou outro ato de libidinagem. Embora o significado clássico da palavra pederastia descreva a relação homossexual entre um homem e um adolescente, no CPM o termo serve para englobar qualquer ato homossexual. O texto do artigo 235 do CPM apresenta uma ênfase muito maior no ato sexual entre indivíduos do mesmo sexo biológico do que na questão da prática sexual de forma geral, independente do sexo dos envolvidos.

Art. 235 – Pederastia ou outro ato de libidinagem – *Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique, ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar.*

É importante ressaltar que o Código Penal Militar atual entrou em vigor em 1969, durante o regime militar. Na época em que o texto foi redigido, a homossexualidade ainda era entendida como doença, e até mesmo, como crime em certas sociedades.

Para entender a motivação que leva a sociedade, de uma maneira geral, a questionar a presença de homossexuais na Força, é válido investigar a própria formação histórica do efetivo que compõe o Exército Brasileiro.

2.2.3

Nossa força combatente

O Exército é uma das três Forças Armadas do Brasil. No plano externo, possui a missão de defender o país principalmente em operações terrestres. No âmbito interno, sua missão é garantir a lei, a ordem e os poderes constitucionais.

A história do Exército Brasileiro tem início com a independência do Brasil, sendo a data da primeira Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648) tida como seu aniversário oficial.

Até o ano de 1992, quando a Escola de Administração do Exército matriculou em seu curso de formação de oficiais a primeira turma com alunas do sexo feminino aprovadas em concurso público, apenas homens podiam incorporar às fileiras do Exército Brasileiro. Posteriormente, as mulheres passaram a ingressar também na Escola de Saúde do Exército e no Instituto Militar de Engenharia. Após 17 anos de presença feminina no Exército Brasileiro, as mulheres ainda são minoria no contexto da caserna, representando pouco mais de 6% do efetivo total de militares da ativa.

Assim sendo, é possível perceber pela veia histórica que as Forças Armadas ainda são formadas por uma maioria de indivíduos que se identificam como

homens. O efetivo de militares é composto por pessoas oriundas da sociedade brasileira que atualizam nos quartéis crenças e julgamentos construídos socialmente na interação com outras pessoas. Destarte, percebemos que em uma sociedade na qual a homossexualidade era vista como doença há poucas décadas, o preconceito ainda sobrevive sólido nos valores culturais de seus indivíduos a despeito de leis e programas que buscam combater a discriminação e promover a aceitação das diferenças, como por exemplo, a Constituição Federal e o programa “Brasil sem Homofobia”. É possível afirmar que embora não seja vetada legalmente a entrada de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras, as práticas cotidianas na caserna ainda tornam transparentes as crenças e as atitudes homofóbicas por parte de seus integrantes. Os homossexuais são desqualificados, e desautorizados discursivamente, sendo tomados como indivíduos de menor prestígio social pelos defensores da heteronormatividade.

2.2.4

Preconceito nas Forças Armadas

O principal motivo que me levou a “mergulhar” na questão da homofobia no Exército Brasileiro foi minha própria experiência como militar. Por ser mulher e conviver com uma maioria de militares do sexo masculino, presencio diariamente desde piadas que denigrem, desprezam e humilham indivíduos homossexuais, até comentários extremamente preconceituosos (muitas vezes revestidos de ódio) contra tais cidadãos.

A simples presença de um homem que se identifique como gay ainda incomoda diversos companheiros de farda. Ser amigo de um gay na caserna, para muitos, ainda é uma atitude longe de ser considerada. Destaco aqui, de forma sintetizada, dois pensamentos comuns que escutei inúmeras vezes dentro dos quartéis: “Eu não tenho nada contra gay, só não quero perto de mim.” e “Eu odeio gay, não quero perto de mim”.

Essa forma de posicionamento em relação aos homossexuais informa que a rejeição em relação a este grupo ainda é muito forte no meio militar. De uma maneira geral, os integrantes da Força ainda se sentem desconfortáveis em conviver

com indivíduos gays. O ambiente se torna hostil para o homossexual, fazendo com que ele simule uma identidade de gênero hegemônica e tenha verdadeiro pavor de ser descoberto por outro militar. Não é incomum que o homossexual que saia do armário - ou indivíduo que apresente um comportamento mais distante do protótipo de masculinidade - sofra retaliações por conta de sua orientação sexual.

A ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), afirma que “a inserção dos homossexuais nas fileiras das Forças Armadas suscita, outrossim, diferentes discussões que perpassam da biologia à política” (2011, p.147). Segundo a ministra, indivíduos que têm posição contrária à inclusão e à permanência de homossexuais nas Forças Armadas apresentam argumentos tais como: o aumento de assédio sexual por parte dos homossexuais, o contágio por HIV, a incompatibilidade com a carreira e a diminuição de coesão das tropas, o que acarretaria na diminuição da eficácia da Força. Por outro lado, indivíduos favoráveis à presença de homossexuais nas Forças Armadas afirmam que tais argumentos têm como fundamento apenas o preconceito.

Ainda de acordo com Rocha (2011), e conforme já se disse, as pessoas que defendem a exclusão de homossexuais nas Forças Armadas afirmam que sua presença tem influência negativa direta na *coesão* da tropa. Passo agora a definir e discutir o conceito de coesão.

2.2.5

Coesão social e coesão da missão

A coesão é uma noção que, no meio militar, está relacionada à questão da união do grupo. Para John H. Jones (*apud* ROCHA, 2011, p. 147), coesão é a “a argamassa que une os membros de uma unidade ou organização de modo a manter as suas vontades, o comprometimento de uns com os outros, a unidade e a missão”. O termo coesão (que é crucial para a eficácia da Força) envolve a coesão social e a coesão da missão (BARNES II, 2004; ROCHA, 2011).

A *coesão social* refere-se aos “vínculos afetivos de amizade, simpatia e proximidade entre os membros do grupo” (ROCHA, 2011, p.147). Estudiosos

afirmam que a coesão social cresce em determinado grupo quando seus membros passam a conviver e socializar, desfrutando da companhia uns dos outros.

O termo *coesão social* foi utilizado por Durkheim (GIDDENS, 2012) para definir os laços responsáveis por manter as pessoas vivendo em grupos, respeitando determinada ordem social e padrões comumente aceitos. Durkheim buscou compreender os fatores que tornam a coesão (a ligação) das relações sociais possíveis. Para o autor, a convivência de um grupo de indivíduos só é possível se houver um consenso entre seus membros. Ou seja, o sociólogo defende que para haver coesão social, é necessária a existência de códigos e regras de conduta estabelecidos e seguidos pelos membros de grupo em questão. Portanto, para que um indivíduo possa desfrutar da convivência social com outros indivíduos, é necessário seguir as normas e os padrões de comportamento preconizados naquele meio.

Por outro lado, a *coesão da missão* diz respeito a um desejo coletivo entre aqueles que vestem a mesma farda de atingir determinado objetivo que requer um esforço coletivo. Assim, a coesão da missão tende a aumentar quando os integrantes do grupo dividem os mesmos ideais e motivação para alcançar tais objetivos.

No Exército Brasileiro, ambas as formas de coesão são preconizadas. Há um discurso disseminado sobre a importância de se manter as amizades dentro e fora do quartel e de valorizar a família tradicional, incentivando assim, o convívio social de seus integrantes. A vida social regrada do militar é inclusive um dos atributos pelo qual ele é avaliado no quartel, influenciando diretamente em seu conceito e, consequentemente, em sua carreira. Por outro lado, o discurso do “quem sai junto, chega junto”, tão comum nas canções puxadas e repetidas em corridas na tropa, também é de extrema relevância para a coesão da missão. A ideia de nunca abandonar o companheiro no combate e nas situações difíceis parece estar internalizada na “massa do sangue”, para usar o jargão da caserna. No entanto, vale refletir se essa ideologia ainda é válida quando se trata de um companheiro gay.

A esse respeito, pesquisas realizadas, entre 1993 e 2003, pelo National Defense Research Institute dos Estados Unidos (*apud* BARNES II, 2004), no

próprio exército americano, apontaram que a presença de homossexuais nas Forças Armadas pode influenciar diretamente na coesão social em algumas unidades militares, todavia, em nada atrapalha a coesão da missão, pois esta depende da vontade e do comprometimento em atingir determinado objetivo. Não é necessário ter simpatia por alguém para alcançar um objetivo profissional em comum. Concluiu-se, nesse estudo, que a entrada e a permanência de militares homossexuais nas Forças Armadas não influenciam no cumprimento da missão e na eficácia da Força. Portanto, é injustificada, em termos profissionais, a resistência em servir à Pátria ao lado de um militar de orientação homossexual.

A discriminação sexual no meio militar tem como preceito o discurso: “soldados com comportamentos homossexuais são incompatíveis com serviço militar”. Na verdade, a mensagem entendida nesta máxima é que “soldados heterossexuais são superiores aos homossexuais; não por causa de seu desempenho profissional, mas por serem quem são” (BARNES II, 2004, p.47). Esse mesmo discurso sobre a incompatibilidade da profissão militar com a identidade gay é comumente observado no dia-a-dia da caserna. Um exemplo claro sobre tal crença ficou marcado na fala de um general em 2011, quando, ao ser sabatinado para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, afirmou que o militar gay não tem condições de comandar uma tropa, pois esta não o obedeceria. Ou seja, o general expôs a ideia bastante difundida no meio militar de que o gay não tem condições morais de estar à frente de uma tropa e ser obedecido (Anexo 2).

Crenças como essas propiciam um ambiente de provocações, assédio moral e até mesmo violência. Consequentemente, o militar homossexual, rotineiramente, esconde sua opção para não ser discriminado e construído socialmente de forma antiética e destrutiva. Barnes II reflete sobre o a dificuldade de ser forçado a viver uma mentira, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante toda vida de serviço ativo para não sofrer discriminação por parte de subordinados, pares e superiores.

2.3

Homossexualidade como estigma

“Na realidade, o problema da homossexualidade nas Forças Armadas não se centra no homossexual, mas nos heterossexuais que o estigmatizam. Neste contexto, o que seria mais razoável e justo: banir o indivíduo ou lutar contra o preconceito?”

Rocha, 2011, p. 15.

O termo estigma era usado para designar um signo talhado ou queimado no corpo de um indivíduo considerado defeituoso na Grécia antiga. Naquela época, o indivíduo deveria ser rechaçado socialmente. Alguns séculos mais tarde, Goffman (1980) afirma que o indivíduo estigmatizado apresenta características diferentes do que é considerado normal dentro de determinada sociedade. Dessa forma, o sujeito torna-se interacionalmente desacreditado por apresentar uma identidade social divergente da identidade virtual esperada naquele contexto em que está inserido.

O conceito de estigma para Goffman (1988, p. 13), por isso, está diretamente relacionado às interações sociais, pois o estigma não é uma característica em si mesma negativa, mas é alguma coisa construída socialmente como tal.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso e nem desonroso.

Diversos são os exemplos de estigma social; dentre eles, podemos citar deficiências físicas e mentais, religiões, nacionalidades, etnias, sexualidades, entre outros. Goffman (1988) apresenta três formas candidatas a atualizarem-se como estigma nas sociedades que estudou: as abominações do corpo (deformações físicas, surdez, desfigurações, cegueira, etc.); culpas de caráter individual (os desvios de comportamento, sexualidade, criminalidade, vícios, etc.) e estigmas tribais (diz respeito a etnias, raças, nações e religiões). O autor (idem, p.5) afirma que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Sob esta ótica, entendemos que a sociedade, de uma forma geral, estabelece modelos de comportamento e atributos aceitáveis e tenta catalogar as pessoas de acordo com os padrões determinados socialmente como normais e

corretos. Estes padrões socialmente desejáveis, que dizem respeito aos modelos de atributos e comportamentos criados pela própria sociedade em relação ao indivíduo, estipulam o que Goffman chama de *identidade social virtual*. Muitas vezes, a identidade social virtual não se encontra alinhada com os atributos que o sujeito apresenta em interação, divergindo, portanto, do que o autor chama de sua *identidade social real*. De acordo com o autor, quando um estranho apresenta atributos que o tornam diferente dos outros que se encontram em determinada categoria, este passa a ser visto como

uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem, -, e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1988, p.12).

Quanto maior for a diferença entre as duas identidades (virtual e real), mais acentuado tende a ser o estigma na interação. O sujeito torna-se diferente dentro de uma sociedade que impõe a semelhança e passa a ser um “ninguém” ou um “nada” nas relações sociais com os outros. A sociedade determina capacidade de ação de um indivíduo estigmatizado, marcando-o como desacreditado e apontando os seus efeitos nefastos e maléficos no convívio social.

Em resumo, uma pessoa estigmatizada carrega características potencialmente condenáveis. A tais características podem ser atribuídos traços de desvalorização, imagens negativas e estereótipos que são vistos aos olhos dos outros de forma depreciativa. Tais atributos acabam sendo internalizados pelo próprio indivíduo estigmatizado. Pode-se afirmar que atributos considerados negativos em uma determinada sociedade, podem não ser em outra. Fica claro, então, que a desvalorização da identidade social do indivíduo varia de acordo com o que o estigma representa para aquele grupo social (GOFFMAN, 1988; MELO 2005).

Goffman classifica os indivíduos estigmatizados como *desacreditados* e *desacreditáveis*. Indivíduos que possuam estigmas evidentes, que podem ser reconhecidos imediatamente são considerados desacreditados. Podemos citar como exemplos de indivíduos pertencentes a tal grupo, pessoas com deformidades físicas, cegueira, etc. Por outro lado, o indivíduo desacreditável é aquele cujo estigma não

pode ser percebido de imediato, como por exemplo, homossexuais, alcoólatras, etc. Um mesmo indivíduo pode estar nas duas circunstâncias, segundo o autor. O indivíduo desacreditado lida com a manipulação da tensão durante os contatos sociais, ao passo que o desacreditável sofre com a questão da manipulação da informação sobre seu estigma; isto é, ocultá-lo ou não, mentir ou assumir.

2.3.1

O estigma da homossexualidade na caserna

O conceito de estigma está diretamente ligado à questão da homofobia no contexto militar, pois o sujeito que apresenta tal atributo lida com severas desaprovações em relação às suas características pessoais, já que estas contrariam as normas sociais e culturais da vida castrense. Assim sendo, podemos perceber que um militar gay muitas vezes manipula sua identidade social, fazendo se passar por heterossexual para que sua vida sexual não atrapalhe suas relações no ambiente de trabalho. Muitos vivem vidas duplas (chegando até a casar com pessoas de sexo oposto para ser aceito socialmente como heterossexual) e se veem obrigados a mentir ou ocultar fatos de sua vida pessoal a fim de esconder sua sexualidade estigmatizada. É bastante comum encontrar na sociedade indivíduos que defendam a ideia que homossexuais não devam servir às Forças Armadas. Em resposta a tal crença, Rocha (2011, p. 143) afirma que

a exclusão ou a obstrução ao ingresso de homossexuais nos contingentes do Exército, Marinha e Aeronáutica não tem apenas o condão de estigmatizá-los do convívio social, desafia o próprio conceito de cidadania ao impedir a permanência de homens e mulheres em Instituições destinadas à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, em razão de sua orientação sexual.

Embora as leis brasileiras impeçam a discriminação contra homossexuais dentro e fora das Forças Armadas, o preconceito contra esses indivíduos ocorre em função das próprias expectativas sociais em relação à figura do “militar padrão”. Tradicionalmente, espera-se que o militar seja um homem de características másculas, voz grossa, forte, destemido, sempre pronto para o combate. Ao mesmo tempo, a sociedade, de maneira geral, ainda enxerga o homem homossexual de forma estereotipada: afeminado, fresco, frágil e sensível. Outro estigma existente em relação aos homossexuais no contexto da sociedade brasileira é a crença de que

tais indivíduos teriam maior dificuldade em controlar seus impulsos libidinosos. Destarte, não é incomum encontrar quem acredite que homossexuais não possam vestir fardas por serem seres anormais, doentes, inferiores e incapazes de controlar seus desejos sexuais. Na verdade, a mensagem entendida quando ouvimos que o comportamento homossexual é incompatível com o serviço militar, e que homossexuais são incapazes de combater e serem respeitados pela tropa, nada tem a ver com suas capacidades laborativas, mas por viverem sua sexualidade da maneira como vivem.

Tais crenças violam a dignidade humana, “provocam a dissolução do sujeito em seu sentido individual e coletivo e aniquilam as mais caras conquistas civilizatórias” (ROCHA, 2011, p. 141). Sob a mesma luz, Borrillo (2010, p. 40) também ressalta a questão da dignidade humana ao afirmar que “o homossexual sofre sozinho o ostracismo associado à sua homossexualidade. (...) Ele é mais facilmente vítima de uma aversão a si mesmo e de uma violência interiorizada, suscetíveis de levá-lo até o suicídio”.

Concluindo, é possível afirmar que o preconceito presente no contexto militar não ocorre por força da lei, mas provém de tradições socioculturais e se articula nas interações intrapessoais. Por isso, cabe às Forças Armadas brasileiras abrir espaço para reflexão e entendimentos sobre as práticas homofóbicas e suas consequências, contribuindo assim para transformações sociais sólidas e eficazes que promovam a tolerância e aceitação das diferenças.

METODOLOGIA DA PESQUISA

“... não existe nenhuma janela transparente de acesso à vida íntima de um indivíduo. Qualquer olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da etnicidade. Não existem observações objetivas, apenas observações que se situam socialmente nos mundos do observador e do observado – e entre esses mundos. Ou sujeitos, ou indivíduos, dificilmente conseguem fornecer explicações completas de suas ações ou intenções; tudo o que podem oferecer são relatos, ou histórias, sobre o que fizeram e por que o fizeram. Nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis da experiência humana contínua.”

Denzin e Lincoln

Ao término da entrevista com o Coronel Juarez em seu apartamento, já com o gravador desligado, ele diz algo que me sensibiliza: “Flávia, eu gostaria que em algum momento da sua dissertação você abordasse a questão da solidão do gay no Exército. O militar gay é sozinho, não pode se abrir por medo de represália. Eu queria que você tocasse nesse ponto.”. E foi nesse instante que me lembrei do momento em que o capitão Lima e eu choramos juntos em sua entrevista. Chorei durante o relato sobre a solidão sentida no dia em que, angustiado e sufocado por motivos pessoais relacionados à sua sexualidade, foi chorar sozinho, durante o expediente, numa capela. Ele não podia dividir sua tristeza e desabafar com nenhum companheiro de farda, simplesmente por ser gay.

Notas de campo. Setembro de 2014

Quando decidi mergulhar no mundo dos militares que se identificam como homossexuais, havia em mim uma vontade de entender o fenômeno da homofobia através das vozes e das lentes daqueles que ainda são discriminados nesse contexto. Havia, e ainda há, um desejo de falar sobre a homofobia nas Forças Armadas para que as pessoas possam entender que o preconceito causa sofrimento no oprimido. Ou seja, existia em mim “uma preocupação em entender o ‘outro’” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 15). Destarte, para mergulhar nesse universo, dei início a esta pesquisa que conjuga os estudos sobre desvio, interação e narrativa (BIAR, 2012). A proposta deste trabalho se desdobra em quatro perguntas de pesquisa (já mencionadas na introdução deste trabalho) que foram delimitadas e construídas durante o trabalho de análise dos dados.

1. Que narrativas de opressão estão presentes na fala de militares gays, e como elas se organizam?
2. Como esses militares discursivizam seus sentimentos em relação a sair do armário no Exército atualmente?
3. Que estigmas são tornados relevantes e como eles são negociados na entrevista de pesquisa, tomada como encontro misto?
4. Quais são os discursos homofóbicos do senso comum que embasam as práticas discursivas da caserna?

A delimitação desse escopo de análise emergiu dos contatos com os dados gravados e com a bibliografia sobre homofobia, homossexualidade e heteronormatividade, que tratam tanto da questão do preconceito em si e suas consequências sociais e individuais, quanto da origem e do trajeto histórico do preconceito contra gays e lésbicas.

3.1

Posicionamento metodológico e natureza da pesquisa

“O fato de eu encarar com seriedade as críticas *queer* da identidade me fez levar adiante um conjunto diferente de investigações – necessariamente qualitativas, pois são as que envolvem um trabalho com a identidade cotidiana: como, quando e por que a identidade coletiva é desconstruída, bem como solidificada; como a identidade coletiva é influenciada por exigências organizacionais específicas e por ambientes de comunicação.”

Joshua Gamson

Considerando que este estudo abarca uma concepção de pesquisa que privilegia o olhar para o uso da linguagem como forma de compreender as interações e as práticas sociais, torna-se necessário adotar um paradigma de investigação que atenda a tais interesses. Sendo assim, creio na importância de observar direta e cuidadosamente, por um prolongado período, o universo de investigação a fim de entender a dimensão simbólica das situações sociais, analisar os padrões de interação e conhecer a vida local (VELHO, *apud* OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, o presente trabalho baseia-se na perspectiva qualitativa de estudos da linguagem de cunho interpretativista (DENZIN e LINCON, 2006), que fornece um “instrumental através do qual se possa criar sentido a respeito da ação

social pesquisada” (SANTOS, 2013, p. 21). Este tipo de orientação investigativa conjuga dois conceitos que defendo a exemplo do que fez Oliveira (2012, p. 117), amparada pelos estudos etnográficos recentes (cf. VELHO, 1978): “a) a ideia de que o saber científico é uma produção, não uma verdade universal; b) a concepção de que o pesquisador está intimamente comprometido com o ato da pesquisa e o saber que produz”.

Almejo criar inteligibilidades acerca dos dados gerados e analisados aqui e do modo como estes se articulam em termos de relações sociais (VELHO, 1978; OLIVEIRA, 2012), isto é, entender como a realidade se constrói socialmente “por seus participantes em seus enquadres sociais” (BRUNO, 2013. p.75). Para isso, o paradigma de pesquisa qualitativa é defendido nas palavras de Gamson (2006, p.346) como o mais adequado para pesquisas cujo foco é a sexualidade:

O impulso qualitativo provém principalmente do contexto político no qual se formou a pesquisa das sexualidades. Embora haja, há bastante tempo, uma corrente de pesquisas em ciências sociais na área da sexualidade, existe uma suspeita ainda maior e bem fundamentada, de que as ciências positivistas, e algumas profissões científicas, não estejam de acordo com os interesses daqueles que se autodefinem como homossexuais – tratando-os como uma patologia, estigmatizando, procurando a “causa” das sexualidades desviantes e, conseqüentemente, sua cura. Essa desconfiança deu à pesquisa qualitativa uma posição de vantagem.

Ao contrário de pesquisas científicas que buscam padrões universais e generalizados, a pesquisa qualitativa “alinha-se a uma visão de que o produto da pesquisa é sempre parcial, incompleto e provisório” (OLIVEIRA, 2012, p.117). Além disso, a pesquisa qualitativa atua em um complexo campo histórico, mas pode ser definida de forma genérica como

um conjunto de práticas materiais e interpretativistas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 17).

3.1.1

O pesquisador *bricoleur*

O pesquisador qualitativo é definido por Denzin e Lincoln como sendo um *bricoleur* devido às diversidades das práticas metodológicas da pesquisa qualitativa. Para os autores, o pesquisador qualitativo “utiliza as ferramentas estéticas e materiais em seu ofício, empregando efetivamente quaisquer estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance” (2006, p. 18). Ou seja, a abordagem qualitativa abrange uma multiplicidade de métodos, paradigmas e perspectivas que levarão a interpretações da realidade, mas nunca a uma realidade objetiva e acabada.

Para os autores, o pesquisador *bricoleur* interpretativo produz um conjunto de representações que agrupa peças dispostas que se adequam nas especificidades de uma situação complexa. Em consequência, as práticas interpretativistas não são necessariamente decididas com antecedência, pois dependem das perguntas que são feitas e estas, que, por sua vez, dependem do contexto e do que o pesquisador fará dentro de tal contexto. A pesquisa interpretativista trabalha com o conceito de montagem, propiciando a criação e a representação do significado moral. Portanto,

o pesquisador qualitativo que emprega a montagem é como um confeccionador de colchas ou um improvisador no jazz. Esse confeccionador costura, edita e reúne pedaços da realidade, um processo que gera e traz uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 19).

O pesquisador *bricoleur* executa tarefas distintas como a entrevista, observação, auto-reflexão e introspecções intensivas, trabalhando com paradigmas interpretativos (que nem sempre podem ser combinados ou compendiados) e perspectivas que são influenciadas pelas histórias de vida das pessoas envolvidas na pesquisa. Ele compreende a pesquisa como um processo interativo diretamente influenciado pelo momento histórico e pessoal, bem como pelas questões de gênero, etnia e classe social dos participantes da interação. Ao mesmo tempo, este mesmo pesquisador entende que a ciência não é livre de valores, e que toda pesquisa possui implicações políticas. Por fim, Denzin e Lincon defendem que o produto do trabalho de *bricoleur* interpretativo é uma montagem complexa (que lembra uma

colcha) e reflexiva podendo ser entendida como “um texto de *performance*, uma sequência de representações que ligam as partes ao todo” (2006, p.20). Este estudo não se constitui como uma bricolagem no sentido estrito, mas me aproprio, aqui, das bases reflexivas e plurais na proposta dos autores.

3.1.2

Observando o contexto

O contexto que é objeto de meu estudo é o mesmo ao qual pertenço, isto é, o meio militar. No entanto, meu grau de familiaridade com as experiências vividas e narradas pelos participantes, não é necessariamente íntimo. As histórias pessoais dos participantes da pesquisa até então faziam parte de um universo desconhecido para mim. De acordo com Velho (1978, p. 5),

o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não vemos e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (grifos do original).

A questão de o ambiente militar ser familiar a mim é de certa forma uma ferramenta valiosa para o entendimento da vida social dos participantes da pesquisa. Sendo assim, considero que o fato não haver um distanciamento de meu objeto de trabalho (algo que era tradicionalmente preconizado pelas ciências sociais), e de existir um envolvimento com o contexto estudado, não invalidam a legitimidade da pesquisa (VELHO, 1978). Portanto, espistemologicamente falando, se entendo que todo conhecimento é posicionado e perspectivado, ou seja, se não existe conhecimento objetivo do objeto, então a necessidade de distância deixa de fazer sentido.

3.2

Geração de dados e procedimentos de pesquisa

Os dados que são objeto de análise neste trabalho foram gerados em entrevistas de pesquisa dentro da concepção de que estas são situações sociais como outras quaisquer, nas quais os atores sociais, dentro de um contexto, interagem e

constroem significados dialogicamente. Assim sendo, é relevante olhar para a forma como o discurso é coconstruído pelos participantes em uma situação particular (BASTOS & SANTOS, 2013).

Para Giddens (2012, p. 49), trata-se de uma pesquisa de base etnográfica, pois é um trabalho de campo, usando a observação dos participantes e as entrevistas como seus principais métodos de pesquisa. Ainda na visão de Giddens (idem, p. 49), “quando é bem-sucedida, a etnografia fornece informações sobre o comportamento de pessoas em grupos, organizações e comunidades e também sobre como essas pessoas entendem o seu próprio comportamento”. No contexto do presente trabalho, além de ser a entrevistadora, também convivo no dia-a-dia da caserna com o grupo social pesquisado, ou seja, a sociedade militar.

3.2.1

Participantes

As entrevistas que serviram como base para a geração de dados para esta dissertação foram realizadas por mim em quase todos os casos, sendo apenas uma delas conduzida pela capitã Ariane – psicóloga do Quadro Complementar de Oficiais, minha comadre e colega de turma da antiga Escola de Administração do Exército.

Ao todo, foram realizadas nove entrevistas com militares do Exército Brasileiro e uma com um ex-aluno da escola de formação da Marinha. Esta última não foi usada para compor os dados deste trabalho.

3.2.1.1

Professora, militar, pesquisadora e entrevistadora

Inicialmente, acredito ser fundamental fazer uma breve explanação sobre quem eu sou (ou algumas facetas de mim) para que o leitor entenda de que lugar eu estou falando.

Ingressei na faculdade de letras no ano de 1994, época em que comecei a dar aulas de inglês particulares e em escolas de idiomas. Em 1997, após a conclusão do curso superior, segui a carreira do magistério como professora civil durante cinco anos, até ser aprovada no concurso para oficial do Exército Brasileiro.

Atualmente, sou capitão do Exército Brasileiro, instituição onde sirvo com orgulho desde 2003, quando ingressei na antiga Escola de Administração do Exército (atual Escola de Formação Complementar do Exército) como professora de inglês do Quadro Complementar de Oficiais. Servi na Aviação do Exército durante nove anos, onde atuei como tradutora e professora, dentre outras funções inerentes à carreira militar. Durante dois anos, fui professora de inglês e português no Instituto Militar de Engenharia. Atualmente, exerço a função de professora de inglês no Colégio Militar de Manaus. Sou uma militar extremamente entusiasmada e satisfeita com a rotina e o trabalho na caserna. No entanto, o amor que tenho pela minha farda verde oliva não me cega em relação à questão da homofobia dentro da Força a qual faço parte.

Além de minha identidade profissional, no plano pessoal, sou mãe, esposa, filha, irmã, mestrande, dona de casa; enfim, desempenho diferentes papéis sociais na vida cotidiana que, por sua vez, também influenciam meu olhar de pesquisadora com base nas minhas crenças e perspectivas. Dentro desta trajetória, meu interesse pelas questões de gênero e sexualidade remonta à minha infância. Sou a caçula de três filhos. Fui criada percebendo e aceitando a homossexualidade antes mesmo de saber o que era sexualidade. Meu irmão mais velho, falecido em 2008 aos 37 anos de idade, era gay. Muito antes de apresentar desejo e atração por pessoas do mesmo sexo, meu irmão já era ridicularizado na escola, ainda criança, por gesticular e se comportar, muitas vezes, de uma forma socialmente considerada afeminada¹. Já naquela época, nos anos 80, a discriminação, o preconceito e a ridicularização me incomodavam. É importante ressaltar aqui que durante nosso período escolar (décadas de 80 e 90) a homossexualidade era entendida socialmente como doença e aberração. Naquela época, ter um gay em casa era sinônimo de vergonha social.

¹De acordo com a teoria *queer*, gênero é uma identidade fragilmente construída ao longo de anos por uma repetição estilizada de atos e pela estilização do corpo.

Felizmente, minha família nunca rejeitou ou discriminou meu irmão por conta de sua sexualidade (algo extremamente vanguardeiro para a época). Meu pai, um gaúcho, ex-militar, poderia ter agido como muitos pais faziam (e ainda fazem atualmente); poderia ter renunciado e se envergonhado do próprio filho, mas passou por cima de seus valores socialmente construídos, o acolheu e o aceitou sem abrir espaço para o ódio e o preconceito. Minha mãe, minha irmã e eu também optamos por amá-lo e disfrutar de sua companhia sempre tão divertida. Inúmeras foram as vezes que briguei na escola para defendê-lo. Tratava-se de uma intolerância covarde e cruel contra uma criança pequena que sequer tinha total consciência sobre sua própria sexualidade. Ricardo precisou muitas vezes manejar sua identidade para ser aceito socialmente. E assim ele viveu até a vida adulta: simulando a sexualidade em determinados contextos rígidos e conservadores para ser aceito e respeitado; estando à vontade em outros ambientes mais acolhedores e abertos para as identidades não hegemônicas.

Conto aqui minha história familiar tão particular para que o leitor e leitora possam entender porque me identifico com os estudos sobre gêneros e sexualidades e o motivo que me fez lutar contra a homofobia em qualquer contexto social desde minhas lembranças mais remotas.

Quanto ao meu papel de pesquisadora, me aproprio das palavras da minha amiga e companheira de farda, a Tenente Coronel Daniela Bruno (2010, p. 54) para definir minhas ações investigativas:

Questiono, indago, busco. Creio que qualquer pessoa que se envolva em questionamentos sobre o mundo que a cerca questiona, sim, a si própria, entende-se à medida que constrói sentidos para o que escuta, vê, escreve ou lê. Posiciono-me, interpreto. Minhas interpretações e entendimentos são, desta forma, produtos de meus filtros afetivos pessoais, estão tingidos pelos matizes de meus sentimentos e emoções. Assim, não pretendo que sejam encarados como verdades absolutas, são apenas mais vozes lançadas no fluxo ininterrupto de ideias que tramam os entendimentos.

3.2.1.2

Os entrevistados

No primeiro momento em que ponderei sobre pesquisar a homofobia no contexto militar, minha intenção era entrevistar militares heterossexuais e entender como eles encaravam e aceitavam (ou não) a presença de companheiros de farda gays na Força. Porém, posteriormente, quando consegui alguns militares homossexuais que se dispuseram a contar suas trajetórias na caserna, o foco da pesquisa foi alterado e eu imergi no universo narrado por eles.

Não foi fácil conseguir companheiros que quisessem contar suas histórias dentro do contexto castrense. Mesmo explicando que os dados permaneceriam em sigilo, que seus nomes, bem como o nome das organizações militares, seriam alterados por questões éticas, muitos afirmaram ter medo de represália, caso suas verdadeiras identidades viessem à tona por qualquer motivo. A despeito de toda a dificuldade de encontrar pessoas que se sentissem confortáveis para participar da pesquisa, pude contar com 10 militares que se dispuseram a abrir suas memórias e suas experiências, contribuindo, assim, para que este projeto se tornasse uma realidade.

Inicialmente, precisei tomar coragem para pedir que um colega gay conversasse comigo. Embora eu soubesse que ele era gay e ele tivesse ciência de que eu sabia e aceitava, nunca havíamos falado abertamente sobre o assunto. Um dia, respirei fundo e revelei a ele minha intenção de pesquisar o assunto. Prontamente, ele se propôs a me ajudar participando e indicando outros colegas. Esse foi o primeiro passo. Procurei outro amigo também, mas este se recusou a falar por sentir medo de ser descoberto. Posteriormente, já com a pesquisa em andamento, ao conversar com uma colega capitão sobre a pesquisa, ela também me colocou em contato com um militar amigo seu que aceitou ser entrevistado. Formou-se, assim, uma rede de contatos, que foi aumentando à medida que fui conhecendo meus entrevistados e sendo apresentadas por eles mesmos a novos participantes. Praticamente todos eles tentaram indicar um amigo para conversar comigo e contar suas histórias, mas, frequentemente, diversos militares tiveram medo de falar por medo de represália na Força.

Foram selecionadas nove entrevistas para fins desta pesquisa. Os entrevistados compõem um universo variado de oficiais e praças da ativa e da reserva do Exército Brasileiro. Entrevistei um coronel, dois tenentes coronéis, três capitães, um tenente e um cabo. Um sargento foi entrevistado pela capitão Ariane. Tanto o coronel entrevistado quanto os tenentes-coronéis encontravam-se em posição hierárquica superior à minha de capitão. No entanto, essas diferenças hierárquicas parecem não ter influenciado nossas interações, talvez pelo alto nível de confiança que uma conversa que envolva confissões e relatos sobre a vida (homo)sexual pressuponha.²

A maioria dos entrevistados não fazia parte do meu ciclo de amizades anteriormente, mas devido ao envolvimento emocional que o tema requer, acabamos nos tornando, de certa forma, cúmplices e confidentes após nosso envolvimento conjunto neste trabalho.

É interessante ressaltar que meus participantes atuaram não apenas durante as gravações das entrevistas, mas também durante o processo analítico dos dados. Ao longo do processo de elaboração do trabalho, eles receberam todas as transcrições e opinaram sobre o que deveria ou não entrar no texto final. Fizemos um trabalho coparticipativo, no qual todos puderam ler, refletir, opinar, rever opiniões e tomar ciência do que estava sendo produzido a partir dos dados gerados.

Faço agora um breve resumo sobre quem são os participantes. Por questões éticas, uso nomes fictícios ao longo de toda a pesquisa a fim de preservar a identidade dos entrevistados. Também me privarei de detalhar as funções desempenhadas e os cursos realizados por cada militar para que o sigilo seja mantido. Ao longo do trabalho, nas apresentações dos dados, serão alterados nomes de quartéis bem como suas localizações pelo mesmo motivo.

²Ressalto que a pesquisa foi realizada apenas com militares homens que se identificam como gays. Não foram ouvidas mulheres militares que se auto definem como lésbicas pela dificuldade que tive em ter acesso ou contato com qualquer militar com estas características. Acrescento ainda que ao longo da minha experiência na força observei que a homossexualidade feminina não parece ser um assunto que entre constantemente em pauta como é a homossexualidade masculina. O preconceito contra mulheres homossexuais na Força poderá ser abordado e debatido em pesquisas futuras.

- **Coronel Juarez:** militar da reserva remunerada do Exército Brasileiro. É oficial de arma base³ do combate formado na Academia Militar das Agulhas Negras. Prestou serviços à pátria (usando o jargão militar) por mais de 30 anos, servindo em diversas guarnições militares diferentes.
- **Tenente Coronel Freitas:** oficial superior⁴ da ativa do Exército Brasileiro. Também é formado na Academia Militar das Agulhas Negras. Serviu em diferentes quartéis ao longo de sua carreira. É militar da ativa.
- **Tenente Coronel Augusto:** militar da ativa. Assim como o coronel Juarez e tenente coronel Freitas, também é militar de carreira. É formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Ao longo de sua carreira de quase 30 anos de efetivo serviço, serviu em mais de um comando militar de área.
- **Capitão Lúcio:** militar combatente da ativa, participou de missão no Exterior representando o Exército Brasileiro. Possui algumas transferências por interesse do serviço pelo território nacional ao longo de sua carreira.
- **Capitão Maurício:** Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, é militar de arma de apoio ao combate. Tem experiência como instrutor em uma escola de formação de oficiais da Força. Prestou serviços em diferentes comandos militares de área. É militar da ativa.
- **Capitão Lima:** militar da ativa oriundo da Academia Militar das Agulhas Negras, possui vários cursos de aperfeiçoamento dentro da Força. Serviu em diversas organizações militares até o presente momento.

³Existem as seguintes divisões de armas dentro Exército Brasileiro:

- Arma base do combate: Infantaria e Cavalaria.
- Arma de apoio ao combate: Engenharia, Artilharia e Comunicações.
- Quadro: Material Bélico, Saúde e Complementar
- Serviço: Intendência.

⁴São classificados como oficiais superiores os militares que ocupam os postos de major, tenente coronel e coronel. Os capitães são oficiais intermediários e os tenentes são chamados de oficiais subalternos.

- **Tenente Guimarães:** é militar temporário da ativa do Exército Brasileiro, formado pelo CPOR (Centro Preparatório de Oficiais da Reserva). Possui experiência em uma organização militar.
- **Sargento Pires:** praça de carreira, formado pela Escola de Sargento das Armas. Possui vivência em diferentes comandos militares de área. Encontra-se na ativa. Foi o único a ser entrevistado pela Capitão Ariane.
- **Cabo Diogo:** Militar da reserva não remunerada, incorporou ao Exército Brasileiro como recruta para cumprir o serviço militar obrigatório. Permaneceu na Força por seis anos, tendo sido promovido a Cabo enquanto estava na ativa. Durante o tempo que prestou serviços ao Exército Brasileiro, trabalhou em apenas uma organização militar.

3.3

As entrevistas

Um dos pilares da metodologia adotada aqui é a crença na importância de ouvir a voz de quem se sente discriminado em diversas interações sociais e, sobretudo de ouvir as histórias de vida que essas pessoas contam. O valor deste tipo de estudo é defendido por Bastos e Santos (2013, p. 13) ao afirmarem que “a análise de como e o que as pessoas narram em entrevistas de pesquisa remete a estruturas socioculturais mais amplas, ao universo social no qual transitam os interactantes”.

De acordo com Silverman (apud BRUNO, 2013 e ROLLEMBERG, 2013) vivemos em uma sociedade de entrevistas, na qual os indivíduos constroem sentidos para o mundo no qual estão inseridos através de suas próprias vozes. Bastos e Santos (2013, p.10) defendem que a entrevista é um evento social no qual os discursos e os significados são coconstruídos pelos participantes. Ainda segundo os autores, “o entrevistado não é mais visto como fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que constrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista” (ibidem).

O foco de análise da entrevista de pesquisa está justamente na fala produzida por seus participantes durante a interação, proporcionando assim um entendimento sobre como as pessoas avaliam o mundo e gerenciam suas identidades. A entrevista nos remete a estruturas sociais mais amplas através da lente narrativa, isto é, observando como e por que as pessoas contam histórias (BASTOS e SANTOS, 2013, p. 13).

Durante as entrevistas que formam os dados para a análise desta pesquisa, busquei manter com os entrevistados conversas informais, nas quais havia oportunidades para a emergência de narrativas que trouxessem relatos de experiências de vida. Meu interesse era ouvir os entrevistados através de uma interação natural e coconstruída; por esse motivo, não preparei um roteiro de perguntas preestabelecidas. Rollemberg (2013, p. 41) assegura que

se há interesse em ouvir o entrevistado, as perguntas de uma entrevista não devem ser fechadas e nem preestabelecidas, e os entrevistadores devem estar atentos para lidar com eventuais mudanças de curso durante o processo de entrevista. É também o engajamento do entrevistador com o entrevistado (sinalizado, entre outras coisas, pelas perguntas que faz) o que poderá motivar a emergência de narrativas no curso das entrevistas.

Labov (1972) sinaliza para o que ele chama de “paradoxo do observador”; ou seja, ele questiona a confiabilidade dos dados coletados quando a presença do pesquisador pode interferir na qualidade das respostas. Assim, Labov passa a modificar suas técnicas de estudo, privilegiando a coleta dos dados em situações interacionais. Com base nesse conceito de autor, as entrevistas ocorreram de maneira informal, como uma conversa, um ‘bate papo’. Minha intenção durante as interações com os participantes era criar “uma atmosfera propícia a uma entrevista em que opiniões fossem democratizadas, sentidos fossem coconstruídos e um texto comum fosse produzido pelos participantes envolvidos” (BRUNO, 2013, p. 83).

Foi eleito o contexto micro (o momento da interação) para análise, pois acredito que seja relevante entender o fenômeno social em questão através dos significados construídos durante nossos encontros, conforme defende Biar (2012, p. 58):

Ao contrário, então, de hipotetizar sobre o desvio com base em registros oficiais, questionários e estatísticas que exploram a personalidade, as relações de vizinhança e parentesco do desviante, essa vertente sociológica procurará se basear em observação direta, naquilo que o desviante faz em sua rotina, isto é, nos processos interacionais micro e na ação conjunta.

No caso das entrevistas em questão, houve sempre um contato anterior por meio de mensagens eletrônicas nas quais me posicionei em relação à questão da homofobia e expliquei meus interesses e objetivos em relação à pesquisa. Principalmente, deixei claro aos participantes que meu objetivo não era desacreditar a Instituição, mas problematizar a homofobia no contexto militar como forma de contribuir para um possível novo direcionamento em relação ao preconceito. Os contatos prévios foram cruciais para estabelecer uma relação de confiança que propiciasse conversas nas quais surgiriam histórias íntimas e pessoais que não seriam normalmente contadas a outro oficial do Exército Brasileiro de orientação heterossexual.

Todas as entrevistas foram gravadas em ambientes bastante reservados – ou na minha casa ou na casa dos entrevistados. Vale ressaltar que, no momento das entrevistas, não havia mais ninguém no ambiente; apenas a entrevistadora e o entrevistado. Por tratar-se de um tema extremamente íntimo e confidencial, o local privativo e a ausência de terceiros foram cruciais para a emergência espontânea de histórias tão pessoais.

3.3.1

O encontro interacional misto

Durante o processo de geração de dados, estive pessoalmente com os participantes da pesquisa em uma situação que Goffman (1988 p. 14) define como ‘encontro misto’, isto é “os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma ‘situação social’, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal”. Para Goffman, os rótulos de estigmatizados e normais são provisórios e interacionalmente situados e não decorrentes de características apriorísticas.

Para o autor, esse encontro pessoal entre desviante e não desviante, no qual ambos tentam interagir em copresença, é uma situação interacional relevante para os estudos da sociologia, pois em muitos casos “esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma” (GOFFMAN, *idem*, p.15). Segundo o autor, esses encontros são naturalmente tensos e há uma necessidade de cooperação pelas duas partes a fim de manter o equilíbrio da interação. Portanto, ao longo das entrevistas, houve, constantemente, um gerenciamento por parte dos participantes para que fosse possível manter sua própria face e a face do outro (cf. cap. 4 e cap. 5), permitindo que a interação fosse preservada sem a quebra de expectativas.

3.3.2

Seleção e transcrição de dados

Conforme mencionado anteriormente, a entrevista foi escolhida como procedimento de geração de dados para este trabalho por ser uma situação social na qual as pessoas interagem e coconstroem sentidos e identidades, e por ser um gênero da conversa que propicia o surgimento de narrativas (BASTOS e SANTOS, 2013).

Foram gravadas mais de dez horas de conversas com os participantes, das quais foram selecionados excertos mais significativos para as análises que serão aqui conduzidas. Os dados são ricos e podem ser observados por abordagens e ângulos diversos, no entanto, para fins desta pesquisa, foram feitos recortes baseados nas minhas observações do que seria relevante no processo analítico. Biar (2012, p. 67) afirma que é impossível para o pesquisador dar conta da complexidade da situação de interação. Ao mesmo tempo, o pesquisador não se mantém neutro perante seus dados, e passa a interpretar tal situação social, da qual muitas vezes fez parte, a partir da sua perspectiva, como é o meu caso na maioria das entrevistas analisadas.

O processo de transcrição dos dados, de acordo com Riessman (1992, *apud* BIAR, 2012) é um processo de retextualização que envolve seleção e redução. Normalmente, as primeiras categorias de análise, surgem durante esta etapa.

Houve a necessidade de selecionar os excertos que iriam compor o *corpus* desta pesquisa e fazer um recorte dos dados. Inicialmente, optei por lançar meu foco para as narrativas que indicassem preconceito e discriminação (homo)sexual. Tive também o cuidado de preservar a identidade dos meus entrevistados não usando narrativas que pudessem identificá-los de alguma forma. Algumas histórias transcritas eram bastante fortes e relevantes para a pesquisa, mas por questões éticas, não foram incluídas nesta dissertação.

Os dados foram transcritos por mim seguindo convenções adaptadas da tradição da Análise da Conversa (cf. anexo 1). Busquei enfatizar também aspectos paralinguísticos como ênfase, tom de voz, pausas, alongamentos e gestos, por se tratarem de elementos importantes ao entendimento da situação social, ou seja, são esses aspectos que Gumperz (1982) chama de pistas de contextualização.

Durante o processo de transcrição, os nomes dos entrevistados foram alterados por questões éticas, bem como outros elementos que pudessem identificá-los (nomes de cidades, bairros, organizações militares, etc). As conversas não foram transcritas integralmente e não serão anexadas em sua totalidade a este trabalho por revelarem dados pessoais e profissionais que poderiam identificar os participantes. Foram transcritos apenas os excertos analisados aqui. Assim sendo, a numeração de linhas leva em consideração o momento de início de sua transcrição.

3.4

Procedimentos de análise

Para fins de análise dos dados, foram eleitas narrativas de histórias de vida (LINDE, 1993) dos entrevistados que tinham como foco situações de opressão homofóbica no meio militar. Serão avaliadas primeiramente as construções das narrativas em si de acordo com as teorias que abordam essa forma de dar sentido aos eventos vividos. Inicialmente, as narrativas serão observadas de acordo com o modelo estrutural canônico proposto por Labov, usado aqui como forma de identificação de fragmentos narrativos. Em seguida, consideram-se as teorias narrativas que revisaram o proposto por Labov (LINDE, 1993, DE FINA, 2009, entre outros).

Posteriormente, farei uma análise com foco no contexto micro, observando como os interactantes constroem sentidos turno a turno da conversa. Serão usadas como categorias de análise a apresentação do *self*, o trabalho de face (GOFFMAN, [1964] 2013) e os *accounts* produzidos durante a interação social (DE FINNA, 2009; BUTTNY, 1985).

3.5

Implicações éticas e políticas da pesquisa

As pesquisas realizadas com seres humanos estão diretamente ligadas a questões éticas. Giddens (2012, p. 40) afirma que o pesquisador deve sempre se perguntar se a pesquisa “traz riscos para os sujeitos, que sejam maiores que os riscos que enfrentam em suas vidas cotidianas”. Para o autor, é crucial que os pesquisadores reflitam sobre os seguintes aspectos: “quais questões éticas esperam enfrentar e como pretendem lidar com elas, se usarão alguma forma de ocultação, que medidas serão criadas para proteger os participantes do risco e como seus resultados serão informados aos participantes ao final do estudo” (2012, p. 40).

Considerando as ideias de Giddens, conforme dito anteriormente, diversos aspectos que pudessem levar não só à identificação dos participantes, mas pudessem prejudicá-los de alguma forma, foram alterados ou ocultados. Ao mesmo tempo, os participantes estiveram envolvidos durante as etapas de construção deste trabalho: tiveram acesso às transcrições, às minhas interpretações, enfim, ao processo completo de uma forma geral. Ainda dentro das questões éticas envolvidas na pesquisa, vale ressaltar que o ponto de vista do analista, no caso, o meu, também influencia a forma como o trabalho é conduzido. De acordo com Becker (2008 [1963], p.200, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 118),

nosso trabalho trata continuamente de questões éticas; é moldado e dirigido, de forma permanente, por nossas preocupações éticas. Não queremos que nossos valores atrapalhem nossa apreciação da validade de nossas proposições sobre a vida social, mas não podemos evitar que influenciem nossa escolha de objetos e hipóteses, ou a utilização de nossos resultados. Essa influência tampouco deveria nos incomodar. Ao mesmo tempo, é impossível evitar que nossos juízos éticos sejam influenciados pelo crescente conhecimento com o qual nos confronta nosso trabalho científico. Ciência e ética se interpenetram.

Ao longo da elaboração deste trabalho, diversos colegas de farda (inclusive os próprios entrevistados) afirmaram que eu era corajosa por tocar num assunto tão polêmico. Eles temiam que eu pudesse prejudicar minha carreira após a publicação da dissertação. No entanto, trata-se de um trabalho ético, com bases científicas, que visa agir politicamente para uma mudança em relação à homofobia dentro da Força. O objetivo não é apontar culpados e nem desmoralizar o Exército Brasileiro, mas problematizar o fato de a discriminação sexual ser uma prática social real e injusta que carece de discussão e transformação.

É inevitável que haja um envolvimento meu com o objeto de estudo. Por não se tratar de uma pesquisa positivista, “a ideia de que a atividade de teorizar, de construir teorias, não é uma atividade ideologicamente isenta ou neutra, não se constitui, evidentemente em nenhuma novidade” (RAJAGOPALAN, 2007, P.16). Biar (2012, p.80) defende que o pesquisador “deve ter o direito de apresentar os dados como os vê”. Assim sendo, é importante ressaltar que as interpretações das narrativas provêm dos meus entendimentos, e das bases epistemológicas, éticas e morais em que me apoio como pesquisadora.

Nos capítulos a seguir, não é meu objetivo idealizar os entrevistados, mas pretendo dar-lhes visibilidade apresentando “uma versão da realidade divergente das correntes e necessária para o diálogo intercultural, que, em última instância, é um dos objetivos mais básicos de qualquer pesquisa sobre uma sociedade tão fortemente marcada por desigualdades e silenciamentos” (BIAR, 2012, p. 81).

Narrativas e interação social

“Quando um indivíduo se coloca na presença de outras pessoas, elas geralmente tentam obter informações sobre ele e trazem à tona informações que já possuíam. As informações sobre o indivíduo ajudam a definir a situação, possibilitando que as pessoas saibam antecipadamente o que ele deve esperar delas e o que devem esperar dele.”

Erving Goffman

A análise dos dados apresentados nesta dissertação tem como foco a interação face a face e as narrativas construídas no encontro social com base nas teorias da sociolinguística interacional. Schiffrin (1994) afirma que essa abordagem tem uma preocupação especial com as identidades sociais e pessoais de interlocutores, visando integrar o que sabemos sobre gramática, cultura e convenções de interações em uma teoria geral sobre a comunicação verbal. Neste escopo, é decisivo entender que os interlocutores - no caso, entrevistadora e entrevistados - apresentam papel relevante na construção do significado daquilo que está sendo dito na interação. A situação social é de extremo valor para a análise dos dados (RIBEIRO e PEREIRA, 2008), pois ela “advêm de processos sociais de negociação, exigindo assim trabalho discursivo, ou seja, o modo como se escolhe usar a linguagem em contextos diversos” (BRUNO, 2010, p.29) que constroem quem somos em cada interação social. Dessa forma, o contexto é crucial, pois é nele e por ele que as narrativas são construídas. Ribeiro e Pereira (2008, p. 48) apontam para a importância de olhar para a conjuntura da interação na análise do discurso:

Podemos perceber o contexto de forma micro – captando mais especificamente as informações de natureza sociointeracional que informam uma conversa, ou de forma macro - refletindo sobre a visão histórico-social e institucional que ancora o discurso. Enquanto participantes em qualquer encontro face a face, utilizamo-nos, a todo o momento, de pistas de contextualização que nos remetem tanto para informações contextuais a nível micro (sociointeracional, pessoal) como a nível macro (histórico, institucional).

A sociolinguística interacional oferece uma abordagem à análise de discurso que incide sobre significado situado, ou seja, contextual. Os estudiosos que lançam mão desta abordagem se apoiam nas ideias do antropólogo John Gumperz e do sociólogo Erving Goffman (PEREIRA, 2002). Gumperz contribui trazendo uma teoria sobre um conjunto de conceitos e ferramentas que permite analisar o uso da

linguagem durante a comunicação interpessoal e intercultural. Para o antropólogo, a língua é vista como um sistema de símbolos social e culturalmente construído. De tal modo, pode-se dizer que os falantes usam a linguagem para fornecer índices contínuos sobre quem eles são e o que querem comunicar. Gumperz aponta para a importância de olhar tanto para o nível linguístico da comunicação quanto para o nível paralinguístico da interação. Para o autor, o significado é construído a partir da linguagem oral e das pistas de contextualização:

ao contrário das palavras, que podem ser discutidas fora de contexto, os significados das pistas de contextualização são implícitos. Geralmente não nos referimos a eles fora do seu contexto. O valor sinalizador depende do reconhecimento tácito desse significado por parte dos participantes. (GUMPERZ, [1982] 2013, p. 152).

A obra de Goffman também se concentra no conhecimento situado, no *self*, e no contexto social de forma a complementar o foco de Gumperz sobre inferência situada. Goffman, por sua vez, fornece uma estrutura sociológica para descrever e compreender a forma e o significado dos contextos sociais e interpessoais, estabelecendo pressupostos para a interpretação do significado (SCHIFFRIN, 1994).

Os dados de entrevista que são objeto de análise neste trabalho podem ser estudados por diferentes perspectivas; no entanto, proponho olhar para o que está acontecendo no momento da interação e para como os interactantes interpretam o que é dito com base no contexto (GUMPERZ, [1982] 2013):

Consideramos, como pressuposto básico, que essa canalização de interpretação se realiza por implicaturas conversacionais baseadas em expectativas convencionalizadas de co-ocorrência entre conteúdo e estilo de superfície. Isso significa que é através de constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e *como* cada oração se relaciona ao que a precede ou sucede. Tais traços são denominados pistas de contextualização. Na maioria dos casos, elas são usadas e percebidas irrefletidamente, mas raramente observadas em nível consciente e quase nunca comentadas de maneira direta. Portanto, essas pistas devem ser estudadas em relação ao processo e ao contexto, e não de forma abstrata (GUMPERZ, [1982] 2013, p. 152).

Ao lançar um olhar para o contexto micro, isto é, para o momento da entrevista e para a interação dos participantes, busco entender os significados e as

identidades construídas naquele cenário. Quanto ao aspecto linguístico, descarto a relação direta entre forma e sentido uma vez que cada interação social é uma situação única na qual os significados são coconstruídos pelos participantes e

cuja análise interpretativa demanda atenção aos elementos que em vários níveis compõem a interação: princípios organizacionais; mecanismos processuais de sinalização; interpretação de intenções e identidades e configurações locais específicas de tempo, espaço, participantes e seus comportamentos verbais e não verbais (BIAR, 2012, p. 85).

Ao longo deste capítulo, revisarei conceitos relevantes para a teoria interacionista formulados por Goffman, a saber: (i) encontro interacional misto, (ii) trabalho de face e (iii) apresentação do *self*. Serão abordados também pressupostos teóricos da análise de narrativa (BASTOS, 2003; 2004; 2008; BASTOS e BIAR, 2015), bem como os conceitos de *accounts* na construção de narrativas e como subsídios para a preservação da face (DE FINA, 2009; DEL CORONA e OSTERMANN, 2013). Por fim, farei algumas considerações sobre discurso relatado e diálogo construído a fim terminar de sistematizar o arcabouço teórico e as categorias da análise utilizados na análise dos dados (cf. cap.5).

4.1

A emergência do estigma no encontro interacional misto

“Já que é através de nossa visão que o estigma dos outros se torna evidente com maior frequência, talvez o termo visibilidade não crie muita distorção. Na verdade, o termos mais geral ‘perceptibilidade’ seria mais preciso, e ‘evidencialidade’ mais preciso ainda.”

Erving Goffman

“Nós mesmos temos nossos preconceitos. Os militares geralmente não são assim afetados, e a gente tem um certo problema com quem é muito afetado, quem dá muita pinta, com militar que dá muita pinta.”

Coronel Juarez (entrevista em agosto de 2014)

Como já foi dito no capítulo 3 deste trabalho, durante o processo de geração de dados, minha maior dificuldade foi conseguir a adesão de militares que se identificam como homossexuais à pesquisa. Diversos foram os casos de colegas de farda que sentiram medo de retaliação por parte da Força, caso alguém “descobrisse” as gravações e pudesse reconhecer suas vozes. Muitos também apresentaram receio em contar suas histórias por se tratar de uma entrevista com

uma militar também da ativa, casada com um oficial superior de orientação heterossexual.

Aos poucos, alguns militares aceitaram participar e relatar suas histórias na caserna e fora dela, em um tipo de atividade de pesquisa que pode ser lida, nos termos de Goffman (1988), como um encontro interacional misto, isto é, um encontro social que reúne face a face um estigmatizado e um não estigmatizado (cf. cap. 2 e BIAR, 2012).

Como já se disse, para Goffman (1988), o conceito de estigma possui uma natureza interacional; ou seja, é um rótulo que emana não de uma qualidade em si mesma desonrosa, mas por não estar de acordo com as expectativas normativas culturais no que concerne à apresentação social de um indivíduo em diferentes contextos de interação. Tais avaliações sobre a normalidade que estão na base da noção de estigma são, naturalmente, dialógicas e processuais. Trata-se, portanto de uma interação entre uma identidade estigmatizada ou desviante (entrevistado) com outra não estigmatizada, não desviante (entrevistadora). Além das identidades dos participantes da interação, nas histórias narradas pelos entrevistados, são comumente (re)contados episódios que ocorreram no contexto militar envolvendo outros participantes em tempo anterior ao da entrevista de pesquisa, e que também podem ser entendidos como encontros interacionais mistos por também envolverem identidades localmente construídas como desviante e não desviante.

As conversas (ou entrevistas) presentes nesta pesquisa são classificadas por Giddens (2012) como “interação concentrada”, ou “encontro”, segundo a nomenclatura de Goffman. Trata-se de uma situação social na qual os interactantes estão envolvidos e prestam atenção no que é dito. Giddens (2012, p. 196) afirma que, “na interação concentrada, cada pessoa se comunica tanto por expressão facial e gestos quanto pelas palavras que trocam efetivamente”.

De acordo Giddens (2012), apoiado na teoria goffmaniana, um *encontro* pode ser definido como uma situação de interação concentrada quando os indivíduos prestam atenção diretamente àquilo que os outros estão dizendo ou fazendo. Para o autor, grande parte da nossa vida cotidiana consiste em encontros

com outras pessoas. Assim, de acordo com a definição do sociólogo, a entrevista de pesquisa pode ser entendida como um encontro.

O ponto principal do trabalho de Goffman parece ser confirmar que todo o tempo as pessoas se empenham para não desafiar os esforços de apresentação positiva durante os encontros sociais. Assim, quando algum signo estigmatizante torna-se, explícita ou implicitamente, proeminente em uma interação, os interlocutores fazem uso de determinadas técnicas de controle da informação, estratégias interacionais que suavizam ou neutralizam o problema potencial com o objetivo de preservar a face dos interactantes.

4.1.1

Estigma e trabalho de face na interação

“Mas a vida ensina a gente a fazer assim. Eu nunca fui de carregar bandeira a favor dos homossexuais. Eu percebia esses comentários maledicentes, eu percebia imitação de trejeito, mas eu preferia tentar ignorar. Era melhor pra não criar, para não fazer justamente o combate, uma animosidade; eu sempre preferi fugir disso”.

Sargento Pires (entrevista a capitão Ariane em abril de 2014)

Assim como Gumperz, Goffman ([1964] 2013, p. 17) acredita na importância etnográfica de olhar para a conversa como uma situação social na qual existe entendimento sobre quem são os participantes e a forma como interagem naquele momento.

... é possível que duas ou mais pessoas em uma situação social ratifiquem conjuntamente uma(s) à(s) outra(s) como co-sustentadoras autorizadas de um único foco de atenção cognitiva e visual ainda que móvel. Esses empreendimentos em orientação conjunta podem ser chamados de encontros, ou comprometimento de face.

O trabalho de face (*face work*), um trabalho dinâmico de apresentação social a serviço de convenções e procedimentos sobre como agirem interação (GOFFMAN, 1980). Ou seja, isso quer dizer que a cada estado de fala em que duas ou mais pessoas se reconhecem mutuamente como interactantes, os participantes tendem a seguir uma linha – um certo padrão de atos verbais e não-verbais com que eles se expressam – sustentada por suas impressões sobre o encontro, sobre os demais participantes e sobre eles mesmos. De forma muito geral, tal linha determina

um sentido social de confiança e segurança – caso as pessoas sintam que estão sustentando um padrão positivo, ou adequado às requisições do encontro (neste caso, diz-se que o sujeito está sustentando a face) –, e ofendidas ou envergonhadas – nos casos de inadequação dos padrões verbais e semióticos assumidos (quando se está fora de face, com a face inadequada ou ameaçada). Normalmente, os interlocutores se esforçam pelo equilíbrio do conflito, isto é, eles mantêm uma face, assumindo uma linha que apresenta uma imagem consistente ao que a situação requer, e o fazem apoiados nos juízos e evidências comunicadas pelo outro no fluxo de eventos da situação (COSTA e BIAR, no prelo). Assim, de acordo com o sociólogo, o conceito de face pode ser definido como

o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados. (GOFFMAN, [1955] 1980, p. 76)

Com base nas afirmações de Goffman, entendemos assim, que a construção da face se dá de maneira dialógica no momento da interação social, pois a

face não é algo que se aloja dentro ou na superfície do corpo de uma pessoa, mas sim algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro, e se torna manifesto apenas quando estes eventos são lidos e interpretados em função das avaliações que neles se expressam (GOFFMAN, [1955] 1980 p. 78).

Uma vez que Goffman define a face como sendo uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados, sigo agora com a definição de *self* de acordo com o autor.

O conceito de *self* foi abordado pela primeira vez por Goffman em seu livro “A Representação do Eu na Vida Cotidiana” (1959), cujo foco era a interação face-a-face como objeto de estudo sociológico. Para Goffman, quando um indivíduo entra em contato com outra pessoa, ele tenta controlar suas ações a fim de guiar a impressão que os outros irão ter dele através de seu comportamento e até mesmo sua aparência. Ao mesmo tempo, seu interactante busca, durante o encontro social, construir um entendimento sobre a pessoa com quem está interagindo. Segundo Pereira (2002, p.16),

o *self* é considerado por Goffman como o nosso sentimento de quem somos, em personalidade e socialmente no nível de microanálise, isto é, em encontros, interações e atividades em que rotineiramente nos engajamos. O que nós somos (ou acreditamos ser) advém não apenas de processos sociais que operam a nível de instituições sociais (por exemplo a família, a escola, o trabalho) mas de processos sociais embutidos nas situações, ocasiões, encontros e rituais do dia a dia. Tais processos de micronível ajudam-nos a organizar e dar sentido aos nossos comportamentos do dia a dia e ajudam a nos prover o sentimento do *self*.

Goffman também postula que todos os participantes em interações sociais têm como objetivo evitar ser constrangido ou embaraçar os outros. Isso levou à análise dramaturgica de Goffman, pois o sociólogo observou uma conexão entre os tipos de atos diários da vida das pessoas com performances teatrais, utilizando assim a representação teatral como base para seus estudos. Assim, os encontros sociais podem ser entendidos como uma apresentação com atores e plateia, sendo seus papéis não necessariamente estáticos (BRANDÃO, 2013). Para Biar (2012, p. 87), o *self* pode ser definido como sendo “uma imagem socialmente construída a partir de certas demandas expressivas contingentes e baseadas em juízos emergentes de uma situação social”.

De acordo com Goffman, os indivíduos atuam em duas regiões: fachada e bastidores. Enquanto a fachada seria o local em que a apresentação do *self* é feita para os outros, os bastidores se referem aos locais mais informais, divididos com os companheiros de equipe, onde a pessoa prepara a apresentação, e os segredos podem ser compartilhados. Sendo assim, na interação social, como em uma performance teatral, a região de fachada é aquela em que os indivíduos (“atores”, na metáfora de Goffman) estão no palco na frente das audiências. É neste local que o aspecto positivo do *self* e as impressões desejadas são realçados. Por outro lado, a região de bastidores, pode ser considerada como um lugar escondido ou privado onde os indivíduos, em efeito-bumerangue (COELHO, 2013) sobre a imagem que projetam em fachada, pensam ser eles mesmos. Para Coelho, a imagem que a pessoa tem de si, como sendo o seu verdadeiro “eu”, não passa de um retorno daquilo que ela projeta e das imagens que as pessoas fazem dela e demonstram em interação. Por isso, para a autora, não haveria um “ser ele mesmo”, pois a forma como nos apresentamos é sempre efeito das práticas interacionais. Ou seja, nas palavras da autora (idem, p.23), a “imagem de si, contudo, não é uma ‘identidade’, algo que o sujeito seria, mas uma imagem projetada para o outro (e numa espécie de “efeito-

bumerangue”, para si mesmo), com prazo de validade bem definido: *a situação social na qual é construída*”.

O ponto crítico da análise de Goffman reside nessa relação entre desempenho e vida. Goffman usa diversos elementos da atuação teatral para sustentar sua teoria: um ator opera em um cenário construído no palco e nos bastidores. Suas ações dependem da configuração na qual está inserido, pois ao mesmo tempo em que ele é observado por um público, ele é também um espectador que assiste aos papéis desempenhados pela sua audiência. O autor afirma que “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que indivíduo como um todo” (GOFFMAN, [1959] 2014, p. 48).

Em interações ou performances, as partes envolvidas podem ser membros da audiência e atores ao mesmo tempo; os atores geralmente promovem impressões positivas sobre si mesmos e incentivam os outros, por diversos meios, a aceitar a sua definição preferida, apresentando, portanto, uma face positiva. Conforme o autor:

A vida passada e o curso habitual das atividades de determinado ator contêm tipicamente alguns fatos que se fossem introduzidos durante a representação, desacreditariam ou, no mínimo, enfraqueceriam as pretensões relativas à sua personalidade, que o ator estava tentando projetar, como parte da definição da situação. Estes fatos podem envolver segredos escusos bem guardados ou características negativas, que todo mundo vê, mas às quais ninguém se refere (GOFFMAN, [1959] 2014, P. 226).

Quando a pessoa percebe que está na face errada ou fora da face, sente-se

envergonhada ou inferior pelo que aconteceu à atividade por culpa sua e pelo que pode acontecer à sua reputação como participante. Pode também sentir-se mal por ter contado com o encontro para apoiar a imagem de *self* à qual ela se havia ligado emocionalmente e que agora está ameaçada. (GOFFMAN, [1955] 1980, p. 79).

A definição de *self* que proponho nesta pesquisa, então:

permite que ele seja construído diversificadamente conforme entendimentos locais e situados daquilo que nos convém hora ou outra ou daquilo que condiciona nossas vidas. A construção de *selfs* múltiplos que emergem em diferentes contextos é bastante útil aos propósitos interpessoais dos complexos contextos sociais pós-modernos. Melhor seria referir-se a este construto como

selves, sempre no plural, já que plural e multifacetado é o tempo em que vivemos (BRUNO, 2010, p. 44).

Considerando os conceitos de face e *self* descritos até aqui, é possível afirmar que, em uma entrevista de pesquisa, há que considerar a face do entrevistado e a do entrevistador; ambos protegem tanto a sua própria face como a do interlocutor. No trabalho de face existem a orientação defensiva e a protetora da face. “Mediante a orientação defensiva, o falante procura ‘salvar sua própria face’; a orientação protetora visa a ‘salvar a face dos outros’” (PEREIRA, 2002, p.16).

O objetivo neste trabalho não é olhar para o processo de rotulação dos entrevistados, mas analisar minha interação com eles a fim de “evidenciar as marcas e estratégias desse contato, sustentado pelo reconhecimento tácito dos papéis e hierarquias instanciados social e institucionalmente” (BIAR, 2012, p. 82). As próximas subseções especificam as categorias usadas neste trabalho para analisar o trabalho de face entre os interlocutores.

4.2

Narrativas que emergem do encontro interacional

“Embedded in the lives of the ordinary, the marginalized, and the muted, personal narrative responds to the disintegration of master narratives as people make sense of experience, claim identities, and ‘get a life’ by telling and writing their stories.”

Kristin M. Langellier

Contar histórias talvez seja a maneira mais comum que as pessoas encontram para dar significado a suas experiências, reivindicar identidades e organizar sua vida, segundo Riessman (2008). Grande parte de nosso cotidiano consiste em contar histórias e ouvir e ler as histórias de outras pessoas. A narrativa pode ser entendida, tradicionalmente, como uma forma de recapitular experiências passadas. Mas afinal, o que são essas histórias? Como elas constituem nossas vidas? E por que elas são importantes? Assim, o principal objetivo de focar os estudos na interpretação da interação se dá pelo fato de entender as narrativas como “uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual se pode estudar a vida social em geral” (BASTOS, 2004, p.119).

A narrativa precisa ter um “ponto”, ou seja, ter um motivo para ser contada. Além do “ponto”, a narrativa precisa ter reportabilidade, isto é, remeter a algo que seja importante, pois algo banal não precisa ser contado. Tanto o ponto quanto a reportabilidade são normalmente ratificados na fase da avaliação da narrativa, quando o falante expõe seu ponto de vista sobre o fato em questão.

Bastos (2004, p. 121) explica que, atualmente, os estudos sobre a narrativa estão diretamente ligados à vida social:

A narrativa passa a ser vista como uma construção social e não mais como uma representação do que aconteceu. Operam nessa construção o filtro afetivo que guia a lembrança, as especificidades da situação de comunicação em que a narrativa é contada, a ordem sociocultural mais ampla.

A narrativa propicia ao indivíduo um entendimento a respeito de suas experiências através da construção de um mundo para o qual ele traz outras pessoas em relação às quais ele se posiciona.

As narrativas, conforme dito anteriormente, podem ser definidas como uma prática verbal básica e específica de se estruturar a experiência humana, que têm sido entendida como um lugar privilegiado para se estudar a vida em sociedade (BASTOS, 2004; BASTOS e BIAR, 2015). Isso se dá pelo fato de que ao contar histórias, as pessoas se engajam em um tipo de atividade interpretativa que dá forma, sequência e sentido a situações passadas, construindo sentidos sobre si mesmos, outras pessoas, objetos e ações do mundo social, sempre em relação a certos padrões culturais e finalidades interacionais determinados no contexto em que se encontram.

Os primeiros estudos de Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972) consagram a pesquisa sobre narrativas orais. Para os autores, o requisito básico de sua construção é a alusão a um evento extraordinário, isto é, uma narrativa precisa, como já se disse, ser reportável ou exibir um motivo claro para ser contada. Isto é o que Labov chama de ponto (*plot*) da narrativa. A estrutura narrativa é identificada pelos autores a partir de características bem demarcadas, que relacionam sequências verbais a sequências de fatos. O modelo canônico laboviano apresenta, então, os principais elementos sintáticos dessa organização, que consiste, essencialmente, em

estabelecer discursivamente orações no passado de maneira que a história recupere um determinado ordenamento temporal de ações. Assim sendo, de acordo com o modelo laboviano, os seguintes elementos se articulam nessa construção:

- (i) sumário: espécie de resumo da história que, preposto ao início da sequência de ações, anuncia o assunto e de alguma maneira a razão pela qual a história é contada, isto é, seu ponto;
- (ii) orientação: momento da narrativa em que se identificam personagens, tempo e lugar das atividades narradas, contextualizando, portanto, seus elementos;
- (iii) ação complicadora: as orações narrativas dispostas em sequência temporal, a partir das quais se conta o que efetivamente conta o que aconteceu;
- (iv) avaliação: elemento que pode aparecer de forma encaixada, ou em um momento de suspensão do fluxo de ações narradas, e tem a função de dar relevo à postura do narrador em relação a partes específicas da história, além de contribuir para a construção do ponto da história. As avaliações podem ocorrer por meio de recursos expressivos diversos, tais como contorno entoacional, inserção de adjetivos ou advérbios, paralelismos sintáticos, dentre muitas outras possibilidades, as quais, de qualquer forma, conferem dramaticidade à história e funcionam como pista para como seus elementos devem ser interpretados pelo interlocutor;
- (v) resultado: desfecho para as ações narrativas em que se costura o destino final dos personagens e objetos narrados;
- (vi) coda: momento frequentemente final, em que o narrador encerra o fluxo de eventos narrados e retorna ao presente da interação, fornecendo uma nova síntese avaliativa sobre o sentido da história.

Contudo, existe um número considerável de narrativas que não apresentam essa estrutura padrão com os movimentos retóricos descritos por Labov de forma simples e linear. A estrutura da narrativa pode ser mais complexa – ou mais simples – de maneiras diversas. Por este motivo, houve muitas críticas em relação à

definição de narrativa e à abordagem proposta por Labov (1972; 2013) nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito “a uma certa visão representacionista patente na crença de que a sequenciação de ações no discurso narrativo consistiria uma tarefa de *recapitulação* de eventos passados” (COSTA e BIAR, no prelo). Ou seja, há teóricos que defendem que as narrativas podem apresentar estruturas distintas ao modelo canônico de Labov pelo fato de serem coconstruídas, coavaliadas e modificadas no curso da interação, conforme afirma De Fina (2009). Del Corona e Ostermann (2013, p. 181), apoiadas nos conceitos de De Fina (2009), defendem que “as narrativas não são pacotes necessariamente ordenados, coesos e cuidadosamente organizados em sua temporalidade e cronologia”. Ao surgirem em situações sociointeracionais, as narrativas são construídas turno após turno. Assim, com base nas indicações deixadas por essas críticas, a narrativa pode ser entendida como uma atividade situada, uma organização de eventos em si mesmos dispersos; de coconstrução interativa tanto no que diz respeito à sua estrutura, quanto a seus significados (GARCEZ, 2001; MISHLER, 1986; 1999; SCHIFFRIN, 1996). Os resultados de sentido de uma narrativa, portanto, emanam necessariamente da atividade conjunta que lhe dá conteúdo – no caso desta dissertação, a própria entrevista de pesquisa.

A esse respeito, já foi dito que, na abordagem adotada aqui, as entrevistas são entendidas como atividades interacionais, ou seja, as falas produzidas nos contextos das entrevistas possuem uma estrutura dialógica no seguinte sentido: “o entrevistado não é mais visto como a fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que constrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista” (BASTOS e SANTOS, 2013, p.10). Destarte, as narrativas presentes em entrevistas de pesquisa não são resultado de atos individuais, mas são construídas turno a turno pelos participantes (DE FINA, 2009).

Este trabalho não se encontra orientado apenas pela concepção canônica laboviana de narrativas, mas se apoia também nas ideias de Goffman (1974, p. 506) sobre a função social do ato de narrar:

Em resumo, falar costuma envolver o relato de um evento –passado, corrente, condicional ou futuro, contendo uma figura humana ou não – e esse relato não precisa ser, mas comumente é, apresentado como algo a ser re-experimentado, a ser saboreado, a ser elaborado, ou qualquer outra ação que o apresentador espera que seu pequeno show induza a audiência a experimentar.

Dentre os conceitos que fundam a base teórica desta pesquisa, estão as ideias defendidas por Linde (1993) sobre o conceito de histórias de vida. Para a autora, as histórias narradas pelos entrevistados relatam eventos que atuam diretamente na criação e na manutenção de suas identidades:

As histórias de vida expressam nosso sentimento de *self*: quem somos e como nos tomarmos assim. Elas também são um meio muito importante pelo qual comunicamos esse senso de *self* e negociamos com os outros. Além disso, usamos essas histórias para reivindicar ou negociar a associação a grupos e para demonstrar que somos de fato membros dignos de tais grupos, compreendendo e seguindo devidamente seus padrões morais. Finalmente, as histórias de vida tocam na área mais ampla das construções sociais, uma vez que elas fazem pressuposições sobre o que pode ser tomado como o esperado, quais são as normas, e quais os sistemas de crenças comuns ou especiais podem ser usados para estabelecer coerência (LINDE, 1993, p. 3. Tradução minha).

Relacionado à teoria de Linde está outro aspecto importante do estudo da narrativa, defendido por Bruner (1990), que é o fato da narrativa funcionar como intercessora entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos anseios e perspectivas. Portanto, olhar para a narrativa do entrevistado é uma ferramenta valiosa para entender suas subjetividades e sua autobiografia socioconstruída.

Com base nos estudos de autores como Mishler e Riessman, Oliveira e Bastos (2012, p. 195) defendem que:

abordagens interacionais e estruturais da narrativa podem ser vistas como complementares, de modo que a articulação de ambas as abordagens nos possibilita compreender não apenas a estruturação das narrativas (i.e., os componentes que compõem as narrativas), mas também características interacionais que permeiam o turno a turno de sua construção.

O conceito citado anteriormente tem relação direta com a proposta deste trabalho de olhar para as narrativas focando tanto em seus elementos estruturais quanto nas interações localmente situadas.

4.2.1

Diálogo construído e suas funções na narrativa

“Aí chegou o cara que trabalhava na minha seção, um major, e falou assim: ‘Coronel, eu tô vendo o senhor muito com o Fulano; queria dizer pro senhor que ele tem fama de ser viado aqui no trabalho, aqui no quartel, daqui a pouco vão dizer que o senhor também é.’... Eu falei assim: ‘Ele pode até ser, ele tem um jeitinho, mas ele é muito melhor que muito cara que tem jeito de machão aí’. Aí ele ficou decepcionado. Ele pensou que eu fosse agradecer.”

Tenente Coronel Augusto (entrevista em outubro de 2014).

Durante o processo analítico das narrativas estudadas, foi observada com considerável constância a presença de diversas vozes que (re)constroem interações antigas através de diálogos construídos. O diálogo construído é um fenômeno linguístico que inclui outro(s) discurso(s) dentro de um novo discurso. Assim, os diálogos construídos presentes nos dados aqui mostram que o falante não (re)constrói suas histórias de opressão isoladamente. Suas experiências de vida encontram-se fundamentadas e atravessadas por uma pluralidade de vozes e sentidos.

Apresentada na literatura como *discurso relatado*, *fala reportada* ou *diálogo construído* (TANNEN, 1989; CLIFT e HOLT, 2007), a representação da fala de personagens referidos no discurso configura-se como uma estratégia avaliativa muito frequente em narrativas. Para De Fina (2003), trata-se de um recurso que ressalta aspectos importantes no mundo da história, como, por exemplo, os modos com os quais o narrador pretende se construir e construir o outro.

Em geral, o diálogo construído é marcado prosodicamente, de modo a se estabelecer uma diferenciação clara entre esta e a fala do narrador. Nos dados transcritos para este trabalho, esse tipo de estratégia aparece apresentada graficamente por aspas.

O diálogo construído reconstrói e ressignifica, em um processo ativo e situado, o que foi alegadamente dito pelos personagens do espaço de referência da história, apresentando-se, portanto, como um poderoso recurso de seleção e edição das ações narradas. A partir das falas dos personagens, o narrador destaca e

contorna uma identidade reivindicada para eles, torna proeminente as suas ações, especialmente as que se referem a processos verbais (cf. DE FINA, 2009).

Embora o diálogo construído traga as vozes de outras pessoas para a história contada de forma relativamente estável, nunca é totalmente fiel ao que foi dito pelo real falante. Na verdade, aquilo que o ouvinte escuta como reprodução é uma produção já transformada pelo falante, que, por sua vez, utiliza essa nova construção a fim de transpor um enunciado para outra situação. Mendes (2013, p. 58) - que adota o termo *discurso relatado* - afirma que

o uso do discurso relatado aponta, dessa maneira, para uma habilidade interacional, pois indica um narrador que consegue imaginar o que um interlocutor hipotético necessita ou quer saber para completar seus conhecimentos, comprometendo-se também com a questão do assunto e com movimentos sensíveis e interacionais inerentes ao contexto. Ao elaborar discursos relatados, o autor se projeta, englobando a si e ao outro no processo de contagem de experiências.

Apesar do termo “discurso relatado” ser amplamente utilizado por estudiosos da área de linguística, Tannen (2007) propõe o conceito de ‘diálogo construído’. Para a autora, trata-se de uma recontextualização de palavras em determinado discurso. Com base nos estudos de Kuo (2001, *apud* TANNEN, 2007, p. 18), a autora afirma que as pessoas usam a vivacidade do diálogo tanto para aumentar a sua credibilidade enquanto apresentam imagens positivas de si mesmos e imagens negativas de seus adversários, quanto para fugir à responsabilidade e se distanciar da fonte das informações que desejam transmitir. Ainda defendendo seu ponto de vista, Tannen se apoia nos estudos de Alvarez-Caccamo (1996 *apud* TANNEN 2007, p. 18) sobre discursos bilíngues para afirmar que “quando os falantes representam o diálogo de outros, eles não estão 'reportando' o discurso real, mas indicando a sua própria perspectiva” (tradução minha).

Ainda sobre o conceito de diálogo construído, Tannen ressalta que construir um diálogo na conversa é uma forma através da qual o falante avalia e mostra suas ideias ou posicionamentos representados pela fala do outro. Tal avaliação é normalmente realizada através de prosódia e qualidade de voz. Ou seja, ao reproduzir falas de um evento social anterior, o falante comunica sua perspectiva e avaliação através do uso da prosódia (volume, ritmo, pausas, duração e outros elementos relacionados à qualidade da voz) em um processo que Gunthner (*apud*

TANNEN, 2007, p. 19) chama de “estratificação polifônica de vozes” (tradução minha).

Tannen (2007, p.132) defende que o termo “discurso relatado” seria um equívoco, uma abstração sem base na realidade da interação, pois quando os falantes lançam as palavras de outras pessoas no diálogo, eles não estão relatando, mas (re)construindo esse diálogo. A construção de um diálogo, para a autora, cria envolvimento tanto por seu efeito sonoro quanto por seu efeito internamente avaliativo. O diálogo não é um relatório geral; é particular, e o particular permite aos ouvintes (ou leitores) criar a sua compreensão, com base na sua própria história de associações. Essa participação ativa na construção de sentido contribui para a criação de envolvimento. Considerando que o discurso é construído na interação, e que, nos contextos das entrevistas analisadas neste trabalho, os participantes buscavam entender o fenômeno da homofobia na caserna, a análise que aqui se propõe se beneficiou, muitas vezes, do exame de diálogos (re)construídos dos personagens trazidos para a narrativa, que muitas vezes serviam para solidificar o ponto de vista sustentando pelos interactantes durante a entrevista.

4.3

Accounts narrativos

“Hoje as coisas são mais tranquilas. Até eu mesmo. Eu, quando eu era tenente, até pela sociedade e tal, eu vivia de um jeito e alguns preconceitos que.... Porque assim, eu como era aparentemente másculo e acima de qualquer suspeita, quando acontecia de alguém sacanear um cara, um soldado que era afeminado, eu até de vez em quando participava, zoava também, pra me defender. Pensava; ‘pô, se eles estão brincando assim comigo aqui, é porque eles não acham...’ Já me sentia aliviado. Hoje, ‘Que palhaçada, que babaquice!’ Hoje, quando eu vejo alguém falando, eu já vou defendendo. ”

Tenente Coronel Augusto (entrevista em outubro de 2014)

Em situações problemáticas em que o significado de um evento precisa ser explicado ou justificado, os atores sociais constroem suas narrativas usando *accounts*. Os *accounts* podem ser definidos, segundo Scott e Lyman (1968, p.46), como declarações feitas por atores sociais para explicar ou aliviar-se de culpa por atos indesejáveis ou imprevistos. De acordo com Buttny (1985), os *accounts* envolvem três condições mínimas necessárias: (1) o evento problemático que (2) obriga o ator social a dar uma resposta (isto é, dar uma explicação ou admitir a

culpa), e (3) uma avaliação por parte do interlocutor indicadora de que o problema foi retificado. Sendo assim, é comum perceber a presença de *accounts* com a função salvar a face, de corrigir impressões e tornar desvios aceitáveis (BUTTNY, 1985) em eventos que possam ameaçar a face dos atores sociais (GOFFMAN, 1980). Segundo Del Corona e Ostermann (2013, p.179), a produção de *accounts* visa a restabelecer o equilíbrio social abalado por alguma situação problemática e sua aceitabilidade se dá de forma situada, ou seja, atrelada ao cenário social e ao evento em particular, com seus sistemas de valores, sujeitos à revisão e modificação em contextos de mudança social.

Alguns estudos apontam que *accounts* não são usados apenas em situações desfavoráveis ou em situações onde há uma quebra das expectativas sobre o que seria um comportamento normal. Para De Fina (2009, p.240), “o que todos os *accounts* envolvem é um componente explicativo”, pois são construídos como explicações em situações onde há sempre um “por quê?” ou um “como?” explícito ou implícito na avaliação do interlocutor. De acordo com Del Corona e Ostermann (2013, p. 179), a produção de motivos visa restaurar e "conciliar as ações dos indivíduos e as expectativas dos interlocutores, ambas fundamentadas na cultura, nos usos, nos costumes, na moral vigente e nas normas que regem a vida em sociedade".

Ainda de acordo com De Fina (2009), os *accounts* são construídos como narrativas (*accounts* narrativos) em relatos nos quais o ponto importante é a forma como o narrador constrói sua história baseado no que interpreta ser a avaliação de seu interlocutor. Os *accounts* narrativos têm a função de (re)construir e (re)interpretar o passado em função da avaliação do interlocutor, pois surgem sempre como respostas a perguntas específicas ou implícitas, podendo aparecer em diversos contextos da atividade humana. Destarte, em entrevistas, os *accounts* são construídos levando em conta as perguntas feitas pelo entrevistador, e mais ainda, são continuamente negociados. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que os *accounts* narrativos não apresentam uma estrutura estável e coerente, pois são constantemente negociados em interação. Para De Fina, os *accounts* são “resultado emergente das perguntas específicas e as relações estabelecidas entre os interlocutores” (2009, p. 253). Assim sendo, o narrador se vale da interpretação que

faz sobre a avaliação de seu interlocutor para (re)construir e (re)interpretar o fato passado narrado na interação.

Além disso, os *accounts* estão a serviço da construção de significados morais para o que é dito e feito interacionalmente. Durante as interações sociais, os participantes buscam manter e exibir os padrões de comportamentos moralmente orientados e socialmente aceitos que se relacionam a suas interpretações sobre o evento em si, suas ações e a de outros participantes. Assim, atitudes que quebrem a moralidade vigente podem causar constrangimento e abalar a reputação do sujeito: "na iminência de alguma ruptura, o participante precisará investir em manter a coerência entre suas ações e a face que busca construir para si" (DEL CORONA e OSTERMANN, 2013, p. 180). Tendo em vista que nesta pesquisa busquei entender os significados coconstruídos durante a interação social entre a entrevistadora e o entrevistado, olhando para o contexto micro, os *accounts* se tornam uma valiosa categoria de análise, pois estão a serviço do entendimento do fato narrado e das estratégias de construção da face. Os entrevistados lançam mão desta ferramenta linguística para (re)construir e (re)significar eventos passados em algum nível tomados por eles mesmos como desabonadores.

Seguirei a partir de agora, no próximo capítulo, com as análises das interações com base nos pressupostos da análise interacional de narrativas, entendendo que as entrevistas de pesquisa são, na verdade, “um encontro social pesquisável também por sua natureza e relevância sociológica” (BIAR, 2012, p.83). Para tanto, apoio-me nos conceitos de estigma, face, *self*, discurso relatado e *accounts* descritos neste capítulo.

ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas aqui transcritas e analisadas tiveram como principais tópicos as experiências de opressão vividas pelos entrevistados ao longo de suas carreiras no Exército Brasileiro por conta da maneira como se identificam quanto à sua sexualidade. Assim sendo, para fins de análise de dados, foram selecionados alguns momentos das entrevistas realizadas, tendo em vista a sua prototipicidade em relação aos demais dados do trabalho.

As próximas seções apresentam a análise dos excertos selecionados com base nos principais construtos teóricos, abordados no capítulo 4, que embasam este trabalho. Neste primeiro momento, lançaremos foco sobre categorias analíticas típicas da análise de narrativa, isto é, sobre (i) a estrutura narrativa e a delimitação das construções canônicas identificadas como narrativas de discriminação homofóbica; (ii) a função dessas histórias na produção de *accounts* narrativos (DE FINA, 2009) e as estratégias usadas na construção de significado moral das ações narradas e (iii) a relação entre os aspectos situados da entrevista de pesquisa e o conceito de estigma e trabalho de face. Procurei identificar nos dados os elementos centrais que sustentam as histórias contadas pelos entrevistados, argumentando ainda pela relevância do olhar narrativo à pesquisa social.

5.1

Tenente Coronel Freitas: Perseguições veladas

Como já se disse no capítulo 3 (Metodologia), o entrevistado, Freitas (nome fictício), é um tenente coronel do Exército, isto é, um oficial de alta hierarquia no meio militar, com mais de 25 anos de serviços prestados à instituição. Ao ser procurado, Freitas se mostrou solícito e disposto a contribuir para entendimento acerca das práticas homofóbicas presentes nas Forças Armadas. De fato, a conversa

aqui analisada ⁵ teve como principais tópicos as experiências de punição disciplinar construídas pelo entrevistado como perseguições homofóbicas. A conversa se estendeu por quase três horas, e o momento destacado para a análise que se segue ocorreu entre os minutos 29' 15" e 34' 17" da gravação. As narrativas em tela nesta subseção, assim como tantas outras que compõem os dados desta pesquisa, descrevem um tipo específico de discriminação homofóbica no meio militar, construída pelos participantes da interação como “perseguição velada”. Esse tipo de perseguição pode ser definido como uma sanção profissional aplicada por um superior a seu subordinado por razão aparentemente não relacionada à discriminação sexual, embora esteja claro para este subordinado que se trate disso. No excerto transcrito a seguir, o tenente coronel Freitas me conta duas histórias identificadas conforme a definição acima. Na primeira delas, o militar narra um episódio em que teria sido punido por ter se esquecido de colocar um subordinado de pernoite. A segunda história trata de mais uma punição disciplinar que o militar teria sofrido, quando tenente, por entrar com trajes inapropriados – uma camiseta sem mangas – no quartel.⁶

Excerto 1: “Já era uma perseguição velada”

01.	Freitas	[...] aí naquela época então, foi isso. aí aconteceu
02.		todo esse lance e a partir daí eu comecei a ser, é...eu
03.		não sei, assim..., como se fosse perseguido. a partir
04.		do fato dessas informações NÃO provadas, mas eu comecei
05.		a ser, é... como eu vou dizer? eu fui punido duas vezes
06.		como tenente.
07.	Flávia	é? por que?
08.	Freitas	lá, na na na °companhia°... a primeira foi por ter, não
09.		ter deixado um sargento de pernoite
10.	Flávia	u-hum
11.	Freitas	não ter deixado um sargento de pernoite quando, >não
12.		sei o que, não sei o que<... era pra ter deixado o cara
13.		de pernoite por um fato lá que ele tinha deixado,
14.		faltado à formatura, ou sei lá, alguma coisa lá que eu
15.		não me lembro agora. e aí foi solicitada a explicação e
16.		eu fiquei assim: “ué, mas?... enfim, era pra ter
17.		deixado?” não sei o que, enfim. “não porque tinha que
18.		ter deixado”. e isso, mas isso, é é... eu analisando
19.		depois,... já era uma perseguição velada.
20.	Flávia	era só um [pretexto, né?]

⁵Uma versão da análise de Freitas encontra-se no artigo “Já era uma perseguição velada”: narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista (COSTA e BIAR, no prelo).

⁶Estou considerando que tais histórias descrevem episódios de discriminação desde uma perspectiva êmica, do participante, sem importar, para fins deste trabalho, a apuração e julgamento objetivo dos fatos.

21.	Freitas	[era um pretexto, entendeu? "pô, o cara..." é...entendeu? é:: já tava já começando a... a... mentalidade de por eu ser gay, né?
24.	Flávia	entendi.
25.	Freitas	assim, e pelo menos assim, não, não provavelmente, mas porque "ah, porque falam isso. ah, porque tão falando", entendeu? e... e "não <u>merece</u> . tem que ser punido, tem que..."
29.	Flávia	entendi.
30.	Freitas	entendeu? então eu levei essa primeira punição. logo em seguida, um tempo depois, é... eu levei a segunda punição como tenente. foi... deixa eu tentar lembrar aqui... que... é... hu... ah, tá. veio uma... um informe, né? porque na brigada de forças especiais tinham várias unidades ali. um informe, e depois eu fiquei sabendo disso, que eu estava... olha só... que eu estava, é... não, que eu tinha entrado de ↑camiseta sem manga.
39.	Flávia	hum.
40.	Freitas	no quartel.
41.	Flávia	no quartel?
42.	Freitas	"é de camiseta sem manga no quartel°. dentro do meu carro, enfim, não sei. aí alguém aí... na época era o s3, era um capitão e eu era tenente, veio falar comigo: "olha só, tem aí um negócio que você entrou, entrou de camiseta... é... aqui no quartel, sem manga". e falei: "é, eu não me lembro disso" , mas e... aí... talvez ... ah, não, porque... que dia que foi?... ah, foi dia tal, >não sei o que, parará, parará< eu sei que mandaram fazer uma ↑sindicância <u>verbal</u> para apurar o fato d'eu ter entrado de camiseta sem manga no quartel.
52.	Flávia	ah, e um <u>fato</u> que surgiu sem...
53.	Freitas	[não]
54.	Flávia	[fonte]
55.	Freitas	não, porque alguém...
56.	Flávia	alguém QUEM, né?
57.	Freitas	não. foi o cara, o cara da guarda que falou na companhia que tinha do <lado>, numa reunião, que o comandante lá era muito rígido também, falando sobre traje, não sei o que. inclusive, trajes civis, >não sei o que parará, parará<. e aí alguém pegou e falou assim: "poxa" porque realmente eu tinha entrado uma vez acho, que de camiseta sem manga. mas tava dentro do meu carro, eu ia pra companhia pegar alguma coisa e ia sair, e saí.
65.	Flávia	entendi
66.	Freitas	entendeu? >e eu não tinha como botar uma camisa< aí eu falei: "pô, eu tô dentro do meu carro, eu não vou..." enfim... mas é uma questão de flexibilidade, né?
69.	Flávia	É
70.	Freitas	pô, eu não vou ter que ir lá na barra, onde eu morava, pra pegar uma camisa só pra ir pegar um negócio lá que tinha esquecido. enfim... aí um cabo, que tava de cabo da guarda, comentou: "AH, mas quer dizer ..., mas isso é porque é ↑cabo ou soldado, né? é, porque é, se for ↑oficial pode." "não, como assim como oficial?" ah.. aí deve ter falado: "ah, porque o tenente fulano da companhia tal, da companhia comando, entrou outro dia assim, assim, assado." aí o comandante quis apurar. só que aí quando chegou a informação pra lá, ↑né, por meio

80.		de documento, aí juntaram as coisas. só que tinha, eu
81.		acho, outras informações. por quê? esse capitão veio
82.		fazer uma sindicância verbal pra mim, perguntando sobre
83.		isso. eu falei assim: "olha, eu não me lembro
84.		exatamente, mas eu acho que eu uma vez eu entrei no fim
85.		de semana aqui assim. mas, pô, eu tava dentro do meu
86.		carro, não sei o que e eu fui pegar um negócio rápido e
87.		sai.". enfim. mas aí ele falou outros fatos também que
88.		"ah, porque uma vez, inclusive, te viram em cascadura,
89.		parecia que tava com uma botinha e uma bermuda apertada
90.		e uma camisetinha parecendo... >vou, vou dizer logo<,
91.		parecendo um VIADINHO." falou assim: "parecendo um
92.		VIADINHO.> não sei o que, porque você foi visto lá<" aí
93.		eu falei assim: "eu nunca usei uma botinha."> não sei o
94.		que, parará, parará< exageraram na dose, entendeu? eu
95.		falei assim. bom, eu cheguei a usar algumas coisas,
96.		digamos assim, meio características? cheguei a usar,
97.		mas não do jeito como foi falado: uma botinha, uma toda
98.		apertada bermudinha apertada, não sei o que.
99.	Flávia	e o que que tem? tá fora do quartel.
100.	Freitas	pois é.
101.	Flávia	não tá, né? hh
102.	Freitas	enfim. mas por esses fatos que iam chegando, é... eu
103.		levei minha segunda punição. por causa de uma camiseta
104.		que eu entrei no quartel.
105.	Flávia	quer dizer, o senhor acha que se não tivesse essa
106.		desconfiança da [sua homossexualidade...
107.	Freitas	[eu não seria punido].

Sigo agora com a análise da estrutura narrativa de Freitas a partir do modelo laboviano. Será feita também uma análise sobre os *accounts* narrativos, bem como sobre os sentidos coconstruídos nesta interação. Será discutida ainda a questão do estigma social e do trabalho de face realizado pelos atores sociais.

5.1.1

Análise das narrativas pela estrutura laboviana

Através da estrutura proposta por Labov, foi possível identificar duas narrativas no excerto da entrevista destacado acima. As habilidades de narrar do entrevistado nos antecipam a emergência dessas duas histórias desde as primeiras linhas do excerto, em que claramente dois sumários são construídos de forma hierarquicamente organizada. Em um sumário mais amplo ("mas eu comecei a ser, é... como eu vou dizer? eu fui punido duas vezes como tenente", linhas 4-6), que engloba as duas histórias, o narrador anuncia as duas punições de que teria sido vítima, reivindicando espaço interacional para narrar. Na sequência,

um segundo sumário, mais claramente relacionado ao primeiro episódio de punição é construído: “a primeira foi por ter, não ter deixado um sargento de pernoite” (linhas 8-9).

Segue-se ao sumário uma brevíssima contextualização, em que o narrador revela o local em que a punição se deu (“a companhia”, linha 8) e informa vagamente sobre uma ordem prévia que teria sido dada por seu superior: deixar um sargento de pernoite (linhas 12 e 13). As linhas seguintes passam a descrever três ações narrativas ordenadas temporalmente que compõem a ação complicadora da trama. A terceira delas, em forma de discurso direto, traz elipsado o sujeito e um verbo *discendi*, que o leitor não terá dificuldades de interpretar como a fala de um superior que encerra a contenda:

1. e aí foi solicitada a explicação (linha 15)
2. e eu fiquei assim: “ué, mas?... enfim, era pra ter deixado?” (linhas 15-16)
3. “não porque tinha que ter deixado” (linhas 17-18)

Embora a narrativa não traga um desfecho claramente identificado, a articulação do resumo com a última ação narrativa nos leva a crer que a primeira punição aplicada ao então tenente no Exército se deu por não ter obedecido a uma ordem supostamente prévia.

A coda dessa pequena narrativa dá título à presente dissertação. A partir dela, o narrador retorna ao espaço de referenciação da entrevista e enuncia a chave interpretativa a partir da qual a punição narrada deve ser compreendida: “eu analisando depois, ... já era uma perseguição velada” (linha 18-19). Reforça essa interpretação a avaliação encaixada que se segue à coda: “era um pretexto, entendeu? (...) já tava já começando a... a... mentalidade de por eu ser gay, né.” (linhas 21-23). Para Linde (1993), na avaliação, o narrador não apenas constrói o ponto da história, mas fornece as pistas a partir das quais a narrativa deve ser compreendida, especialmente no que se refere aos valores morais atribuídos ao evento narrado e aos seus componentes. Na história de Freitas, sua punição é indiretamente avaliada como moralmente

condenável, porque se justifica menos por uma falha disciplinar do que pela discriminação sobre sua sexualidade.

A segunda narrativa apresentada no excerto se inicia novamente por um sumário (logo em seguida, um tempo depois, é... eu levei a segunda punição como tenente - linhas 30-32). A partir daí, Freitas passa a contar a história da sua segunda punição em serviço militar, desta vez, por ter entrado no quartel em trajes alegadamente inapropriados. Essa narrativa é construída de forma mais complexa que a primeira, a partir da alternância de orações orientativas, narrativas e avaliativas. A punição é construída pelo narrador como efeito de orações narrativas que apresentam verbos *discendi* (“veio falar”, “falei”, “mandaram”, “pegou e falou assim”, “comentou”, dentre outros), cuja organização revela quem-falou-o-quê em ordem cronológica. Embora a entrada sem camisa no quartel apareça na fala dos personagens como estopim da sequência de ações, a partir da linha 87, Freitas introduz um elemento novo à história (mas aí ele falou outros fatos também que “ah, porque uma vez, inclusive, te viram em cascadura, parecia que tava com uma botinha e uma bermuda apertada e uma camisetinha (...) parecendo um VIADINHO”), avaliado de forma dramática (exageraram na dose - linha 94). O desfecho construído a seguir (linha 102-104) aponta a interpretação de Freitas sobre a sua punição. Sua repreensão teria se dado não por conta da camiseta, mas pela desconfiança sobre a sua sexualidade. Por fim, a coda avaliativa coconstruída por nós dois (entrevistadora e entrevistado) termina por sustentar o ponto dessa segunda narrativa, na mesma linha do que acontece na primeira:

105.	Flávia	quer dizer, o senhor acha que se não tivesse essa
106.		desconfiança da [sua homossexualidade...
107.	Freitas	[eu não seria punido.]

A descrição estrutural das duas narrativas seguindo o modelo laboviano serve apenas como ponto de partida para identificação formal dos segmentos discursivos que são relevantes para presente análise. Após notar a ocorrência de duas narrativas relacionadas entre si, isto é, com um ponto comum, sigo agora com

a identificação das funções interacionais dessas histórias e outros elementos importantes para a sua interpretação.

5.1.2

A produção conjunta de *accounts* narrativos

Dentre os aspectos mais visíveis da coconstrução narrativa destacada na seção anterior está o engajamento entre mim e o entrevistado, como pode ser percebido desde os primeiros turnos da interação. Na linha 7, por exemplo, após Freitas estabelecer um resumo e reivindicar espaço interacional para contar sua história, confirmo meu interesse fazendo uma pergunta que solicita esclarecimentos (é? por que?). Prossigo fornecendo suporte solidário à história, especialmente a partir de sinalizações de atenção/concordância (linhas 10, 20, 24, 29, 39, 65) e repetições (linhas 41 e 52), que são, na verdade, índices de envolvimento interacional (TANNEN, 1989) e interesse.

A presente pesquisa apresenta propósitos que vão além dos aspectos de superfície da atividade de narrar-em-interação. Assim sendo, passo agora a considerar os modos como se dá a construção de significados locais na narrativa. Costa e Biar (no prelo), baseadas nos estudos de Bastos e Biar (2015), afirmam que

trabalhos como o de Bruner (1990), Linde (1993) e Mishler (1999; 2002) argumentam que o ordenamento temporal das narrativas seria construído mais em função de certos sistemas interpretativos compartilhados e expectativas interacionais sobre o encontro, do que por sua capacidade de representar eventos – e, também nesse sentido, a ação de contar histórias seria uma forma de constituir uma realidade, além de conformar os eventos narrados a exigências de coerência interna ao discurso e a demandas contextuais de ordem micro e macro.

Além disso, quando contamos uma história, estamos contando para e com alguém. Sendo assim, a importância de se contar determinada história surge localmente na interação entre os participantes. Portanto, ao contar histórias, estamos realizando uma ação com um significado contextualmente relevante.

Seguindo essa linha interacional e não-representacionista, defendo a tese de que uma das funções mais acentuadas das duas narrativas de Freitas é servir como *account* (SCOTT e LYMAN, 1968; DE FINA, 2009; OSTERMANN e DEL

CORONA, 2013). Conforme definido no capítulo 4, os *accounts* são construções discursivas que fornecem justificativas e explicações para uma ação ou evento potencialmente indesejável, imprevisto ou desabonador para qualquer uma das partes.

De acordo com De Fina (2009), é bastante comum encontrar narrativas que funcionem como *accounts*, ou seja, as histórias são contadas para fornecer razões ou motivos para algum evento em desacerto com as expectativas de normalidade, com o objetivo de construir de uma imagem positiva para o narrador. Isso quer dizer que o narrador está constantemente se valendo da interpretação que faz sobre a avaliação de seu interlocutor, (re)construindo e (re)interpretando eventos passados.

Voltando à análise do excerto, passo agora a considerar a ação que a narrativa realiza na interação: a produção de *account* visa conciliar a frustração de uma expectativa sobre uma apresentação social (GOFFMAN, 1959) positiva do narrador como profissional.

Em primeiro lugar, os *accounts* narrativos surgem como resultado emergente de uma pergunta (DE FINA, 2009, p. 253) feita por mim, ou seja, como resposta ao pedido de esclarecimento (linha 7). É fundamental notar, aqui, que a punição no contexto militar apresenta alto grau de reportabilidade, pois uma sanção disciplinar interfere diretamente na carreira do oficial. Todas as punições ficam registradas, influenciam no conceito do militar e interferem nos processos de promoção. Assim, após trazer à tona suas duas primeiras punições, Freitas precisa fornecer, como resposta, um motivo que deslegitime o que ocorreu, construindo para si mesmo uma espécie de absolvição para o evento narrado. E o narrador faz isso criando: (i) para a primeira narrativa, uma dúvida sobre as ordens recebidas (“...enfim, era pra ter deixado?” - linha 16) e, para a segunda narrativa, uma legação de falta de bom-senso (é uma questão de flexibilidade, né? - linha 68); (ii) uma cisão entre os eventos narrados e a avaliação negativa que formula sobre eles e seus agentes.

O ponto (*plot*) das duas narrativas de Freitas é o mesmo: mostrar que as duas punições de que fora vítima tinham por trás uma motivação “velada” - a perseguição

homofóbica. Freitas se constrói positivamente ao afastar a possibilidade de ter sido punido por seu mau desempenho profissional. Através da construção de *accounts* narrativos, Freitas atribui a seus superiores a ação desabonadora. Desta forma, Freitas se constrói positivamente como vítima de práticas discriminatórias.

Em tese, eu, sua interlocutora, também militar, compreendo tanto os significados sobre a punição no contexto militar quanto as práticas heteronormativas da caserna. Por isso, Freitas organiza sequencialmente os eventos a respeito da punição de modo a torná-los explicáveis e adequados para alguém que compartilha do mesmo conhecimento sobre tais práticas no Exército.

As próximas subseções desenvolvem algumas estratégias discursivas utilizadas por Freitas que atuam diretamente na construção de seus *accounts* narrativos. Estes têm, por sua vez, a função de mitigar sua responsabilidade sobre as sanções aplicadas.

5.1.3

Distribuição difusa e individual de responsabilidade

Um ponto importante para esta análise é observar que embora os interlocutores atribuam motivações veladas para as ações dos personagens, desconstruindo ou pelo menos amenizando a reponsabilidade de Freitas sobre a punição, essa responsabilidade não aparece imputada ao Exército como instituição, mas distribuída de forma difusa, a indivíduos específicos, subordinados ou superiores na companhia militar, de forma localizada. Na tabela 1, as orações narrativas e orientativas da fala de Freitas estão organizadas. Meu objetivo é colocar em foco especificamente esses processos de atribuição de responsabilidade.

Tabela 1: Atribuição de responsabilidades

Narrativa 1 (linhas 1 a 28) Atribuição difusa	Narrativa 2 (linhas 30 a 104) Atribuição localizada
1. “como se <u>fosse perseguido</u> ”.	7. “era <u>um capitão</u> (...), veio falar comigo”
2. “a partir do fato dessas informações <u>não provadas</u> ”	8. “eu sei que <u>mandaram</u> fazer uma sindicância verbal”
3. “eu <u>fui punido</u> duas vezes como tenente”	9. “foi <u>o cara, o cara da guarda</u> que falou na companhia”
4. “e aí <u>foi solicitada</u> a explicação”	10. “e aí <u>alguém</u> pegou e falou assim”
5. “já era uma <u>perseguição</u> velada”	11. “aí <u>um cabo</u> , que tava de cabo da guarda, comentou”
6. “eu levei essa primeira <u>punição</u> ”	12. “o comandante quis apurar”

A distribuição difusa (indeterminada) da responsabilidade é efeito de estratégias sintáticas tais como uso de passivas com omissão do agente (itens 1 a 4 na tabela) e nominalização de processos (itens 5 e 6), e se concentram na primeira narrativa. Na segunda narrativa, boa parte das orações é construída na voz ativa e os agentes são explicitamente mencionados; nenhuma dessas posições, no entanto, é preenchida de forma generalizante, pela Organização Militar ou Exército. É possível perceber que Freitas responsabiliza militares específicos, nomeados por seus postos, pelas ações verbais. Nos itens 8 e 10, a estratégia é de indeterminação dos agentes.

Já foi dito de maneira geral que, em relação ao caráter altamente desabonador das punições no meio militar, os *accounts* as justificam como perseguição homofóbica, salvaguardando a apresentação social positiva no narrador mitigando sua responsabilidade sobre os eventos narrados. Agora, vale acrescentar, através da análise das orações relacionadas na tabela 1, que tal mitigação é efeito de um processo de atribuição de responsabilidade ora difusa e indeterminada, ora localizada em indivíduos específicos, salvaguardando também a instituição militar de uma apresentação negativa. Em outras palavras, a perseguição que resulta na punição é construída como consequência de conflitos de natureza pessoal e não institucional.

5.1.4

A função do diálogo construído nas narrativas de Freitas

Em vários momentos da entrevista, Freitas apoia-se na fala de outros personagens para construir a maneira como a homofobia teria se revelado. É também através das mesmas falas que o narrador produz o *account* para as suas punições. Assim, o entrevistado atua como um “regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico” (BEZERRA, 2005, p.194).

Nos dados deste trabalho, o diálogo construído aparece como recurso de construção nas duas narrativas, e reforça tanto o processo de atribuição de responsabilidade difusa e indeterminada, quanto imputa essa responsabilidade a indivíduos singulares, configurando-se como mais uma categoria de análise que reforça a interpretação construída na seção anterior.

Nas linhas 16-18, por exemplo, observa-se a construção de uma fala indeterminada, não atribuída a ninguém; isto é, Freitas traz para o mundo da história vozes

hipotéticas para representar o pensamento vigente na comunidade em que estava inserido (“ah, porque falam isso. ah, porque tão falando” - linha 26; “não merece. tem que ser punido, tem que...”- linhas 27-28). Essas falas selecionam certos recursos através dos quais a homofobia se constrói no contexto militar. Sendo assim, especialmente pelo destaque que é conferido aos verbos *discendi*, o entrevistado constrói a discriminação de que foi vítima como um tipo de violência simbólica, sustentada pelo que as pessoas, até então não identificadas, *dizem*. Conforme procuramos argumentar, um dos efeitos dessa indeterminação é o apagamento da instituição militar como agente perseguidor de Freitas.

Na segunda narrativa, esse apagamento é sustentado por diálogos construídos de autores específicos, personagens da estrutura militar identificados por seu posto. Dessa vez, Freitas individualiza a perseguição homofóbica,

nomeando personagens responsáveis pelas falas, evitando, dessa forma, generalizações que lancem foco sobre a instituição como um todo. Além disso, a reconstrução da fala do capitão, estruturada a partir de estereótipos heteronormativos, constrói para este personagem uma identidade explicitamente homofóbica (linhas 81-92). Essa estratégia serve para revelar a motivação *real* da sindicância em tela, colaborando para a sustentação do *account*.

5.1.5

Coconstrução de significados morais

A construção de justificativas e explicações para uma situação problemática depende fundamentalmente, para ser realizada com sucesso, do pertencimento à coletividade que compartilha dados valores e a uma aceitabilidade construída de forma situada no cenário e no evento em que o *account* se dá (OSTERMANN e DEL CORONA, 2013). Nesta seção, então, interessa-me a maneira como os interlocutores seguem ajustando intersubjetivamente o significado moral sobre ações (e personagens) narradas (LINDE, 1997). Se, em uma visada laboviana, é o narrador quem dirige, via encadeamento de ações e avaliações, o interlocutor para um determinado ponto, neste trabalho, ao contrário, o foco recai em uma coconstrução local dos significados da narrativa, guiada pelo “universo social no qual transitam os interactantes” (BASTOS e SANTOS, 2013, p.13). Especialmente em momentos criticamente avaliativos, que enfatizam a reportabilidade da história, nota-se a orientação moral da atividade de narrar, e o trabalho conjunto de construção desses significados.

Nas linhas 18 e 19, o narrador suspende o fluxo de eventos para voltar ao presente da interação e construir uma avaliação sobre eles: eu analisando depois, ... já era uma perseguição velada. Reformulo essa avaliação como um “pretexto” (linha 20), contribuição que é aceita por Freitas no turno seguinte, que ainda a expande, tornando relevante sua identidade gay e terminando por construir sua primeira punição como início de um processo discriminatório do qual teria sido vítima. Nessa sequência, Freitas reivindica um significado moral negativo para a punição que sofrera como tenente a partir da avaliação conjunta das ações

narradas e da coda construída por ele. É possível perceber na interação que Freitas e eu pertencemos a um mesmo domínio moral, perceptível especialmente pela postura concordante e cúmplice de nós dois.

Na construção da segunda narrativa, o mesmo aspecto colaborativo e negociado de significado moral pode ser notado em dois momentos distintos. O primeiro deles ocorre em uma avaliação externa da segunda narrativa, quando uma pergunta retórica minha explicita que não concordo com a punição recebida por Freitas.

99.	Flávia	e o que que tem? tá fora do quartel.
100.	Freitas	pois é.
101.	Flávia	não tá, né? hh

Em seguida, na coda avaliativa sobre o mesmo episódio, ofereço a Freitas uma interpretação para os fatos narrados que é prontamente confirmada por ele.

105.	Flávia	quer dizer, o senhor acha que se não tivesse essa
106.		desconfiança da [sua homossexualidade...
107.	Freitas	[eu não seria punido.]

Nas sequências destacadas nesta seção, percebe-se alinhamento entre os dois participantes da interação e um compartilhamento sobre o significado das ações narradas: o descumprimento do pernoite (primeira narrativa) e da regra de vestimenta (segunda narrativa) não são razões suficientes para a punição recebida. Embora a ordem das ações narrativas não estabeleça uma relação de causalidade entre a identidade gay do militar e sua punição, essa é a relação construída nas avaliações conjuntas. Dito de outra forma, são as avaliações conjuntas e a moral compartilhada por nós dois que apontam a homofobia como justificativa e explicação para as punições.

5.1.6

A emergência do estigma e o trabalho de face no encontro interacional

Após ter iniciado esta análise da fala de Freitas com a identificação da estrutura das duas narrativas, passei a compreendê-la como *account* a serviço de restaurar o desequilíbrio provocado pelo caráter desabonador da punição disciplinar. Agora observarei os mesmos dados à luz da teoria goffmaniana de apresentação social dos atores na interação. Ao longo desta subseção, procurarei, especificamente, observar a dinâmica de gerenciamento/invisibilização de elementos que podem desabonar a imagem social positiva reivindicada pelos interlocutores.

Tendo em vista meu entendimento sobre às rotinas de trabalho do meio militar, rígidas e disciplinares, e sobre as expectativas heteronormativas acentuadas nesse contexto, posso afirmar que Freitas, em interação com outra militar, violaria o conjunto de expectativas do encontro por dois motivos: tanto as punições que recebeu quanto a identidade gay que reivindica poderiam ser responsáveis pela emergência de estigma e tensão interacional a serem gerenciados no encontro; no entanto, apenas a segunda possibilidade parece se concretizar nos dados.

Entre as linhas 1 e 6, nota-se um exemplo de esforço de desconstrução de possíveis tensões interacionais através do controle de informação sobre o estigma da transgressão disciplinar. No trecho destacado, Freitas hesita ao falar sobre as punições que recebeu, já que, como procurei argumentar, o tema contrasta com as expectativas de desempenho profissional militar e é informação compartilhada por nós dois – os participantes da interação. O estigma surge naturalmente pelo próprio tópico da entrevista. O empenho da parte do entrevistado para sustentar uma linha de apresentação positiva pode ser percebido a partir das hesitações (eu comecei a ser, é...eu não sei, assim... - linhas 2-3; como eu vou dizer? - linha 5) e vagueza (como se fosse perseguido - linha 3) em relação à nomeação dos tópicos críticos para a manutenção da imagem positiva.

Em outros momentos da entrevista, aqueles já tratados como de construção do significado moral sobre os eventos narrados, sou eu quem atua com recursos de proteção da face do entrevistado. Por exemplo, é o que parece acontecer nas sequências já analisadas, na linha 20, em que eu, ciente do caráter ameaçador que a punição disciplinar impõe à face militar do entrevistado, afasto a interpretação de

mau desempenho profissional, favorecendo a tese de perseguição. Além desses exemplos localizados, quero argumentar então que os *accounts* narrativos de forma geral podem ser interpretados como técnicas de controle da informação úteis à construção favorável do entrevistador e ao gerenciamento do estigma (GOFFMAN, 1988).

É interessante observar, no âmbito da entrevista de Freitas, que apenas as punições são construídas como extraordinárias, como estigmas, e serão objeto de estratégias de gerenciamento. Embora a identidade gay seja construída como estigmática no mundo da história, ela é, na dimensão interacional da entrevista, reivindicada como atributo positivo que absolve moralmente Freitas das punições.

Ainda ponderando sobre conceitos de face e estigma, é possível agora reinterpretar o silenciamento sobre a instituição militar e o que foi definido como atribuição de responsabilidade difusa ou localizada. Se nós participantes estamos, por um aspecto, gerenciando um encontro misto, por outro, estamos alinhados no que concerne os vínculos com a instituição militar, e, ao resguardá-la das imputações de responsabilidade e dos julgamentos morais negativos, estamos preservando nossas próprias faces, já que esse seria um requisito adicional necessário para sustentação da linha mantida por nós na interação.

5.2

Capitão Lima: “Você quer que eu fale pro comandante que você é homossexual?”

O capitão Lima é um oficial combatente formado pela Academia Militar das Agulhas Negras com quase 20 anos de efetivo serviço. O posto de capitão ocupa uma posição intermediária na hierarquia de oficiais do Exército.

A entrevista com o capitão ocorreu na minha residência em meados do ano de 2014. Lima foi um dos primeiros militares a aceitar participar da entrevista por acreditar que a pesquisa pudesse contribuir de forma positiva para uma mudança de postura e entendimento por parte de militares homofóbicos. Durante nossa conversa, falamos não apenas da vida profissional de Lima, mas também de sua

vida privada e das dificuldades vividas por ele dentro e fora da caserna por conta de sua orientação sexual. Para a análise que se segue, foi selecionado um excerto no qual o capitão narra um episódio em que fora imposta a ele a proibição de utilizar o vestiário juntamente com outros militares por ele ser gay. A transcrição se deu entre os minutos 30'12" -33'47" da gravação.

Um dos pontos sublinhados por praticamente todos os entrevistados ao longo desta pesquisa, durante as entrevistas, foi o preconceito nos alojamentos e vestiários militares. O treinamento físico militar (conhecido no meio militar como TFM) é uma prática diária na caserna, prevista no Manual C20-20, que trata do condicionamento físico dos militares do Exército Brasileiro. Na maioria dos quartéis, o TFM é feito pela manhã, devendo o militar tomar banho no alojamento ao término da prática desportiva. Por ser um local onde as pessoas se despem, o alojamento torna-se um lócus sensível às práticas homofóbicas. Com base em preconceitos, estereótipos - discursos generalizadores do senso comum que pregam que todo homossexual é pervertido e promíscuo -, muitos militares que defendem a heteronormatividade sentem-se desconfortáveis com a presença de gays em um local onde sua intimidade física fica, muitas vezes, exposta. O excerto analisado abaixo foi escolhido por apresentar uma história prototípica em relação a outras contadas pelos participantes deste trabalho, cujos cenários são também os alojamentos.

Excerto 2: "Você quer que eu fale pro comandante que você é homossexual?"

1.	Lima	mas aí em 2011, quando eu cheguei foi a primeira, em
2.		2011 quando eu cheguei no batalhão foi a primeira, foi
3.		a, foi a primeira vez que eu fui que eu passei por uma
4.		situação que eu fiquei bastante ↑constrangido.
5.	Flávia	é? o que que aconteceu?
6.	Lima	que eu cheguei no... tinha recém me apresentado no, no,
7.		no batalhão, acho foi na::: primeira semana assim que
8.		eu tinha me apresentado. o sub comandante veio falar
9.		pra mim, o coronel edgar, me chamou pra conversar - daí
10.		falou assim: "é... você é lima, né? tudo bem?" e tal,
11.		cumprimentou, me cumprimentou. "aí, então, lima, eu
12.		queria falar pra você o seguinte, que ... sabe que na
13.		brigada todo mundo conhece todo mundo, né?" e eu
14.		falei: ° "é, sim, é"°
15.	Flávia	hh
16.	Lima	"não, o pessoal se conhece, é pequeno aqui, todo mundo
17.		fica muito tempo aqui, então acaba conhecendo".
18.	Flávia	u-hum

19.	Lima	e aí ele falou assim: "é... não... porque eu to sabendo
20.		que você é homossexual, né? isso já chegou ao meu
21.		ouvido", ele falou assim, "é só que aí veio, veio,
22.		chegou ao meu ouvido também que tem gente que pode não
23.		se, não se, não se sentir conf-, confortável com você
24.		no... no alojamento, no vestiário"... daí eu falei
25.		assim... "inclusive já vieram reclamar pra mim disso",
26.		ele disse.
27.	Flávia	hum
28.	Lima	daí eu falei pra ele, daí eu falei assim: " ah, coronel"
29.		daí eu falei... "ah, eu respeito a sua situação, eu
30.		respeito ah... ah... você é, sou solidário a você, mas
31.		eu gostaria que você <u>não</u> usasse o alojamento no horário
32.		que o pessoal estivesse lá"
33.	Flávia	que <u>isso</u>
34.	Lima	é. falou pra mim assim. aí eu falei assim, falei:
35.		"coronel, eu não cheguei hoje aqui. eu já trabalhei,
36.		já tenho cinco anos de tropa. é.. eu trabalhei no onze".
37.		eu cheguei, eu falei, o primeiro quartel que eu fui foi
38.		o onze bil e falei assim: "nenhum minuto sequer, é...
39.		o senhor pode perguntar pra quem o senhor quiser que
40.		trabalhou comigo que que que possa alguém ter tido
41.		algum, qualquer situação que eu possa ter constrangido
42.		alguém dentro de algum tipo de alojamento, uma
43.		pergunta, o senhor pode perguntar pra, o senhor pode
44.		perguntar pra quem o senhor quiser" eu falei pra ele
45.		na época. e fiquei desconcertado.
46.	Flávia	lógico, né?
47.	Lima	com isso que ele falou, né? daí eu falei assim, é...
48.		"o senhor não me conhece, o senhor não sabe o tipo de
49.		profissional que eu sou, nem o tipo de pessoa que eu
50.		sou, então...", eu falei, "agora se o senhor quer que
51.		eu use num horário separado", eu falei, "não tem
52.		problema, eu posso até usar, ou melhor, a gente faz o
53.		seguinte, o senhor me libera do tfm aqui que eu, pra
54.		mim é até melhor. eu já faço a minha educação física
55.		em casa, vou pra academia de manhã, chego aqui nove e
56.		meia já de banho tomado. o senhor não precisa se
57.		preocupar
58.	Flávia	e qual foi a decisão?
59.	Lima	"ah, não, não", ele falou, "porque aí não dá porque eu
60.		vou ter que levar isso pro comandante. você quer que
61.		eu fale pro <u>comandante</u> isso?... né? você quer que eu
62.		fale pro <u>comandante</u> que você é <u>homossexual</u> ?" daí eu
63.		falei "ah, coronel, eu não sei. o que que?" eu falei,
64.		"o que que o senhor sugere então?" "não, eu sugiro que
65.		você use o , o , faça, é isso, faça seu, use o aloja,
66.		o vestiário depois do pessoal usar". eu peguei lá,
67.		fiquei assim <u>bem</u> ... <bem constrangido mesmo com isso>,
68.		nunca tinha tido
69.	Flávia	gente, total discriminação e...
70.	Lima	é
71.	Flávia	humilhação até, né?

72.	Lima	né? porque eu num <u>nunca</u> tinha passado por isso assim.
73.		é, né? e... e nunca ninguém veio falar assim também ,
74.		ah, qualquer situação que eu fosse, de me separar de
75.		qualquer tipo de atividade assim por conta de... de se
76.		sentir constrangido, envergonhar alguém ou... ou...que
77.		eu fosse dar em cima de alguém no, no alojamento, no
78.		vestiário, coisa assim do tipo.
79.	Flávia	absurdo, né?
80.	Lima	como se eu não fosse me dar ao <u>respeito</u> . ou alguma
81.		coisa assim

Nas seções a seguir, o foco recairá sobre a estrutura da narrativa e sua relevância social. A questão sociológica a respeito do estigma do gay em um vestiário masculino também será abordada considerando que esta é uma prática comum no contexto militar.

5.2.1

A estrutura canônica da narrativa

No excerto acima, assim como na narrativa do tenente coronel Freitas, é possível observar o desenho de uma estrutura laboviana. O capitão Lima inicia sua história com um breve sumário introduzindo o assunto que irá tratar a seguir. Nas linhas 1 a 4 (mas aí em 2011, quando eu cheguei foi a primeira, em 2011 quando eu cheguei no batalhão foi a primeira, foi a, foi a primeira vez que eu fui que eu passei por uma situação que eu fiquei bastante ↑constrangido.), Lima anuncia que tem algo relevante a ser contado, reivindicando um espaço interacional para narrar. Eu demonstro interesse e envolvimento no assunto tratado na linha 5 (é? o que que aconteceu?). Lima inicia sua história logo a seguir contextualizando o local onde o evento se passou (no batalhão), o tempo (em 2011, logo na sua chegada à organização militar) e os personagens (ele mesmo e o coronel Edgar). O militar segue relatando, via orações narrativas, a conversa que teve com seu subcomandante (na época do fato em pauta) a fim de orientar meu entendimento. Também à luz do que ocorre na narrativa de Freitas, nota-se, das linhas 19-48, o uso de verbos *discendi* compondo a ação complicadora de sua história:

1. e aí ele falou assim: "é... não... porque eu tô sabendo que você é homossexual, né? (linhas 19-20)

2. daí eu falei pra ele, daí eu falei assim: " ah, coronel..."
(linhas 28-29)
3. e falou pra mim assim. aí eu falei assim, falei: "coronel,
eu não cheguei hoje aqui...(linhas 34-35)
4. daí eu falei assim, é... "o senhor não me conhece..." (linhas
47-48)

O narrador preenche o desfecho da história coma ameaça/chantagem de revelação que teria sido feita pelo subcomandante: ("você quer eu fale pro comandante que você é homossexual?" - linhas 61-62). Nota-se que aqui, diferentemente do que se viu na análise de Freitas, a perseguição homofóbica não é construída como uma "perseguição velada", mas como uma chantagem explícita, em que pesa o que os superiores sabem sobre a orientação sexual do militar.

A narrativa em si não traz um fechamento claro para o episódio da ameaça. Ao final, não sabemos exatamente qual foi o procedimento adotado por Lima após a conversa com o coronel Edgar. A ação que se sucedeu posteriormente parece não ser mais um ponto importante na história, uma vez que sua função interacional era ilustrar um caso de preconceito e estigmatização imputados sobre militares gays, independentemente de seu desfecho. Aparentemente, minha agenda de pesquisa interferiu, como não poderia deixar de ser, na maneira como essas histórias foram contadas.

Algumas avaliações são coconstruídas pelos participantes sobre o evento narrado. Nas linhas 67-68, Lima diz ter ficado constrangido com tudo que aconteceu e eu reforço meu ponto de vista nas linhas 69 e 71 (gente, total discriminação e...; humilhação até, né?). Nas linhas 71 a 79, avaliamos juntos a história contada como sendo uma perseguição homofóbica. A coda, construída pelo narrador (como se eu não fosse me dar ao respeito. ou alguma coisa assim), reflete uma avaliação negativa ao estereótipo do senso comum que entende todo gay como promíscuo e em constante estado de procura sexual. O preconceito presente no discurso do subcomandante é percebido por nós dois como o verdadeiro motivo da proibição do uso do alojamento por Lima. Assim como nas narrativas de Freitas, Lima constrói, através de suas avaliações, a forma

pela qual sua história deve ser compreendida tendo preconceito contra homossexuais nos alojamentos militares como ponto-chave.

5.2.2

***Accountability* na narrativa**

Conforme analisado nas narrativas de Freitas, proponho agora olhar para a produção conjunta de *accounts* na narrativa de Lima a fim de entender sua função na história contada. É importante ressaltar que, na narrativa sob escrutínio, a produção de *accounts* se dá de maneira diferente das narrativas de Freitas. A narrativa de Lima não pode ser entendida inteira como um *account* para justificar uma história, mas possui partes que fornecem *accounts* para fatos específicos relatados. De acordo com Mills (1940 *apud* DEL CORONA e OSTERMANN, 2013), os indivíduos oferecem ‘motivos’ (*accounts*) para suas ações e de outros quando expectativas interacionais são frustradas. Assim, os motivos são apresentados no intuito de reparar os conflitos surgidos na interação.

Na história contada pelo capitão Lima, ele narra o momento de sua conversa com o coronel Edgar no qual foi proibido de usar o alojamento por conta de sua homossexualidade. Nas linhas 19-26 a voz do subcomandante é trazida para recriar o diálogo (“é... não... porque eu tô sabendo que você é homossexual, né? isso já chegou ao meu ouvido”, “é só que aí veio, veio, chegou ao meu ouvido também que tem gente que pode não se, não se, não se sentir conf, confortável com você no... no alojamento, no vestiário”, “inclusive já vieram reclamar pra mim disso”). A seguir, nas linhas 34-45, Lima traz sua própria voz, reconstruindo o que foi dito na ocasião a fim de reparar o desequilíbrio interacional na dimensão da conversa com o subcomandante (“coronel, eu não cheguei hoje aqui. eu já trabalhei, já tenho cinco anos de tropa. é... eu trabalhei no onze”; “nenhum minuto sequer, é... o senhor pode perguntar pra quem o senhor quiser que trabalhou comigo que que que possa alguém ter tido algum, qualquer situação que eu possa ter constrangido alguém dentro de algum tipo de alojamento, uma pergunta, o senhor pode perguntar pra, o senhor pode perguntar pra quem o senhor quiser”). Fica

subentendido que todos os oficiais poderiam utilizar o alojamento no mesmo horário, exceto Lima, pois sua presença oferecia risco e desconforto. É perceptível, neste momento, que se tratam de estereótipos e preconceitos sobre as atitudes de homossexuais em ambientes como o local de banho no quartel. O capitão Lima busca justificar que o receio do coronel em relação à sua presença no alojamento é infundado oferecendo *accounts* narrativos que o constroem como um oficial de postura íntegra (“o senhor não me conhece, o senhor não sabe o tipo de profissional que eu sou, nem o tipo de pessoa que eu sou, então...”). Lima justifica também seu caráter honroso, ao afirmar não permitir que sua sexualidade interfira em sua postura no espaço de trabalho. Confirmando a teoria de Garfinkel (1967, *apud* DEL CORONA e OSTERMANN, p. 180), que explica que “os *accounts* que os atores sociais proveem para suas ações devem se articular aos entendimentos implícitos no senso comum para que façam sentido”, Lima salva a sua face a partir do recurso a um discurso comum, segundo o qual bons trabalhadores não misturam seus papéis institucionais com a vida pessoal. Meu comentário na linha 69 fornece respaldo à interpretação de que toda a cena não passou de perseguição homofóbica fundamentada por concepções estereotipadas da conduta gay (e não de uma precaução fundamentada em condutas morais inapropriadas por parte de seu interlocutor – o coronel Edgar).

O uso de *accounts* narrativos, cuja função é conciliatória, está presente também nas linhas 72-78, quando o capitão Lima explica como se sentiu naquele momento e porque a ordem para que utilizasse o alojamento em horário diferenciado era desnecessária e antiética: (porque eu num nunca tinha passado por isso assim. é, né? e... e nunca ninguém veio falar assim também, ah, qualquer situação que eu fosse, de me separar de qualquer tipo de atividade assim por conta de... de se sentir constrangido, envergonhar alguém ou... ou...que eu fosse dar em cima de alguém no, no alojamento, no vestiário, coisa assim do tipo.). Nota-se no trecho destacado uma tentativa de me mostrar que fora vítima de preconceito infundado, pois sua própria trajetória militar é testemunha de seu comportamento judicioso no ambiente profissional. Lima mostra que isso nunca havia acontecido em outros quarteis em que servira anteriormente. Logo em seguida, na linha 79, quando eu digo “absurdo, né?”, fica claro para o entrevistado que seu *account* foi

aceito e que o sentido negativo para o evento narrado foi situadamente coconstruído pelos dois participantes da entrevista.

O evento narrado é resignificado pelos interactantes que o entendem como um episódio de homofobia velada, no qual o participante relata ter sofrido uma humilhação moral seguida de uma ameaça de revelação de sua orientação sexual, caso não obedecesse à ordem dada. Vale ressaltar ainda que o simples fato de revelar a homossexualidade de alguém na caserna já se constitui em uma ameaça. Logo, a história ilustra um contexto em que a heteronormatividade ainda é a única forma aceitável de sexualidade entre soldados.

5.2.3

Atribuição de responsabilidade e diálogos construídos

No excerto 2, percebe-se que o capitão Lima, assim como o tenente coronel Freitas, em nenhum momento aponta a instituição como homofóbica, construindo generalizações. Novamente, o que se nota da fala de Lima é uma individualização da situação de discriminação, cuja responsabilidade é imputada a um personagem apenas, o coronel Edgar. Durante toda a narrativa, o coronel Edgar, subcomandante do batalhão em questão, é apontado, através de orações narrativas com verbos *discendi*, como sendo o protagonista da perseguição por conta da orientação sexual do capitão. As orações são construídas na forma de discurso direto, apontando sempre para um diálogo direto entre o narrador e seu coronel:

1. e aí ele falou assim: “é...não... porque eu tô sabendo que você é homossexual, né?” (linhas 19-20)
2. “inclusive já vieram reclamar pra mim disso”, ele disse. (linhas 25-26)
3. “ah, não, não”, ele falou, “porque aí não dá. porque aí eu vou ter que levar isso por comandante” (linhas 59-60).

Parece claro, nos destaques acima, que a responsabilidade é atribuída ao coronel Edgar e não à instituição da qual nós dois fazemos parte. Apenas por meio de implícitos e subentendidos, como os contidos na ameaça relatada nas linhas 61 e 62, o Exército enquanto instituição é culpabilizado. Implícita no próprio pedido feito pelo coronel (para que Lima não utilizasse o alojamento, linhas 19-26), está a

crença, difundida no Exército, de que pessoas gays teriam comportamento promíscuo em vestiários. Da mesma maneira, o que subentende da ameaça posterior feita pelo coronel (linhas 59-60) é que seria terrível que um superior tomasse conhecimento sobre a sexualidade de Lima. Naturalmente, isso só seria terrível porque é o Exército em geral, mesmo em suas altas patentes, quem avalia negativamente esse traço. Entretanto, as atribuições de responsabilidade explícitas estão sempre dirigidas ao coronel Edgar.

Esse efeito de responsabilização de um personagem específico é conseguido graças à técnica de diálogo construído. Tannen (2007, p. 128) afirma que estudos apontam que algumas culturas, tais como a grega e a brasileira, tendem a utilizar muito mais a técnica de diálogo construído do que outras (a americana, por exemplo) durante a contação de uma história. Para a autora, tal estratégia permite ao narrador (re)criar uma história mais vívida e envolvente. Nas linhas 19-26 e 28-32, Lima lança mão de diálogos construídos, como já se disse, trazendo para sua história a voz do próprio coronel Edgar a fim de reconstruir e atribuir veracidade ao evento narrado.

Assim como na primeira narrativa analisada, o entrevistado traz para seu discurso uma multiplicidade de falas reconstruídas a partir de diálogos anteriores que se confrontam e se complementam em um diálogo constante. Trazer a voz do comandante em forma desses diálogos confere à narrativa impressão de veracidade, um sentido de testemunho. A partir das falas do superior, Lima torna críveis as interpretações que parece ter feito sobre as ações narradas: perseguição homofóbica e assédio moral. A voz do subcomandante é trazida para a interação na forma de diálogo construído dando mais credibilidade à história criada. Na verdade, o narrador busca reproduzir exatamente o que foi dito pelo seu superior com o objetivo de produzir *accounts* que justificam a avaliação de perseguição homofóbica e assédio moral sofrido por ele. Há uma tentativa, por parte do narrador, de justificar através de diálogos construídos com o personagem do coronel Edgar protagonizou um episódio de homofobia na caserna.

5.2.4

A construção conjunta de sentidos

A interação com o capitão Lima, bem como com o tenente coronel Freitas, pode ser entendida como uma interação concentrada (GIDDENS, 2012), na qual mostro meu interesse pela história a ser contada. Logo na linha 5, quando digo “é? o que aconteceu?”, já sinalizo que estou atenta para o que será relatado a seguir. O entrevistado segue sua narrativa sem que seja necessário que eu faça perguntas para motivá-lo, pois percebe através de minhas pistas de contextualização (GUMPERZ, [1982] 2013) que o que está sendo contado é de meu interesse. Estamos sentados frente a frente, presto atenção constantemente na fala de meu participante, demonstro através do olhar e de gestos que sua história possui alta reportabilidade.

Assim como a narrativa de Freitas, a história de Lima apresenta alto grau de reportabilidade em nossa interação devido ao meu interesse em investigar práticas homofóbicas na caserna. Na linha 33, a exclamação “que [↑]isso”, enunciada por mim, configura-se como uma avaliação coconstruída que reforça o sentido de reportabilidade da história.

Ao longo da história narrada, a maior parte das minhas intervenções podem ser entendidas como avaliações negativas em relação à atitude do coronel Edgar, mostrando mais uma vez que nós, os interactantes, compartilhamos de um entendimento moral negativo no tocante ao preconceito contra homossexuais. Alinhamentos dessa natureza podem ser percebidos nas linhas 45-46:

45.	Lima	e fiquei desconcertado.
46.	Flávia	lógico, né?

Na linha 45, ao dizer “e fiquei desconcertado”, o capitão Lima projeta um *self* reflexivo. Lima até então não tinha expectativa de sofrer preconceito no ambiente de trabalho devido a sua postura ilibada em outros quartéis. No mesmo momento, sustentando essa face positiva reivindicada por Lima, eu digo na linha

seguinte “lógico, né?”, demonstrando meu posicionamento de indignação com a situação narrada.

Novamente o alinhamento moral dos participantes da entrevista fica claro nas linhas 58-81, através de avaliações externas da minha parte (gente, total discriminação, e... - linha 69; humilhação até, né? - linha 71; absurdo, né? - linha 79).

A coconstrução de sentidos morais baseados em interpretações convergentes sobre os episódios narrados comprova que “ao narrar, o falante autentifica sua história e a si próprio. Em um outro movimento, é possível também que ocorra nas interações, o processo inverso, isto é, o de mostrar o quão artificial e falsa pode ser uma determinada identidade” (FABRÍCIO e BASTOS, 2009, P.39).

Em resumo, busco confirmar, com Lima, os estereótipos preconcebidos pelo senso comum, de que um homossexual que constrange os colegas de farda por ser incapaz de controlar sua libido, são falsos e não correspondem à sua postura no meio militar. A história é avaliada por mim como absurda e humilhante, evidenciando meu descontentamento com a ideologia de que “todo gay é promíscuo e tarado” - tão presente no discurso heteronormativo.

5.2.5

O estigma do gay no alojamento

Na narrativa do capitão Lima, percebe-se que enquanto o coronel Edgar se apoia na fala hipotética de outras pessoas para justificar sua atitude discriminatória (linhas 19-26). Em outras palavras, é possível perceber a socioconstrução, na dimensão da história narrada, de uma identidade desacreditável para Lima criada pelo coronel Edgar. E essa identidade desacreditável é construída pelo subcomandante a partir da solicitação de outros militares, que hipoteticamente o teriam procurado, para que o capitão fosse excluído do alojamento. Também, o narrador lança mão desse recurso para proteger sua face naquele momento (linhas 38 - 44 - “nenhum minuto sequer, é... o senhor pode perguntar pra quem o senhor quiser que trabalhou comigo que que que possa alguém ter

tido algum, qualquer situação que eu possa ter constrangido alguém dentro de algum tipo de alojamento, uma pergunta, o senhor pode perguntar pra, o senhor pode perguntar pra quem o senhor quiser”). Enquanto o coronel tenta justificar sua atitude com base em supostos pedidos de outros militares que teoricamente estariam incomodados com a presença de um oficial homossexual no alojamento, o capitão Lima traz para a narrativa a possibilidade de testemunhos que o isentariam desta identidade desacreditável (GOFFMAN, 1988), construída no discurso do coronel Edgar. A tentativa de Lima de salvar sua face na interação com o subcomandante é um processo corretivo (GOFFMAN, 1988, p. 87) que visa restabelecer um equilíbrio interacional satisfatório. Goffman (idem) define que

neste ponto, um ou mais participantes encontram-se num estado estabelecido de desequilíbrio ou desgraça ritual, e deve ser feita uma tentativa de restabelecer um estado ritual satisfatórios para eles. Uso o termo ritual porque estou lidando com atos através de cujo componente simbólico o ator mostra o quanto é merecedor de respeito e o quanto, para ele, os outros o são. A imagem de equilíbrio se presta bem ao uso aqui porque a extensão e a intensidade do esforço corretivo são habilmente adaptadas à persistência e intensidade da ameaça. A própria face é, então, algo sagrado, e a ordem expressiva exigida para sustentá-la é, portanto, ritual.

A emergência do estigma em relação à identidade homossexual de Lima aparece na interação apenas no universo de sua história. No âmbito da nossa interação, nenhum desconforto interacional está relacionado à sua sexualidade. Ao contrário, durante a nossa interação, o estigma que emerge no diálogo entre o capitão e o coronel é desconstruído através de um discurso que isenta Lima de um comportamento reprovável. O fato de tanto eu quanto o coronel nos identificarmos como heterossexuais, mas percebermos e aceitarmos a homossexualidade do entrevistado de maneiras distintas, reforçam a tese de Goffman (1988, p. 149) segundo a qual o “normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim, perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”. Na história contada por Lima, sua homossexualidade é tratada como um estigma, ao passo que em nossa interação este mesmo estigma justifica positivamente o preconceito sofrido por Lima. Fica claro, pelas minhas duas últimas intervenções, que é a situação narrada que tem para nós dois um sentido negativo, repleto de preconceito sexual, discriminação, coação e chantagem.

5.3

Capitão Maurício : “Pô, cê tá se drogando?”

O capitão Maurício, oficial intermediário, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, possui mais de 15 anos de efetivo serviço. Meu encontro com o capitão se deu em agosto de 2014 em seu apartamento. Fomos apresentados por um amigo em comum e trocamos mensagens por celular antes de marcarmos a entrevista. No dia do nosso encontro, assim como foi feito com todos os outros entrevistados, expliquei a motivação da minha pesquisa, qual era o meu posicionamento em relação ao preconceito contra gays dentro e fora da instituição. Posicionei-me também a respeito do meu objetivo em abordar o tema na minha dissertação. Combinamos que o sigilo de sua identidade seria mantido e que qualquer fato que pudesse identificá-lo seria omitido. Ao final de nossa longa conversa, estávamos tão à vontade que, quando avisei que desligaria o gravador, Maurício se surpreendeu e relatou nem lembrar mais que nossa conversa estava sendo gravada. Assim que terminamos nossa entrevista, ele ligou para um amigo seu, um tenente coronel, para saber se ele poderia contar suas histórias de vida como gay no meio militar. O tenente coronel, no entanto, afirmou que não estava preparado para falar sobre o assunto em uma situação de pesquisa por medo de ser descoberto dentro da Força. Escutei o mesmo argumento de outros militares ao longo de diversas tentativas de entrevistá-los.

No trecho analisado a seguir, Maurício relata um episódio surgido a partir de um rumor a respeito de sua homossexualidade na organização militar em que servia. Na ocasião, foi questionado por um superior hierárquico a respeito do fato trazido à tona pelo boato; posteriormente, foi afastado do comando de seu pelotão. O trecho transcrito ocorreu entre os minutos 22’26’’ e 24’28’’ da gravação.

Excerto 3: “Pô, cê tá se drogando?”

1.	Maurício	nesse meio tempo rolou um boato, surgiu um boato entre
2.		os tenentes, maiores, capitães, pessoal do batalhão
3.		<e o batalhão é muito grande>.
4.	Flávia	u-hum
5.	Maurício	que tinham me visto numa boate ficando com um cara.
6.		e...eu fiquei muito mal com essa história
7.	Flávia	como é que isso chegou pra você? quem te falou?

8.		eu lembro que uma vez eu estava saindo do <u>rancho</u> e eu
9.		vi um cara da minha turma conversando com um tenente
10.		temporário da CCS e eu lembro que eu tava chegando
11.		assim atrás dele e eles não me viram e o término da
12.		conversa era ↓ "não, não, não, mas é, é real, o cara
13.		é mesmo". ↑ e eu sei que quando eles me viram ficaram
14.		muito errados.
15.	Flávia	ah, então foi um ... buchicho mesmo
16.	Maurício	foi um buchicho
17.	Flávia	ninguém oficialmen:te falou nada
18.	Maurício	[não, mas depois chegou]
19.	Flávia	mas primeiro ficou aquela situação bem incômoda
20.	Maurício	ficou aquela situação. eu fiquei "pô, será que é isso?
21.		eu não acredito". eu lembro que eu fiquei muito mal.
22.		até que veio o, um major falar comigo. esse major, ele
23.		veio conversar "pô, que porra é essa?" não sei o que.
24.		o cara era muito... cara [muito bruto assim
25.	Flávia	a-ham]
26.	Maurício	ele foi meu instrutor quando eu era aluno da escola
27.	Flávia	[ah, tá]
28.	Maurício	é, depois como tenente, a gente serviu junto, ele ,
29.		major
30.	Flávia	u-hum
31.	Maurício	e ele, ele... assim chegou a beirar a estupidez, né?
32.		"PÔ, CÊ TÁ SE DROGANDO?" ele já mandou uma dessas
33.		assim
34.	Flávia	hh
35.	Maurício	"major, uma coisa não tem absolutamente nada a ver com
36.		a outra"
37.	Flávia	[ai, drogando, hh]
38.	Maurício	é, e eu não tinha muito o que... refutar
39.	Flávia	a-ham
40.	Maurício	porque eu, de certa forma, eu estava me sentindo...
41.		com vergonha também, né?
42.	Flávia	[hum]
43.	Maurício	de ter que falar isso para um ex
44.		instrutor dessa maneira
45.	Flávia	até porque até então você vinha tentando esconde:r
46.		tudo isso e agora
47.	Maurício	e agora ter que abrir assim. aí, isso virou o ano e
48.		me tiraram do comando de pelotão e me colocaram de
49.		adjunto na...no: estado maior.
50.	Flávia	e você acha que essa troca de função foi devido a esse
51.		boato?
52.	Maurício	foi. foi. com certeza foi. não só o boato
53.	Flávia	cê acha o que? eles não queriam que você se misturasse
54.		com os meni::nos?
55.	Maurício	é. é. exatamente. É::
56.	Flávia	medo de quê? que você ↑devorasse os meninos?
57.	Maurício	provavelmente hh provavelmente. mas ninguém nunca
58.		deixou isso claro pra mim.

Conforme procedimento já adotado nas análises anteriores, sigo agora com a análise da estrutura narrativa e dos significados situadamente construídos por mim e pelo capitão Maurício. O objetivo é entender a função interacional da narrativa em destaque.

5.3.1

A estrutura e os significados morais da narrativa

Conforme visto no capítulo 4, o trabalho iniciado por Labov em 1960 ainda influencia os pesquisadores que se interessam pelo discurso narrativo. Para o autor, a narrativa é uma maneira de recapitular experiências passadas estabelecida por sequências verbais que organizam uma sequência de eventos ocorridos. Labov entende que a narrativa necessita de um ponto, ou seja, um fato extraordinário que a torne interessante e importante para ser contada. Este parece ser o caso aqui, pois me interessa histórias que apontem para a forma como a homofobia se dá em nossos aquartelamentos. Na verdade, o relato de uma experiência homofóbica - tendo como consequência o afastamento de um comando - sofrida por um oficial com excelente conceito disciplinar, é algo relevante a ser contado.

O modelo laboviano de identificação de narrativas será utilizado novamente na análise da história descrita por Maurício principalmente por fornecer uma estrutura para análise que dá relevo ao ponto e à avaliação (LINDE, 1993). Conjugados com outras teorias que consideram a participação dos interactantes na construção das histórias e de seus significados (LINDE, 1993, MISHLER, 1986; DE FINA, 2009), o ponto e a avaliação construídos na narrativa de Maurício contribuem para o entendimento do sentido atribuído por nós dois aos eventos narrados.

A narrativa do capitão Maurício segue um modelo menos canônico em comparação às entrevistas analisadas nas seções anteriores no que diz respeito à ordem estrutural. Maurício inicia sua narrativa com um breve resumo sobre o que vai narrar (linhas 5-6), antecipando, através de uma avaliação externa (eu fiquei muito mal com essa história), que a história é reportável. No momento em que a história teve início, falávamos sobre um evento no qual seu comandante (para quem Maurício já havia confidenciado sua orientação sexual) afirmara não se importar com sua homossexualidade. No entanto, o mesmo comandante teria pedido para que ele não performasse sua sexualidade dentro da cidade onde serviam. O interesse do comandante parecia ser o de que ninguém na guarnição

militar tomasse ciência da orientação sexual do capitão. A história eliciada por Maurício se refere justamente a um episódio que revelou sua sexualidade para demais militares do quartel, contrariando a determinação do comandante. A orientação reproduzida abaixo ilustra esse movimento.

1.	Maurício	nesse meio tempo rolou um boato, surgiu um boato
2.		entre os tenentes, maiores, capitães, pessoal do
3.		batalhão <e o batalhão é muito grande>.
4.	Flávia	u-hum

Maurício ainda inclui alguns elementos da orientação, como o local onde ocorreu (no batalhão) e alguns personagens da narrativa em pauta (tenentes, maiores e capitães).

Nas linhas 8-14, 20-24, Maurício segue com orações narrativas que encaminham a ação complicadora, sempre entremeada com avaliações externas:

1. e eu vi um cara da minha turma conversando com um tenente temporário da CCS e eu lembro que eu tava chegando assim atrás dele e eles não me viram e o término da conversa era
↓ “não, não, não, mas é, é real, o cara é mesmo”. (linhas 8-13)
2. ficou aquela situação. eu fiquei “pô, será que é isso? eu não acredito”. (linhas 20-21)
3. até que veio o, um major falar comigo. esse major, ele veio conversar “pô, que porra é essa?” não sei o que. (linhas 22-24)

Demonstro meu envolvimento com turnos de falas curtos (como: é, ah, tá, hh, a-ham, hum), que não interrompem o fluxo da narrativa de Maurício e mostram que estou prestando atenção e participando da interação. De acordo com Bastos (2004, p.120), “o ouvinte pode também mostrar atenção fazendo perguntas de pedido de esclarecimento ou comentários, ou ainda reagindo emocionalmente com expressões faciais, gestos e interjeições. Seu silêncio é sentido como um problema”.

O episódio principal da ação se dá nas linhas 31-33 quando Maurício traz a voz do major, seu superior hierárquico, que questiona Maurício aos gritos: “PÔ, CÊ

TÁ SE DROGANDO?” (linha 32). O Major parece buscar uma justificativa para a homossexualidade de Maurício. É importante ressaltar que tal episódio não é construído como um momento de confiança e amizade, mas como uma cobrança recriminatória feita por um superior hierárquico.

Ao longo da narrativa, diversas avaliações são elaboradas pelos dois participantes da interação. Maurício relata que a situação do boato no quartel a respeito de sua sexualidade lhe fez muito mal (linha 6). Eu avalio a situação geral como ‘incômoda’ na linha 19. Além das avaliações sobre a situação em si, o superior hierárquico em questão também é avaliado como sendo bruto e estúpido (linhas 24 e 31), o que pôde ser observado também pela estilização do personagem através entoação de voz feita por Maurício durante a interação. Posteriormente, nas linhas 40-44, Maurício avalia o fato narrado como embaraçoso, dizendo ter sentido vergonha de ter que se expor da forma como tudo aconteceu.

O desfecho da narrativa aparece nas linhas 47-49, quando Maurício informa que perdeu sua função de comandante de pelotão devido ao fato de sua homossexualidade ter sido revelada na caserna (aí, isso virou o ano e me tiraram do comando de pelotão e me colocaram de adjunto no: estado maior.).

Como já se disse no capítulo 4, a coda sinaliza que a história terminou e faz uma ligação desta com o mundo real, trazendo uma nova síntese avaliativa para a narrativa. Neste excerto 3, ela é coconstruída e pelos interactantes nas linhas 50 - 58. A avaliação dos interactantes é a de que o capitão foi trocado de função por ser homossexual, no intuito de afastá-lo do convívio com seus subordinados:

50.	Flávia	e você acha que essa troca de função foi devido a esse boato?
51.		
52.	Maurício	foi. foi. com certeza foi. não só o boato
53.	Flávia	cê acha o que? eles não queriam que você se misturasse com os meni::nos?
54.		
55.	Maurício	é. é. exatamente. É
56.	Flávia	medo de quê? que você ↑devorasse os meninos?
57.	Maurício	provavelmente hh provavelmente. mas ninguém nunca deixou
58.		isso claro pra mim.

É possível perceber, na análise deste excerto, que a construção do significado moral da história é partilhada pelos interactantes. Entender a narrativa como uma construção social na qual operam “o filtro afetivo que guia a lembrança, as especificidades da situação de comunicação em que a narrativa é contada, a ordem sociocultural mais ampla” (BASTOS, 2004, p. 121), nos permite entender que os sentidos são construídos a partir das posições assumidas pelos dos interactantes, das ideias que compartilham e da situação social em que estes se encontram.

No caso da história de Maurício, concordamos que a orientação (homo)sexual de uma pessoa em nada está associada ao uso de drogas. Na linha 37, minha reação é de ironia (ai, drogando, hh), por acreditar que a opinião do major, relatada por Maurício, não tem qualquer lógica. O sentido final do evento narrado é coconstruído nas linhas 53-55, quando chegamos juntos à conclusão de que a retirada do capitão Maurício do comando do pelotão em nada tinha a ver com sua capacidade profissional, mas com sua condição sexual - recentemente descortinada naquele batalhão. Na linha 55, Maurício confirma, de forma enfática e direta, minha desconfiança sobre um afastamento de seu pelotão no intuito de evitar que um militar gay pudesse ter um contato mais próximo com seus subordinados. A repetição apresentada (é. é. exatamente. É:::) tem a função de assegurar a certeza de Maurício em relação ao motivo que o levou ao afastamento do comando do pelotão.

Quanto à presença de *accounts* narrativos no excerto 3, é possível afirmar que, toda a narrativa de Maurício serve de *account* para um evento que só se revela ao final, na resolução da história: ter sido retirado do pelotão. Maurício vai mostrando a indignação do major e o boato entre os tenentes para sustentar que a sua saída forçada do armário incomodava os seus companheiros de farda. A história como um todo, então, justifica um fato altamente desabonador para o narrador: o afastamento do comando de pelotão. Com ela, Maurício repara antecipadamente o dano, salvando sua face. A história como *account* é aceita por mim ao final, quando demonstro que a face de meu interlocutor está salva (linhas, 50-51; 53-54, 56). Em

minhas falas, nota-se que estou de acordo com a versão segundo a qual Maurício foi vítima de uma retaliação por conta de sua sexualidade.

5.3.2

Atribuição das responsabilidades e a reconstrução de diálogos

Da mesma forma como ocorre nas narrativas de Freitas e Lima, Maurício isenta discursivamente a instituição militar a que pertence de culpa em relação ao preconceito homofóbico narrado aqui. O capitão aponta dois tenentes de forma direta (linhas 8-14) como envolvidos no boato sobre sua homossexualidade que se espalhou pelo batalhão. Posteriormente, o major que foi questioná-lo é apontado diretamente como alguém que ficou indignado ao saber de sua orientação sexual. Por fim, nas linhas 47-49, o sujeito da ação é indeterminado, salvaguardando a própria instituição a que servimos. Utilizo a mesma estratégia de indeterminação do sujeito nas linhas 50-51, preservando o Exército Brasileiro de culpa direta pela repressão sofrida por Maurício. Nas linhas 50-51, coloco a pergunta na voz passiva, ocultando um agente responsável direto pela troca de função de Maurício no Batalhão. Assim como na narrativa de Freitas, apresento aqui uma tabela (Tabela 2) com a distribuição de responsabilidades construídas na interação. Relaciono as atribuições localizadas e as difusas - ambas as estratégias terminam por invisibilizar o Exército, enquanto instituição, nos episódios de opressão, transformando a história em uma espécie de contenda individual ou localizada

Tabela 2: Atribuição de responsabilidade

Atribuição localizada	Atribuição difusa
vi um cara da minha turma conversando com um tenente temporário da ccs e eu lembro que eu tava chegando assim atrás dele e eles não me viram. (linhas 9-11)	me tiraram do comando de pelotão e me colocaram de adjunto no: estado maior (linhas 48- 49)
↑e eu sei que quando eles me viram ficaram muito errados. (linhas 13-14)	essa troca de função foi devido a esse boato? (linhas 50-51)
até que veio o, um major falar comigo. (linha 22)	eles queriam que você não se misturasse com os meninos? (linhas 53-54)

esse major, ele veio conversar “ <u>pô, que porra é essa?</u> ” (linhas 22-23)	medo de que? que você devorasse os meninos? (linha 56)
e ele, ele... assim, chegou a beirar a estupidez, né? (linha 31)	
ele já mandou uma dessas assim (linhas 32-33)	

Quanto à reconstrução de diálogos que ocorreram na dimensão da história narrada, Maurício se apoia nas falas de outros militares de seu quartel no intuito de dar credibilidade aos fatos narrados. De acordo com Tannen (2007, p. 132) o diálogo construído é uma figura que desperta a imaginação individual. A criação de vozes leva à imaginação de mundos alternativos, distantes, e de outras pessoas, ligando-os aos sons e cenas do próprio mundo familiar.

O primeiro diálogo construído ocorre nas linhas 12-13 (“não, não, não, mas é real, o cara é mesmo”), e tem a função de reconstruir não apenas o momento em que Maurício desconfia da existência de um boato a seu respeito, mas também retrata mais vividamente o que estava acontecendo naquele momento.

Nas linhas 20-21, Maurício se apoia na reconstrução de sua própria voz, em uma espécie de discurso indireto-livre, questionando se o que estava acontecendo seria realmente verdade (“pô, será que é isso? eu não acredito”). Sua própria voz é trazida também no embate discursivo com o major que pergunta: “pô, que porra é essa?” e “PÔ, CÊ TÁ SE DROGANDO?” (linhas 23 e 32). Maurício responde ao questionamento trazendo a reconstrução de sua própria fala: “major, uma coisa não tem absolutamente nada a ver com a outra” (linha 35-36).

As falas reconstruídas na narrativa, para Tannen (2007, p 132),

refletem a dupla natureza da linguagem, como todo o comportamento humano, sendo repetitivo e novo, fixo e livre, transformando em vez de transmitir o que vem a caminho. Além disso, e talvez paradoxalmente, seja um ato supremamente social: ao se apropriarem dos enunciados uns dos outros, os oradores estão unidos em uma comunidade de palavras.

No caso da narrativa sob escrutínio, as falas reconstruídas trazem veracidade aos fatos, e são relevantes na construção do sentido do evento narrado. A reprodução de falas da dimensão da história é um ponto-chave para entender que

houve uma reprovação em relação à sexualidade de Maurício e uma retaliação em função dela. A história de Maurício pode ser relacionada, em termos de significação, à história contada pelo tenente coronel Augusto na introdução deste trabalho (cf. cap. 1). Havia e ainda há uma preocupação em afastar os gays do contato direto com alunos e pelotões de soldados.

5.3.3

O estigma do gay no comando

Em fevereiro de 2010, um general de exército (maior posto atingido na carreira de um oficial em tempos de paz), ao ser submetido a uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado por estar concorrendo ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, declarou que a profissão militar é incompatível com a orientação homossexual. O general deu a seguinte declaração: *“Não é que eu seja contra o homossexual, cada um tem que viver sua vida. Entretanto, a vida militar se reveste de determinadas características que, em meu entender, tipos de atividades que, inclusive em combate, pode não se ajustar ao comportamento desse tipo de indivíduo.”*. O general declarou ainda que a tropa não obedeceria ao comando de um homossexual, na sua opinião. As declarações de uma autoridade de alta hierarquia, de uma instituição calcada nos princípios da hierarquia e disciplina, causaram polêmica na ocasião.

A narrativa de Maurício parece trazer à pauta um discurso semelhante ao do general que ainda persiste na cultura militar. Há uma crença tácita nas Forças Armadas de que a presença de homossexuais na tropa prejudica a coesão da missão (Rocha, 2011). A emergência do estigma não se localiza na interação comigo no momento da entrevista, mas nas dimensões da história contada. O estigma emerge na conversa dos tenentes fora do rancho.

Pela minha experiência pessoal na caserna, depois de ter presenciado inúmeras “fofocas” a respeito da sexualidade de outros militares, entendo, assim como Maurício, que a homossexualidade é sempre vista de maneira negativa. Nestes casos, a heteronormatividade aparece sempre como superior, e a homossexualidade como estigma social.

Novamente a emergência do estigma ocorre na interação com o major, que não apenas qualifica a orientação sexual de Maurício de forma negativa (“que porra é essa?” – linha 23), mas associa a sexualidade a uma outra identidade desviante – o usuário de drogas. Esse é um ponto importante para a presente análise: na declaração pública do general mencionado acima, nota-se um tipo de generalização – um julgamento sobre homossexualidade *em geral* e sua incompatibilidade *irrestrita* com a carreira e instituição militar – que não comparece nas histórias narradas. Ao que parece, as denúncias presentes nas narrativas aqui analisadas se chocam com o trabalho de face de preservação da própria instituição de que fazemos parte, quando, no lugar de avaliar a instituição e seus preconceitos, acabamos avaliando pessoas específicas e suas ações questionáveis.

Soma-se a isso a demanda interacional presente em meu encontro com Maurício, que faz com que a questão da sua sexualidade tenha a função positiva de explicar o motivo real do preconceito sofrido, tirando das costas de Maurício o peso da responsabilidade de ter sido afastado de seu pelotão por ser incompetente profissionalmente. Há um trabalho de face sustentado por nós dois, no turno a turno da interação, que garante ao entrevistado uma face positiva ratificada na avaliação coconstruída ao final.

5.4

Coronel Juarez: “Cadê a sua esposa?”

O coronel Juarez me recebeu em seu apartamento em agosto de 2014 após termos trocado mensagens por celular. Apresentado por um amigo comum, o coronel foi extremamente participativo durante todo o processo de geração e análise de dados. O coronel Juarez possui a mais alta patente na categoria de oficiais superiores, estando hoje na reserva após ter completado 30 anos de efetivo serviço à instituição.

Durante a entrevista, ele me contou a trajetória de sua carreira apontando diversos aspectos positivos relacionados às missões que cumpriu durante de seu serviço militar na ativa. Ao relatar suas experiências, o coronel revelou o motivo

que o levou a não querer ingressar no Curso de Comando e Estado Maior do Exército na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

O curso da ECEME, com duração de dois anos, habilita o militar a comandar uma organização militar (OM). O ingresso é feito através de um concurso interno destinado, em caráter voluntário, apenas para os militares oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, Instituto Militar de Engenharia e oficiais médicos da Escola de Saúde do Exército. Após o curso, o militar tem grandes chances de comandar uma unidade, ficando em posição hierárquica e funcional de destaque. A posição de comandante de OM acaba por expor, de certa forma, a vida privada do militar. A esposa do comandante da unidade é conhecida na caserna como a “primeira dama”, devendo comparecer a diversos compromissos sociais e apoiar o marido e as famílias dos subordinados durante o comando. Atualmente, já é possível encontrar comandantes de organizações militares que não sejam casados, embora isso ainda se configure como uma exceção.

Os militares que não ingressam na ECEME, passam a vislumbrar poucas oportunidades de crescimento na carreira a partir de então. Vale lembrar que o concurso da ECEME é bastante concorrido e conhecido na Força pelo seu altíssimo nível de dificuldade. O simples fato de passar na ECEME já confere ao militar um status superior. Desta forma, o curso da ECEME, atua como um divisor de águas na carreira de oficiais superiores oriundos da AMAN.

A descrição acima é importante para entender a forma como o Coronel Juarez se posiciona em relação à decisão de não ir para a ECEME e entender as crenças que se entrelaçam nesta temática.

O excerto transcrito a seguir aparece entre os minutos 20’15” – 21’20” da gravação.

Excerto 4: “Cadê a sua esposa?”

1.	Juarez	eu não fiz eceme porque a ECEME ia me direcionar pra
2.		comando, eu ia ter que... dar satisfação da minha vida
3.		e eu não queria mais. eu queria, é, que me esquecessem
4.	Flávia	hh
5.	Juarez	“me esqueçam”
6.	Flávia	u-hum
7.	Juarez	“esqueçam da minha vida. deixa. acabou, a minha
8.		carreira acabou aqui.” e eu, como major, como tenente
9.		coronel, eu <u>não</u> quero mais, ° não °. >“esqueçam de
10.		mim”<

11.	Flávia	é... foi uma opção mesmo, né?
12.	Juarez	foi opção. eu não fiz eceme por ser <u>gay</u> .
13.	Flávia	u-hum
14.	Juarez	isso aí, foi... eu tinha certeza que era isso: "eu não vou fazer, eu não <u>quero</u> fazer eceme"
15.		
16.	Flávia	[u-hum]
17.	Juarez	[porque se eu tiver
18.		que fazer eceme eu vou ter que mostrar uma postura
19.		que eu não sou. eu não quero. >eu quero ser <u>gay</u> <, eu
20.		quero viver minha vida bem.
21.	Flávia	o senhor acha assim, que se o senhor tivesse feito
22.		eceme teria sido mais investiga::do↑, as pessoas
23.		iriam...
24.	Juarez	ah, seria, seria
25.	Flávia	né?
26.	Juarez	é::
27.	Flávia	o senhor ainda pegou uma época que o senhor acha que
28.		de repente que pra <u>comandar</u> tem que...?
29.	Juarez	então, na época todo mundo comandava. eu ia comandar.
30.		agora...
31.	Flávia	mas ia ser muito mais questionado quanto a isso?
32.	Juarez	é... ° depois, talvez sim °. "cadê a sua esposa?" não
33.		ia ter, não ia fazer, ↑ não ia ter ninguém pra fazer
34.		<u>chá</u> , essas coisas que tinham naquela época e eu não
35.		sei se tem ainda.

Nas subseções a seguir, a narrativa do coronel Juarez será observada pelos pressupostos labovianos no que concerne sua estrutura. Nota-se que essa estrutura não é canônica. Serão ainda avaliados os sentidos construídos, as ideologias presentes e a atribuição de responsabilidades pelo evento narrado. Por fim, será discutida a emergência do estigma no contexto da história.

5.4.1

Estrutura, justificativa e crenças na narrativa

A narrativa em pauta pode ser observada a partir da teoria de Labov em relação a sua estrutura, embora não se trate propriamente de uma narrativa canônica. Juarez inicia sua história já com um breve sumário nas linhas 1 a 3, (eu não fiz eceme porque a ECEME ia me direcionar pra comando, eu ia ter que... dar satisfação da minha vida e eu não queria mais. eu queria, é, que me esquecessem) que já antecipa o assunto que será tratado a seguir. É interessante observar que a partir do sumário, Juarez inicia sua construção de breves *accounts* narrativos visando explicar o “porquê” de não ter feito ECEME. Esses *accounts*, diferentemente do proposto por Labov em sua definição de

narrativa, estão projetados para um futuro hipotético. O oficial superior, de maneira geral, é questionado quanto ao fato de cursar ou não a ECEME, prestigiada escola no meio militar. Assim, o sumário de Juarez, de certa forma, parece justificar que “ele não foi porque não quis”. Não se trata de incapacidade ou incompetência, mas de uma opção pessoal. Portanto, através do *account*, Juarez busca manter uma face positiva. O *account* produzido é aceito por mim na linha 11 e confirmado por Juarez na linha 12, garantindo, assim, a face positiva reivindicada pelo entrevistado.

11.	Flávia	é... foi uma opção mesmo, né?
12.	Juarez	foi opção. eu não fiz eceme por ser gay.

A orientação da história não ocorre de forma clara. O narrador situa vagamente os acontecimentos narrados no período em que foi major e tenente-coronel. Não se trata de um evento específico, mas de uma decisão tomada ao longo de todos os anos anteriores ao primeiro concurso e nos anos em que poderia ter tentado ingressar na ECEME – um oficial pode prestar o concurso por oito anos consecutivos a partir do último ano no posto de capitão. Vale ressaltar aqui que ao atingir o estágio da carreira em que pode prestar o concurso para a ECEME pela primeira vez, o oficial já conta com cerca de vinte anos de serviço. Portanto, é relevante perceber que a decisão do Coronel Juarez foi construída ao longo de vários anos vivenciando o preconceito na Força.

A ação complicadora se dá de forma difusa ao longo da narrativa. Brevemente entre as linhas 14-20, Juarez, simultaneamente, narra os fatos e justifica sua decisão. Mais uma vez, percebe-se a presença de justificativas que visam manter a face positiva do narrador – não fez ECEME por opção e não por ser incapaz. Aqui, o coronel fala de uma sanção auto-imputada, possivelmente desabonadora, e que, por sua natureza, demanda uma estratégia interacional de *account*- é como se ele estivesse dizendo: ‘não é porque eu não posso; é porque eu não quis’.

14.	Juarez	isso aí, foi... eu tinha certeza que era isso: “eu não vou fazer, eu não quero fazer eceme”
15.		
16.	Flávia	[u-hum]
17.	Juarez	[porque se eu tiver
18.		que fazer eceme eu vou ter que mostrar uma postura
19.		que eu não sou. eu não quero. >eu quero ser <u>gay</u> <, eu
20.		quero viver minha vida bem.

Logo a seguir, avaliamos (linhas 21-24) conjuntamente o evento narrado, produzindo ao mesmo tempo significado para a história de Juarez. Pergunto se o coronel acredita que sua vida teria sido investigada – potencialmente sua sexualidade poderia ser descortinada – por entender que o serviço de inteligência do Exército averigua a vida pessoal dos futuros comandantes de OM.

21.	Flávia	o senhor acha assim, que se o senhor tivesse feito
22.		eceme teria sido mais investiga::do↑, as pessoas
23.		iriam...
24.	Juarez	ah, seria, seria

O coronel concorda enfaticamente com minha suposição, criando um significado moral para sua decisão de não ir para a ECEME. Transparece aqui, o receio de ter sua sexualidade exposta e sofrer sanções em um contexto onde a heteronormatividade é preconizada. Vale ressaltar que, durante toda sua carreira, o coronel Juarez jamais revelou sua orientação sexual a ninguém do meio. Ainda, por fugir completamente da figura estereotipada do homem gay, em nenhum momento de sua vida profissional teve sua sexualidade colocada em xeque por companheiros de farda.

As orações narrativas que remetem a diálogos e questionamentos hipotéticos ocorrem entre as linhas 32-35 (é... ° depois, talvez sim °. "cadê a sua esposa?" não ia ter, não ia fazer, ↑ não ia ter ninguém pra fazer chá, essas coisas que tinham naquela época e eu não sei se tem ainda.). Aqui, Juarez cita requisitos familiares que não possui, mas que são socialmente valorizados na cultura militar. Desta forma, sua fala também funciona como um *account* que justifica mais uma vez a sua decisão de não ingressar na ECEME - encerrando, assim, todas as expectativas de maiores conquistas profissionais.

5.4.2

Atribuição de responsabilidade

Diferentemente do que ocorreu nas narrativas dos outros militares analisados neste capítulo, a atribuição de responsabilidade aqui parece recair sobre a instituição militar. A responsabilidade pela decisão de abrir mão de um comando de OM é jogada no Exército como coletivo, e não em pessoas específicas.

Logo no início de sua narrativa, nas linhas 1-3, o coronel, sem citar diretamente o Exército, afirma que fatalmente teria sua vida investigada pela instituição antes de assumir uma posição de comando. Este posicionamento é ratificado nas linhas 7- 10 (“esqueçam da minha vida. deixa. acabou, a minha carreira acabou aqui.” e eu, como major, como tenente coronel, eu não quero mais, ° não °. >“esqueçam de mim”<) quando Juarez, também indiretamente, alega que ter sido necessário controlar seus atos e esconder sua sexualidade para cumprir exigências sociais da Força (“eu não quero mais”). Neste momento, o coronel decide por romper com esta situação e se colocar nos bastidores, para usar a terminologia de Goffman, onde é possível “ser quem realmente pensa ser” (linhas 17-20: “porque se eu tiver que fazer eceme eu vou ter que mostrar uma postura que eu não sou. eu não quero. >eu quero ser gay<, eu quero viver minha vida bem.”). Ressalto aqui que a atribuição recai na instituição novamente quando Juarez diz: “eu vou ter que mostrar uma postura que eu não sou”. Em todo caso, cabe sublinhar que o Exército aparece sempre de forma implícita, sem que funcione sintaticamente como sujeito ou agente do discurso do narrador.

Ao longo de sua narrativa, Juarez aponta valores morais e culturais, que segundo ele, ofuscam valores profissionais na hora da seleção para ocupar um alto cargo na carreira. Para o coronel, a instituição, por preconizar tais atributos heteronormativos (no âmbito social, mas não pela força da lei), foi a responsável por sua decisão de não almejar o comando - teoricamente, o ponto de maior destaque na carreira militar.

5.4.3

Estigma e funções de prestígio no mundo militar

O posicionamento do coronel aponta para uma realidade na qual o *status* de homem homossexual, marido e pai de família ainda é relevante para ocupar uma

posição de destaque e liderança. Juarez se constrói como um sujeito que entende o posicionamento socioconstruído sobre a identidade de um comandante militar, mas decide que sua felicidade no âmbito da vida privada é mais importante do que a ascensão na vida profissional. Deste modo, o coronel, por não se encaixar no modelo de família aceito como certo e normal no meio militar, e por se recusar a performar uma identidade social com a qual não se identifica, atua como agente de sua própria carreira. Juarez, por fim, decide abandonar um contexto que poderia, posteriormente, trazer à tona sua orientação sexual.

Cabe agora algumas observações de cunho etnográfico e pessoal a respeito da figura do comandante de OM e sua esposa – personagem citado pelo coronel Juarez. Minha análise aqui possui um olhar bastante perspectivado e influenciado por discursos que circulam no meio onde atuo na esfera profissional e pessoal. Este é um universo conheço particularmente por ser atualmente esposa de um comandante de OM. Pela minha vivência, percebo que existe um discurso do senso comum muito forte no meio militar que valoriza um comandante que tenha uma esposa. O papel social da “primeira dama” inclui tarefas como acompanhar o marido, cuidar dos filhos e até mesmo “organizar chás”. Portanto, a família heteronormativa tradicional, que segue os padrões socialmente aceitos, ainda é avaliada como um ponto chave para a ascensão na carreira do militar.

Durante a construção da pesquisa, vários militares confidenciaram ter amigos gays no comando hoje; no entanto, todos eles continuam “trancados no armário”. De acordo com os próprios militares, ainda hoje, não há espaço para um homossexual assumido comandar. O estigma de que o gay não tem moral para comandar uma tropa ainda persiste.

5.5

Considerações finais do capítulo

Ao longo deste capítulo busquei analisar narrativas de quatro participantes da pesquisa olhando para os dados em camadas diferentes devido à complexidade e gama de possibilidades de investigação disponíveis.

A narrativa é entendida não apenas como uma representação de fatos ocorridos no passado, mas como uma construção social feita pelos participantes da pesquisa. E, por ser uma construção social, o papel tanto do entrevistado quanto o meu de entrevistadora foram observados na construção dos sentidos, pois “não há discurso que não considere o outro: a alteridade é intrínseca à construção de significados” (MOITA LOPES, 2009, p. 13).

Ainda no capítulo 5, busquei observar o estigma e o trabalho de face na interação. Foi observado que durante a interação entre entrevistado e entrevistadora, as punições e os episódios de discriminação são vistos como extraordinários e estigmatizantes. Por outro lado, a orientação homossexual dos participantes - que na dimensão das histórias narradas funciona como símbolo de estigma social -, nas interações analisadas, parece ser um atributo positivo que coloca os entrevistados na posição de vítimas de preconceito. Observei, do mesmo modo, o manejo interacional utilizado por mim e pelos entrevistados a fim de salvaguardar a instituição a qual pertencemos, protegendo, assim, nossas próprias faces - afinal, somos parte desta mesma Força.

Portanto, os excertos selecionados foram observados à luz da estrutura laboviana de narrativas, bem como sob o arcabouço teórico da sociolinguística interacional. Dentre as categorias de análise, estavam presentes (i) os *accounts* narrativos observados a partir de suas funções sociais; (ii) os diálogos construídos que trazem as vozes de outros personagens para a narrativa, bem como (iii) os conceitos da teoria de Goffman de estigma, *self* e trabalho de face.

Enquanto este capítulo lançou foco sobre contexto micro da interação, observando as narrativas através de pistas linguísticas e contextuais, o capítulo seguinte complementa esta pesquisa apresentando dados de cunho etnográfico com o objetivo de mostrar como as práticas homofóbicas acontecem nos aquartelamentos.

HOMOFOBIA NA CASERNA E TEMPOS DE MUDANÇA

“Nós não temos homossexuais assumidos, mas não discriminamos as pessoas em razão de sua opção sexual”.

General Enzo Martins Peri, ex-comandante do Exército Brasileiro
(em entrevista à revista Veja em 17 de janeiro de 2011)

Em 2010, conforme já citado nesta pesquisa, durante a sabatina de um general cotado para ser ministro do Superior Tribunal Militar, uma declaração polêmica deu início à discussão sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas (cf. anexo 2). O militar em questão afirmou na ocasião que a homossexualidade seria incompatível com o serviço militar e que um indivíduo homossexual não conseguiria comandar porque a tropa não o obedeceria numa situação de combate.

Três anos após tais afirmações, em 2013, quando foi publicada, no *site* do G1 (cf. anexo 3), uma reportagem a respeito de um sargento do Exército Brasileiro que havia feito uma declaração de união estável com seu parceiro e que havia conseguido registrá-lo legalmente como seu dependente, diversos foram os comentários pejorativos por parte dos leitores⁷ do *site*. Embora houvesse pessoas que se manifestaram a favor do posicionamento do militar e da Força, outras encararam tal situação como amoral, doentia e desmoralizadora para o Exército Brasileiro.

Quando eu já estava no término desta pesquisa, em certa noite ao final de julho de 2015, meu marido me mostrou uma mensagem que acabara de receber em um grupo de militares no aplicativo *whatsapp*. Tratava-se de alguns *printscreens* de páginas do *facebook* de um coronel do Exército Brasileiro sugestivas sobre sua identidade gay. Seguida das fotos, lia-se a seguinte mensagem: “Olha o que está rolando no *facebook*. Alguém conhece?”. Alguns dias após o recebimento da mensagem, conversando com um amigo também oficial de carreira, descobri que ele também recebera as mesmas fotos em outros grupos de militares no *whatsapp*.

⁷Foram selecionados alguns comentários publicados no *site*. Tais comentários encontram-se no Anexo 3.

Conforme o típico jargão da internet, as fotos “viralizaram”. Segundo esse amigo, os comentários dos outros militares eram sempre de deboche; denegrindo a imagem de uma pessoa que eles sequer conheciam. Nas mensagens trocadas nos grupos, houve questionamentos do tipo “Como o Exército deixou ele chegar a coronel?”.

Em minha experiência de trabalho na caserna, posso afirmar que quase diariamente o assunto da homossexualidade no meio militar vem à tona. Normalmente, os comentários denigrem e ridicularizam a imagem do indivíduo que foge aos padrões heteronormativos. São também constantes as piadas e as brincadeiras cujo teor é sempre a (homo) sexualidade do outro. No entanto, embora o tom das brincadeiras seja na maioria das vezes irreverente, os enunciados repetidos constantemente terminam por criar um pensamento hegemônico que discrimina, estigmatiza e escarnece o indivíduo homossexual. Também salta aos olhos a importância dada à descoberta sobre quem é gay no meio militar - como no caso dos *printscreens* feitos na página do *facebook* do coronel, tão rapidamente repassados para diferentes grupos e comentados em rodas de conversas daqueles que dizem “detestar fofoca”. Assim, concordo com Cameron ([1998] 2010, p. 136) que afirma que “o desvio apontado pelo grupo para o termo “gay” não tem tanto uma conotação *sexual*, mas *social*” (grifos do original).

As histórias contadas aqui servem como contexto para compreender as visões de mundo que participam ativamente da construção de um discurso homofóbico nas Forças Armadas. Em uma sociedade como a militar, calcada nos princípios da hierarquia e disciplina, as vozes dos comandantes e superiores hierárquicos prevalecem e são acatadas pelos subordinados como forma de discurso institucional. Para Moita Lopes (2004, p.5), “quando nos engajamos no discurso, estamos representando o mundo por meio da linguagem, mas estamos, acima de tudo, da perspectiva socioconstrucionista seguida aqui, construindo o mundo”.

Essas ideias nos levam a entender que a afirmação do general sabatinado, em 2010 (quando alguns militares já haviam revelado publicamente sua homossexualidade), sobre a incompatibilidade da carreira com a orientação homossexual, está “construindo um mundo” onde não há espaço para gays no

Exército Brasileiro. Da mesma forma, discursos contrários a esse têm a potencialidade de transformar esse espaço.

As declarações feitas pelo general durante a sabatina no Superior Tribunal Militar apontam para um discurso homofóbico que marginaliza, discrimina e estigmatiza os militares homossexuais, influenciando diretamente em outras vozes que ecoam tal ideologia na caserna. Destarte, discursos semelhantes ao do general podem ser percebidos nos enunciados dos participantes desta pesquisa. Conforme afirma Bakhtin (1979, p. 282), “a língua penetra a vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”.

Percebe-se, então, que as vozes que estigmatizam os militares gays desencorajam qualquer “saída do armário” por parte daqueles que sofrem o preconceito na própria pele. Prado (in BORRILLO, 2010, p.8) afirma que

as instituições revelam-se espaços de produção, reprodução e atualização de todo um conjunto de disposições (discursos, valores e práticas, etc) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade de expressão sexual e de gênero.

Passo agora a discutir algumas das temáticas recorrentes e cristalizadas nas histórias contadas pelos militares. Observarei não o contexto micro de nosso encontro, ou as estratégias discursivas – objeto do capítulo 5 –, mas as conjunturas mais amplas a partir das quais esses discursos foram produzidos. Portanto, o presente capítulo, diferentemente do anterior, não se propõe a analisar discursivamente os dados, mas sim observar, com uma lente etnográfica, e que se beneficia das questões discursivas, as principais questões que circundam o discurso sobre discriminação na caserna. Se, no capítulo 5, privilegiei as histórias de vida dos meus entrevistados, neste capítulo, pretendo dar relevo às histórias que eles contaram sobre terceiros - como se verá, os pontos sustentados são semelhantes. Logo, pretendo aqui apresentar alguns excertos que confirmam a recorrência de certos temas na fala dos entrevistados, contribuindo para um entendimento sobre as práticas homofóbicas na caserna. Como já dito, não há, portanto, uma pretensão em realizar uma análise discursiva dos dados, mas apenas comentar, de uma forma geral, outros discursos à luz de questões já tratadas em capítulos anteriores desta

dissertação. Outro objetivo buscado neste capítulo é fazer uma breve reflexão, a partir do ponto de vista dos entrevistados, sobre uma possível e gradual mudança no que concerne o preconceito contra gays na Força. Ou seja, o intuito de incluir as narrativas apresentadas aqui é trazer uma complementação etnográfica sobre a homofobia na Força. Ressalto que alguns pontos ,observados neste capítulo pela minha ótica e de meus participantes, podem ser confirmados posteriormente nos dados presentes no epílogo deste trabalho através de discursos de militares que se identificam como heterossexuais.

A análise, com base em categorias da análise do discurso, das narrativas apresentadas neste capítulo e dos dados incluídos no epílogo ficará reservada para estudos posteriores.

6.1

Sexualidade e renovação do contrato

Durante o processo etnográfico de geração de dados, observei que vários entrevistados relataram histórias de outros militares gays - normalmente temporários - que foram desligados da Força após terem sido expostos dentro dos quartéis. Os relatos apresentam como ponto comum a discriminação pela sexualidade, independente da competência profissional. As narrativas trazem como personagens principais militares temporários, que têm seus contratos renovados anualmente, podendo permanecer na Força por até oito anos. De acordo com os relatos, não são incomuns os casos em que os contratos não são renovados após uma confirmação ou uma suspeita de tratar-se de um gay. Os episódios que serão apresentados a seguir revelam que a exclusão do indivíduo ocorre sem que haja a necessidade de se explicitar as motivações, pois ela depende apenas da decisão do comandante, sem a obrigação de embasamento legal. Vale ressaltar, mais uma vez, que não há qualquer amparo judicial ou orientação formal por parte do próprio Exército Brasileiro para excluir ou discriminar qualquer cidadão por conta de sua orientação sexual. A discriminação ocorre por conta de valores sociais, culturais e individuais; e não por determinações institucionais legalísticas.

6.1.1

“Olha, o preconceito ainda é muito grande”

A primeira narrativa observada sobre a exclusão de gays foi transcrita a partir da entrevista com o Tenente Coronel Freitas entre os minutos 92’47’’-95’51’’. Ao contrário das narrativas analisadas no capítulo anterior, aqui Freitas relata um episódio de perseguição que ocorreu com outro militar e não consigo mesmo.

Na época do fato narrado, Freitas era o comandante da Companhia de Comando e Serviço (CCSv) da unidade em que trabalhava. A CCSv de um quartel é subordinada ao comando da unidade e fornece soldados para as seções do Estado Maior, sendo também responsável pela manutenção das instalações do aquartelamento.

Após o serviço militar obrigatório de um ano, os soldados que são voluntários a continuar na Força (por até mais sete anos), concorrem a uma renovação anual chamada engajamento. O engajamento tem como critério de escolha o desempenho profissional, e depende do número de vagas disponíveis. A história narrada aqui apresenta o caso de um soldado, que embora fosse bom profissional, não teve seu engajamento concedido devido ao fato de “parecer” gay.

Excerto 5: “infelizmente ainda existe muito preconceito”

1.	Freitas	nesse tempo em que eu fiquei na, na ccsv ⁸ , tipo, tinha
2.		um soldado que era <u>muito</u> bom. o cara sabia de
3.		informá::tica, o cara, o cara, assim... <u>perfeito</u> . mas
4.		era, °não claro, nítido°, mas era assim, o cara tinha
5.		um jeitinho, né?
6.	Flávia	sei
7.	Freitas	você percebia que o cara:: era gay, mas assim... tanto
8.		que uma vez eu chamei esse soldado pra auxiliar em
9.		alguma coisa, um trabalho que eu tinha que fazer lá, e
10.		o cara era <u>muito metuculozo</u> , era muito bom, eu falei
11.		assim: “pô, não, eu quero soldado fulano” porque ele
12.		trabalhava em uma seção lá e o cara desembocou lá,
13.		desenrolou a missão, e falou assim... só que esse cara,
14.		por ser <u>gay</u> ... aí na baixa, na primeira baixa... ele
15.		era recruta, né?, queriam mandar ele embora. só que
16.		o comandante de companhia é que dá o parecer lá, né? os
17.		caras que vão ficar, que tem condições, não sei o quê.

⁸CCSv: Companhia de Comando e Serviço

18.		só que contra a minha vontade, esse cara foi colocado
19.		de lado. e em uma reunião que teve lá, né?, com o chefe
20.		desse cabo, da divisão de pessoal, um qao ⁹ , que ERA,
21.		entendeu? eu não me lembro mais o nome dele. mas aí ele
22.		pegou e falou assim... aí eu peguei e falei e suscitei
23.		a coisa de novo porque ele tava fora do engajamento de
24.		tantas vagas. aí eu peguei e falei assim: "não, o fulano
25.		de tal, soldado fulano, ele é MUITO bom. ele é <u>muito</u>
26.		bom soldado, ele tem vários atributos" assim, assim,
27.		assado. aí qao "ah, não, mas é, ele... ele é, ele é,
28.		ele é GAY" não sei bem qual termo ele usou. "ele dá
29.		alteração porque ele é pederasta", alguma coisa assim.
30.	Flávia	hum
31.	Freitas	falou algum termo, aí o comandante logo de cara, assim
32.		quando o qao falou, aí o comandante : "ih, então, não,
33.		então deixa fora". aí também eu senti , eu não fui além,
34.		eu senti que tava em minoria ali, eu falei assim: bom,
35.		eu também não vou ficar
36.	Flávia	[batendo de frente]
37.	Freitas	e, é uma faca aqui e eu com a mão em cima. aí eu falei...
38.		mas depois eu também chamei o soldado e falei pra ele:
39.		"olha, pra mim, você é um dos melhores soldados aqui".
40.		aí eu expliquei pra ele, eu falei assim: "mas você sabe
41.		porque você tá indo embora, né?" aí ele ficou assim e
42.		eu falei assim: "olha, o preconceito ainda é muito
43.		grande", aí eu dei uma orientação pra ele e falei "olha,
44.		mas eu queria que você trabalhasse", eu falei "eu fui
45.		voto vencido, tentei, mas vi que a situação não ia
46.		render pra frente..."dei um retorno pra ele, um
47.		feedback, falei: "da mesma forma que você trabalha
48.		aqui, em qualquer lugar que você trabalhar, você vai,
49.		entendeu?,
50.	Flávia	[se destacar]
51.	Freitas	ser bom profissional, você vai se destacar. continue
52.		assim" e tal. "sei até que você gostaria de ficar aqui,
53.		mas infelizmente ainda existe muito preconceito e tal,
54.		e você realmente tá indo embora pelo fato das pessoas
55.		perceberem que você tem um certo jeito assim, assado e
56.		tal". não é que fizesse alguma coisa lá com os outros
57.		soldados não
58.	Flávia	mas era o suficiente
59.	Freitas	era o suficiente
60.	Flávia	só ter o jeito
61.	Freitas	pelo comportamento afeminado e tal, entendeu? aí ele
62.		ouviu, agradeceu e tudo, entendeu? aí ele foi...a única
63.		coisa que eu poderia fazer, orientá-lo, assim e tal e
64.		ser aberto também, ser leal com ele.

A história narrada aqui apresenta teor muito semelhante à história contada pelo cabo Diogo que será discutida na próxima subseção. Em ambas as histórias, se percebe uma intolerância em trabalhar com indivíduos homossexuais, mesmo que

⁹ QAO - Quadro Auxiliar de Oficiais. O quadro é composto por alguns militares que após uma carreira como praça, nas graduações de sargento e subtenente, são promovidos ao posto de segundo tenente podendo chegar até o posto de capitão.

estes desempenhem suas tarefas com eficiência. É interessante observar que assim como nas narrativas de Freitas, Lima, Maurício e Juarez estudadas no capítulo 5, o ponto da interação aqui parece ser: “Eu trabalho direito, ele trabalha direito. Ele só foi excluído e eu só fui punido porque somos gays”. Essa justificativa aparece como o principal *account* nos dados da pesquisa a fim de justificar que as perseguições que ocorrem por motivações homofóbicas e não por incompetência profissional. Assim sendo, os enunciados proferidos pelos entrevistados estão interligados com enunciados de homofobia presentes no dia a dia da caserna. São vozes que discriminam, eliminam e transformam o homossexual em desviante dentro daquele ambiente.

6.1.2

“Não faz isso que você vai se prejudicar”

O trecho transcrito a seguir, entre os minutos 2’08” e 4’19”, faz parte da entrevista com o cabo Diogo que ocorreu em minha residência em meados de 2014. Diego e eu conversamos sobre a questão de “sair do armário” ou não dentro da caserna. A fim de expressar seu ponto de vista, o cabo, ex-militar temporário, narrou não apenas sua própria experiência, mas trouxe à tona a história de um colega que teria sido excluído das fileiras do Exército após ter saído do armário.

Excerto 6: “aquela condição, daquele militar, foi preponderante para a exclusão dele”

1.	Flávia	no tempo que você esteve no, no exército, você teve algum
2.		problema com isso? você, alguma vez, se sentiu
3.		↑discrimina::do...?
4.	Diogo	olha, é, é, sinceramente, parti, é assim,
5.		particularmente eu, eu diretamente eu não sofri... tá,
6.		assim, até porque eu, eu me coloquei numa postura é...
7.		de colocar a frente que isso de repente não fosse um
8.		problema se descobrissem ou se alguém falasse. não queria
9.		que isso fosse uma... uma assim, uma... como é que fala?
10.		olhasse pra mim, um estigma, olhasse pra mim... ↓fugiu a
11.		palavra >olhar pra mim e< “não, aquele lá é o... é o
12.		VIADO, ou é o...”, então esse era o meu receio. então,
13.		na verdade, eu não... eu fiquei assim... eu priorizei o
14.		meu trabalho, me dediquei pra que... fosse a frente do
15.		que se de repente descobrissem em relação a isso. então
16.		isso eu, eu particularmente eu não sofri. agora sim, eu
17.		tive, eu <u>presenciei</u> de ver colegas em que depois que a
18.		gente, né, a gente se confidenciou de mostrar, de de
19.		dizer qual era a opção. então eu <u>presenciei</u> . casos de,
20.		de, de, de, de preconcei::to e de, de, de ver que ↑aquela

21.		condição ↑daquele militar foi preponderante pra exclusão dele, da, da, da, da, no ano, entendeu? ° eu lembro que...°
22.		
23.	Flávia	eles eram temporá::rios?
24.	Diogo	temporários.
25.	Flávia	e aí eles não conseguiram renovar?
26.	Diogo	não. não
27.	Flávia	mas, você... é, é... eles <u>não</u> renovaram por causa da
28.		condição sexual?
29.	Diogo	sim, porque já era, já era um, uma coisa que, que esse
30.		militar, ele, ele já tava assim, como ele já imaginava
31.		que ele ia por conta <u>disso</u> , então ele... largou a mão e
32.		aí, acabou assim, se expondo de uma forma que eu até
33.		falava pra ele, eu falava assim "ô, cara, né, num, não
34.		faz isso que você vai se prejudicar", e eu percebi,
35.		assim, que ele já não tava mais assim e aí... e:: eu
36.		percebi que ele era um bom militar, ele tinha o curso do
37.		SAR ¹⁰ , então assim, que é, né, uma especialização que <u>é</u>
38.		<bem> requisitada aqui dentro e ainda assim, no ano de
39.		renovação dele, ele não, não ficou. não ficou no outro
40.		ano.
41.	Flávia	mas ele chegou a:: sair do armário?
42.	Diogo	saiu, saiu, assim.
43.	Flávia	chegou a assumir?
44.	Diogo	assumiu.

Em conversas, principalmente com militares temporários, – que podem ser facilmente desligados da Força – percebi que é comum o medo de sair do armário ou ser descoberto. Os entrevistados relataram ter medo de não serem recontratados caso sua homossexualidade venha à tona. O receio de ter sua sexualidade revelada, tão presente no discurso dos militares temporários, também aparece nos relatos dos militares de carreira. Por exemplo, no excerto 3 (cf. cap. 5), Maurício conta do desconforto e insegurança que sentiu quando percebeu que dois tenentes estavam falando de sua sexualidade na saída do rancho. Em sua entrevista, o tenente coronel Augusto relatou que, como forma de defesa, também ridicularizava gays no início da carreira. Segundo o coronel, era uma forma de se livrar de desconfianças e possíveis perseguições homofóbicas. No caso dos militares temporários, o medo de ser desligado não se dá por questões lícitas ou por regulamentos militares - que preveem a igualdade de tratamento para todos os cidadãos -, mas pelos valores sociais e culturais que ainda deslegitimam o gay.

¹⁰ SAR - Search and Rescue. Refere-se ao curso de busca e salvamento.

6.1.3

“Se você é gay, você não pode mostrar que é gay”

Apresento agora um evento contado pelo tenente temporário Guimarães, transcrito entre os minutos 00’10” e 01’45”, na segunda vez que ligamos o gravador durante sua entrevista em junho de 2014.

A conversa com o tenente Guimarães foi intermediada por uma colega também militar de carreira. Nos encontramos em meu apartamento e conversamos sobre histórias de perseguições homofóbicas nos quartéis; sobre o medo de sair do armário e o medo de ser descoberto e, conseqüentemente, excluído da Força. Já havíamos encerrado a gravação quando o tenente Guimarães pediu que eu reiniciasse o gravador para contar uma história que ouviu durante seu treinamento militar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

O CPOR é uma instituição voltada para a preparação de oficiais que constituirão a reserva não remunerada da Força. Passam anualmente pelo CPOR, como alunos, jovens que se alistam no serviço militar obrigatório e que já ingressaram em algum curso universitário. Estes jovens, após um ano de curso de formação militar, são transferidos para algum quartel onde irão servir no posto de tenente. O período de permanência de um tenente temporário é de até oito anos, sendo seu contrato renovado anualmente.

É também de responsabilidade do CPOR a formação de oficiais temporários que já concluíram algum curso universitário de interesse da Força. Estes militares realizam um estágio de adaptação ao serviço militar com um mês de duração. Ao término, são direcionados para alguma organização militar onde irão exercer suas profissões, conforme o que aconteceu com o próprio Tenente Guimarães.

Excerto 7: “O cara vai trazer uma foto do namorado pra dentro do quartel?”

1.	Guimarães	teve um caso na época do cpor que eles contavam muito,
2.		né? se o cara é gay ou não. aí teve um caso desses,
3.		que a formação é de um ano. esses meninos de 18 anos
4.		que quando vão pra... se tiver matriculado na
5.		faculdade, eles fazem o cpor de um ano.
6.	Flávia	ah, aqueles que fazem cpor mesmo, né?
7.	Guimarães	cpor de um ano
8.	Flávia	a-ham
9.	Guimarães	e aí encontraram no alojamento::.. o moleque tava com,
10.		com a <u>foto</u> do namorado, dos dois juntos. Com ↑beijo,
11.		carta, não sei o quê. e aí:: na mesma coisa,
12.		<u>expulsaram</u> o moleque. deram um <u>jeito</u> de tirar ele do,
13.		do cpor.
14.	Flávia	mas não foi dito que era por causa da foto, não?
15.	Guimarães	não foi dito por causa da foto não.
16.	Flávia	arrumaram um...
17.	Guimarães	arrumaram um ↑pretexto ou alguma coisa pra poder
18.		↑expulsá-lo. se soubesse que tavam expulsando o cara
19.		por causa disso, acho que de repente ele poderia
20.		procurar um processo na justiça::, alguma coisa. é
21.		claro que ele sabe. mas não sei é como findou a
22.		história depois, como é que saiu, se ele resolveu ou
23.		não, mas ele foi <u>expulso</u> . e aí os instrutores tavam
24.		contando isso pra gente no cpor.
25.	Flávia	e você acha que eles estavam contando pra que? só pra
26.		contar, ou pra alertar...
27.	Guimarães	ou pra já alertar de que aquilo NÃO pode acontecer.
28.		então, eles tinham um discurso é ... “não, o cara é!”
29.		quando eles falavam daquele jeito era pra dizer pra
30.		gente que se a gente... tem algum GAY ali, não contar.
31.		não comentar porque ↑“pô, mas se o cara era gay, mas,
32.		pô... o cara vai trazer uma foto do namorado pra
33.		dentro do quartel?”. então aquilo foi, ele achou um
34.		absurdo. ↑se você é gay, você nã não tem que mostrar
35.		que você é gay. você tem que <u>esconder</u> . como é, o
36.		maluco levou, levou a foto do namorado::? aí
37.		rapidinho todo mundo... hh tomou um pé. hh

Ao longo a narrativa do tenente Guimarães é possível perceber o discurso homofóbico e recriminador que há por traz da decisão de expulsar o jovem da Força por causa de uma foto que apontava para a sua homossexualidade. O tenente traz a voz de um militar para mostrar que, de acordo com os valores dos instrutores, dentro do Exército o gay deve permanecer no armário. Não há espaço para sair do armário e ser plenamente aceito na Força. De acordo com o entrevistado, “arrumaram um pretexto ou alguma coisa pra poder expulsá-lo” (linhas 17 e 18), pois mais uma vez, não havia qualquer diretriz legal por parte da instituição para excluí-lo. Fica claro que a exclusão se deu por causa das crenças dos próprios instrutores que não concordavam com a permanência de um gay no Exército Brasileiro. Guimarães

fala também sobre a busca por um pretexto para oficializar o desligamento a fim de evitar que o excluído procurasse seus direitos na justiça.

6.2

O cadete gay como desviante

“Então, a minha preocupação era que ninguém imaginasse que eu era gay, porque eu não queria sofrer nada daquilo que eu via o pessoal que era afeminado sofrer.”

Tenente Coronel Augusto (entrevista em outubro de 2014)

Após o concurso para ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), o aluno passa um ano como interno na cidade de Campinas-SP, seguindo posteriormente para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)¹¹ localizada em Resende- RJ onde completará seu curso de formação de oficial em 4 anos. Durante os cinco anos, os militares permanecem no regime de internato. De acordo com os entrevistados, a masculinidade é uma característica extremamente valorizada e enaltecida em ambas as escolas.

Por tratar-se de ambientes nos quais a figura do gay não é culturalmente bem-vinda, os entrevistados narram histórias de dificuldades durante essa jornada. Como exemplo, cito o relato do capitão Lima sobre a forma como os instrutores encorajavam a própria turma a expulsar os homossexuais, classificando-os como pessoas com desvio de caráter e comparando-os a ladrões e bandidos. E assim como já foi dito aqui, por não haver qualquer lei que preveja um tratamento desigual pela sexualidade do indivíduo, a perseguição se dá de forma velada, baseada em crenças e valores locais.

Sigo agora com episódios contados por entrevistados que passaram pela difícil tarefa de ser gay, em regime interno, dentro de um sistema que repele e oprime qualquer manifestação de homossexualidade.

¹¹ Após concurso público, o aluno ingressa na EsPCEEx por 1 ano. No segundo ano, ele é automaticamente transferido para a AMAN na condição de cadete, onde permanecerá por mais quatro anos até a sua formatura. Está previsto em lei que seja liberado o ingresso de mulheres na EsPCEEx a partir do ano de 2017.

6.2.1

“Eu sentia uma necessidade total de esconder essa sexualidade”

O excerto apresentado a seguir revela a experiência do capitão Lúcio como homossexual durante os cinco anos que passou como aluno interno na EsPCEEx e AMAN. O entrevistado afirmou não ter sofrido pessoalmente qualquer discriminação durante o período de formação. É, no entanto, importante ressaltar que o capitão Lúcio em nada simboliza e corresponde à construção cultural estereotipada da figura do homem gay. Durante seus relatos, o capitão Lúcio assegurou que nunca encontrou um ambiente que favorecesse uma estilização de sua sexualidade. Ainda, pelo fato de não “parecer” gay e não levantar desconfianças, não foi vítima de perseguição ao longo da carreira. Porém, assim como outros militares, disse ter sido testemunha de perseguições homofóbicas durante o período de internato.

A história transcrita a seguir foi contada entre os minutos 0’55” – 2’56” de nossa conversa que ocorreu em seu apartamento em outubro de 2014.

Excerto 8: “todo dia sofrendo essa pressão, é muito difícil aguentar”

1.	Flávia	como é que foi a vida na, na <u>formação</u> , né, na escola de formação?
2.		
3.	Lúcio	olha, pra mim, na AMAN foi <u>muito</u> tranquilo, assim, na escola, na espce e na aman foi <u>completamente</u> tranquilo, nunca tive nenhum problema e... e então... acredito que... pra mim, não... foi <u>bem</u> tranquilo.
4.		
5.		
6.		
7.	Flávia	foi tranquilo
8.	Lúcio	mas eu já <u>sabia</u> , eu tinha isso... eu já sabia da minha opção, eu já sabia o que eu queria, o que eu... sabia não, sabia, mas não...
9.		
10.		
11.	Flávia	já se entendia assim, né?
12.	Lúcio	mais ou menos, é... ainda achava que era... é... mais uma curiosidade ou alguma coisa, mas eu sabia que era alguma coisa muito ° forte °, mas não..
13.		
14.		
15.	Flávia	a-ham
16.	Lúcio	conseguia levar na boa, sem nenhum problema.
17.	Flávia	você, é..., teve necessidade de esconder:: essa sexualidade lá den::tro?
18.		
19.	Lúcio	sim, com certeza... ° total °
20.	Flávia	por que você escondia?
21.	Lúcio	porque , assim, é... por exemplo, casos que aconteceram que eu <u>vi</u> , que eu vivenciei. o pessoal que era... um pouco, digamos, um pouco >afeminado< que, que dava a entender que era, que era homossexual , na época sofria um <u>bullying</u> ABSURDO, ao ponto de ter agressão física, de <u>bater</u> pra, pra pra fazer com que o cara:: pedisse desligamento. isso eu VI acontecer.
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.	Flávia	quem fazia isso? eram os próprios colegas ou...?
29.	Lúcio	não, os próprios colegas. o próprio meio
30.	Flávia	u-hum. e os superiores? o que eles faziam em relação a isso?
31.		
32.	Lúcio	vista grossa.
33.	Flávia	u-hum. mas sabiam que isso acontecia?
34.	Lúcio	ah, com certeza. >acontecia na turma deles.< não ia acontecer agora... não ia deixar de acontecer na na
35.		
36.	Flávia	então chegava a ter até agressão física?
37.	Lúcio	sim, sim, sim.
38.	Flávia	e eles acabaram pedindo desligamen::to::?
39.	Lúcio	sim. um eu lembro, eu lembro que era um troço <u>absurdo</u> mesmo. o pessoal::... e ele era bem <u>afeminadinho</u> mesmo. o pessoal caía em cima e os outros que eram um pouco mais, assim, afeminado, não eram tanto como esse. era <u>bullying</u> direto. agora se chama bullying, antes a gente não sabia, mas era...
40.		
41.		
42.		
43.		
44.		
45.	Flávia	na época era outra coisa
46.	Lúcio	é... é...zoação mesmo, o <u>dia</u> inteiro zoando e tirando <u>sarro</u> , chacota e tal... é, e ali, cinco anos enfurnado, sem poder sair, e você todo dia sofrendo essa pressão ↑é muito difícil aguentar.
47.		
48.		
49.		
50.	Flávia	é
51.	Lúcio	então por isso eu sentia uma necessidade <u>total</u> de esconder essa...
52.		
53.	Flávia	u-hum
54.	Lúcio	essa sexualidade durante:: esse o período de formação.

A narrativa de Lúcio se assemelha a diversos outros relatos parecidos que foram observados ao longo da pesquisa. Diferentes militares, oriundos da AMAN - principal escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro - revelaram histórias de preconceito por parte de colegas e superiores durante o período de formação. As histórias narram episódios de discriminação que terminam com o pedido de desligamento por parte do cadete perseguido.

A história contada pelo capitão Lúcio revela um ambiente em que as perseguições homofóbicas aos cadetes “afeminados” (conforme as palavras do próprio narrador) são comuns e aceitas pelos instrutores, assim como afirmou também o capitão Lima. Fatos muito semelhantes foram expostos também pelo coronel Juarez, tenente coronel Freitas, tenente coronel Augusto e capitão Maurício – todos oriundos da mesma escola de formação.

Lúcio narra sua trajetória na AMAN, onde precisou esconder sua sexualidade, mostrando exemplos de outros militares que foram perseguidos pelos próprios colegas por performarem identidades não aceitas pelo grupo. O entrevistado mostra quais eram os discursos acolhidos na escola de formação durante o período em que foi cadete. Os instrutores são apontados como coniventes por fazerem “*vista grossa*” (linha 32) para o *bullying* que ocorria na escola, mostrando, assim, a presença de uma construção ideológica que defendia a exclusão de cadetes gays. Desta forma, percebe-se, no discurso de Lúcio, uma relação dialógica entre cadetes e instrutores que legitimam a homofobia com base em seus próprios valores morais e suas crenças. Fatos semelhantes são apontados nas narrativas de outros militares mostradas a seguir.

6.2.2

“Não foi expulsão, foi convidado a pedir desligamento”

Logo no início da entrevista com o capitão Maurício, conversamos sobre o período em que ele permaneceu nas escolas de formação. Assim como o capitão Lúcio, Maurício não foi vítima direta de *bullying* por também não enquadrar ao estereótipo do homem gay. Sua orientação sexual jamais tornou-se pública durante os anos de internato.

Na primeira parte da narrativa, Maurício revela os artifícios que utilizava para esconder seus desejos sexuais naquele contexto. Os três excertos a seguir fazem parte de uma narrativa mais longa entre os minutos 3'05" e 8'17".

Excerto 9: vinte e dois quilômetros

1.	Maurício	aí eu passei pra espcecx, pra aman e assim, lá os desejos, eles aparecem bem ou mal porque você tá num lugar que
2.		convive com homem o tempo todo, né?
3.		
4.	Flávia	e só com homem, né?
5.	Maurício	então assim, tipo::, eu... no começo, eu meio que criei um,
6.		criei um mecanismo pra tentar sublimar essas coisas, então
7.		eu fazia <u>muita</u> atividade física. tipo::, eu saia pra correr
8.		final de semana, >sei lá<, vinte e dois quilômetros. isso
9.		dentro da academia, pra ficar exausto e não deixar passar
10.		nenhum tipo de pensamento desses.

O fato de Maurício tentar se manter exausto para esconder seus impulsos sexuais é um indício de que o ambiente não favorece a saída do armário. Embora a camaradagem e a amizade entre colegas de turma sejam atributos essencialmente estimulados e preconizados, o preconceito contra homossexuais é bastante forte por estar enraizado nos valores culturais, sociais e pessoais.

Nos dois excertos a seguir, Maurício mostra que seu medo de sair do armário se dava por conta de casos de expulsão da Força – dos quais foi testemunha – por conta de preconceito sexual. Portanto, após presenciar episódios de saída forçada, o entrevistado entendeu que sua sexualidade jamais poderia ser vivenciada naquele meio. Seu discurso aponta a presença de vozes que recriminam a homossexualidade na caserna. A mentalidade e os discursos vigentes durante seu período no internato preconizavam a proscrição de gays.

Excerto 10: casos de expulsão

25.	Flávia	você tinha medo de se expo::r, tinha medo do
26.		preconceito?
27.	Maurício	<u>sim</u> , sim, sim. até porque, assim, na minha turma
28.		tiveram dois casos, >um no terceiro e outro no
29.		quarto ano< de... foi até expulsão. não foi
30.		expulsão, foi CONvidado a pedir desligamento.

Excerto 11: “eu não cogitava a possibilidade do pessoal saber”

147.	Flávia	e você acha que se os seus colegas soubessem de você,
148.		assim, se os seus superiores soubessem de você na aman,
149.		a sua vida teria sido pior lá?
150.	Maurício	então, eu nunca fui um cadete <u>brilhante</u> , mas eu nunca
151.		fui um <u>vagabundo</u> . dentro daquela coisa que eu te falei
152.		que a gente sempre precisa compensar alguma coisa pelo
153.		fato de ser homossexual, eu compensava em ser muito
154.		disciplinado, eu compensava em ser bastante
155.		entusiasmado com as coisas.
156.	Flávia	entendi
157.	Maurício	então, eu não cogitava a <u>possibilidade</u> do pessoal
158.		saber. a verdade era essa. eu tinha um conceito muito
159.		bom, os meus comandantes, ↑principalmente terceiro e
160.		quarto ano, eles confiavam bastante em mim... eles me
161.		colocavam em função chave de comando. e assim, eu não
162.		sei::, essa pergunta eu não sei te responder >porque
163.		na minha cabeça não passava a ideia deles saberem
164.		disso<.

Um ponto interessante da narrativa de Maurício também aparece em um dos relatos do cabo Diogo: a importância de ser um bom militar para compensar o fato de ser gay. Ambos os entrevistados colocam em relevo uma crença de que o gay, inferior aos demais colegas, precisa sobressair em suas atividades profissionais. Seria algo como “ele é gay, mas trabalha bem”. Trata-se na verdade de uma cultura que aponta o homossexual como um ser moralmente inferior. Assim, enunciados que estigmatizam o indivíduo gay têm influência direta nas vozes dos próprios militares entrevistados.

6.2.3**A AMAN como fuga de uma sociedade homofóbica**

A história contada a seguir pelo tenente coronel Freitas é bastante interessante por mostrar como o período em que passou na AMAN – instituição tradicionalmente percebida como heteronormativa – contribuiu para sua aceitação pessoal. O militar vinha de um contexto familiar e religioso que recriminava qualquer manifestação de homossexualidade. O afastamento do convívio familiar e, conseqüentemente, do discurso de discriminação a que era constantemente exposto, facilitou sua aceitação pessoal. No entanto, o militar revela, assim como seus companheiros de farda, que o discurso ideológico presente nas escolas de

formação militares preconiza o banimento de gays da instituição. Assim, o discurso de Freitas reitera as afirmações de Lúcio, Lima, Augusto e Maurício sobre a necessidade de se manter no armário para não ser recriminado e rejeitado por pares e superiores.

Excerto 12: tábua de salvação

1.	Flávia	e o que o senhor acha que fez, na aman, o senhor se
2.		aceitar... ↑exatamente dentro dum, dum universo que a
3.		gente... que considera teoricamente, né? ↑homofóbico,
4.		o que, que... como é que foi isso?
5.	Freitas	é, na verdade, assim, aquilo que é... eu costumo dizer,
6.		a gente não tem <u>opção</u> , a gente tem <u>orientação</u> . então
7.		eu sempre tinha comigo que ... eu era homossexual e
8.		... quando eu entrei na aman, eu entrei é... é...
9.		consciente disso também, mas eu estava em conflito, eu
10.		não me aceitava porque, por causa da minha educação,
11.		por causa da sociedade, por causa da igreja:: que dizia
12.		que aquilo era errado, entendeu? e eu não conseguia.
13.		>isso batia, é batia de frente, de encontro com o que
14.		eu era<. <u>pô</u> , eu não era, era... eu era <u>naturalmente</u>
15.		gay, e as pessoas diziam que ser gay é errado que ser
16.		gay é pecado, ou, ou, não serve, porque o gay é
17.		<u>promíscuo</u> , porque o gay é isso, por que o gay... enfim,
18.		e aquilo me agonizava. então esse, essa ida pra ↑aman,
19.		né? pelo fato de ficar lá a semana inteira e se dedicar
20.		aos estudos, aquilo pra mim... foi uma, foi uma <u>terapia</u>
21.		na verdade, assim... foi uma:: uma::, na ralação, né?
22.		eu fiz ali como se fosse uma tábua da salvação, que eu
23.		consegui é, como que eu posso dizer?... reposicionar
24.		meus valores.
25.	Flávia	certo.
26.		e ali eu comecei a enxergar que não ia adiantar, que
27.		>não era a igreja, não era religião, não era família
28.		dizer, não era a sociedade me dizer, me apontando que
29.		isso está errado<. o que eu tava tentando, eu consegui
30.		com esse afastamento, era, era... o seguinte. "eu não
31.		estou errado, né?" eu estava sendo, seguindo a minha
32.		<u>própria</u> natureza. então esse afastamento fez com que,
33.		aos poucos, é... , é... mesmo no meio que eu sabia,
34.		né? <u>rigoroso e homofóbico</u> , sempre foi, mas isso aí me
35.		fez auto aceitar. agora, eu vi lá casos, principalmente
36.		no primeiro e no segundo ano que me faziam, de vez em
37.		quando, dar uma estremecida. porque eu vi cadetes sendo
38.	Freitas	↑excluídos, ↑sendo obrigados a pedir desligamento.
39.	Flávia	por serem homossexuais... assim, foram pegos na escada,
40.		ah... teve alguns incidentes que me lembro muito bem,
41.		assim, eu já tinha praticamente, assim, me aceitado
42.		e:: eu fiquei muito chateado com a situação e realmente
43.		eu me conscientizei de que a força era <u>realmente</u>
44.		homofóbica e não aceitava de jeito nenhum, né? era um
45.		setor muito conservador.

O discurso de Freitas apresenta vozes que pregam o preconceito não apenas no contexto militar, mas também no familiar, religioso e social de maneira geral. Vozes que afirmam que ser gay é errado e é pecado estão diretamente atreladas não só à voz de Freitas, mas aos discursos que ecoam nos aquartelamentos, pregando a discriminação contra todos que não se encaixam nos padrões heteronormativos.

Ao avaliar a instituição como homofóbica e conservadora, Freitas entrelaça seu discurso às ideologias do senso comum. As instituições militares, de forma geral, são vistas como rigorosas, tradicionais e homofóbicas. Mais uma vez ressalto que o preconceito não emerge de normas, mas de valores morais internalizados na cultura da instituição.

6.3

Tempos de transformação ideológica na caserna

Embora o processo analítico das entrevistas e a minha experiência profissional apontem para a força do preconceito contra militares gays, todos os militares participantes da pesquisa acreditam em uma mudança lenta e gradual na mentalidade vigente na caserna. Como ponto comum, os entrevistados afirmam que aos poucos - talvez por força da lei, como afirmou o coronel Juarez - a tolerância à presença de pessoas gays no Exército tem aumentado. Hoje, já temos comandantes gays – embora não tenham oficialmente saído do armário – que não precisaram apresentar esposas para que seus esforços e atributos profissionais fossem valorizados pela instituição.

Ainda caminhamos a passos lentos, como afiança o capitão Lima, mas aos poucos, temos avançado na luta contra a homofobia em nossos quartéis. No excerto abaixo (entre os minutos 54'25" e 56'16"), o militar alega que conforme a sociedade vai mudando a forma como encara a existência de gays, os militares vão, aos poucos, mudando seus discursos em relação aos indivíduos de orientação homossexual.

Excerto 13: “já tá vindo com outra cabeça”

1.	Lima	esse medo de falar é muito por conta disso. a que... as
2.		pessoas as vezes ficam almejando uma carreira que está
3.		por vir, né? a gente não sabe o dia de amanhã. o
4.		homossexual nunca vai ser comandante. eu conheço dois
5.		homossexuais que são comandantes de unidade hoje.
6.	Flávia	u-hum
7.	Lima	dois que eu conheço, né?
8.	Flávia	mas teoricamente, eles acham que não seriam?
9.	Lima	ah, as pessoas que veem de fora acham que não são, né?
10.	Flávia	é. o próprio militar, acho, <que tem medo de não chegar
11.		até lá por isso>.
12.	Lima	é. então, esse negócio de você <u>abrir</u> a sua vida, é
13.		complicado por conta disso. porque as vezes a pessoa tá
14.		ali caminhando, seguindo uma linha na carreira que de
15.		repente, ela expor desse lado da vida... vai tudo por
16.		água abaixo
17.	Flávia	você acha que acha que as pessoas ainda são prejudicadas
18.		por isso?
19.	Lima	eu acho que sim. por exemplo, ah vai colocar um <u>gay</u> pra
20.		comandar uma om? sabe que o cara é gay, vai colocar ele
21.		pra comandar uma unidade militar?
22.	Flávia	você acha que não?
23.	Lima	eu acho que não, acho que não
24.	Flávia	se for <u>exposto</u> , num...
25.	Lima	acho que não. se for uma pessoa abertamente gay, acho que
26.		não vai
27.	Flávia	ainda, ainda tem esse preconceito velado?
28.	Lima	sim, com certeza tem e tem bastante... e assim, essa
29.		aceitação hoje que existe, ela é MÍNIMA.
30.	Flávia	u-hum
31.	Lima	então, por exemplo, você, sua família, é alguns outros
32.		amigos, é... é mínimo isso hoje. né? a nova, esses
33.		oficiais que estão sendo formados mais, mais
34.		recentemente, isso já muda bastante, né? que da, a...
35.		da minha turma pra frente, as anteriores, que se formaram
36.		antes da minha, >já é muito mais forte esse tipo de
37.		preconceito<... o pessoal mais antigo na verdade. o
38.		pessoal que é mais moderno já não tem.
39.	Flávia	já tá vindo com outra cabeça
40.	Lima	já tá vindo com outra cabeça
41.	Flávia	é reflexo da própria sociedade
42.	Lima	também.

A voz de Lima revela crenças sobre a incapacidade do gay em comandar, como afirmou o general durante sua sabatina. Esta mesma ideologia foi preponderante na decisão do coronel Juarez em não fazer ECEME. No entanto, através de uma mudança, como se disse, bastante gradual e lenta, hoje já temos comandantes gays (não assumidos) valorizados por méritos profissionais e não por sua sexualidade. A figura da esposa já não é mais tão preponderante para a escolha de líderes militares, como era até há pouco tempo.

E é também através da voz de Lima que os discursos de outros entrevistados transparecerem. São discursos que refletem a crença de que a sociedade militar avança conforme as pessoas entendem que a sexualidade não diminui o valor de um ser humano. As mudanças são vagarosas por estarem diretamente ligadas aos discursos do senso comum – que também caminha lentamente –, mas já estão acontecendo. Assim, embora ainda haja pessoas que questionem “Como o Exército deixou um gay chegar a coronel?”, a Força tem se adaptado às leis contra discriminação, tentando promover, assim, uma comunidade mais justa e igualitária. O grande problema da homofobia no Exército hoje não é um discurso institucional em si, tampouco seus regulamentos, mas os valores que seus integrantes carregam e que em nada tem a ver com as normas do próprio Exército. O Exército ampara os militares com leis que os permitam ser tratados como iguais. No entanto, a ideologia heteronormativa ainda está enraizada na cultura de muitos de seus integrantes.

O sargento Pires, militar com mais de 15 anos de serviço, também já consegue perceber uma mudança de atitude na Força, mas atribui o fato à existência de leis que protegem os homossexuais de práticas homofóbicas, conforme relatado entre os minutos 39’34” e 41’32” de sua entrevista a capitão Ariane. Ideias semelhantes às de Pires também foram observadas nos discursos do capitão Lima, do tenente coronel Augusto e do coronel Juarez.

Excerto 14: “por força de lei”

1.	Ariane	e me diz uma coisa. hoje, como é que tá a, a... assim,
2.		a coisa da homofobia no meio militar>
3.	Pires	(3 segundos) muito mais velada, mais pro lado das
4.		peessoas que têm preconceito... assim, das pessoas... na
5.		verdade, agora, assim, °o jogo, eu acho°... até uma
6.		coisa muito perigosa. o jogo tá se virando. parece que
7.		as pessoas que são contra ou se incomodam estão mais
8.		reféns, elas estão com... com medo de fazer qualquer
9.		comentário, né? <condição social, raça, cor de pele,
10.		religião, né? comportamento sexual das pessoas. se é
11.		hétero ou ou ou se é homo>. elas estão com medo de tomar
12.		qualquer atitude ostensiva ou que °rejeite° , com medo
13.		de sofrer, ter depois alguma sanção ou algum processo,
14.		algum, alguma coisa desse tipo. não que as pessoas vão
15.		mudar de opinião, mas eu acho que elas estão assim
16.		mais... é †tolerantes... aceitando, ‡incluindo né? pelo
17.		bem do relacionamento geral. mas que não pensar - deixar
18.		de falar, elas não deixam não. aqueles comentariozinhos
19.		= melhorou muito, melhorou, né? na verdade, o que que
20.		aconteceu? por força de lei. †então. o que seria assim
21.		... talvez a resposta fosse outra. se as pessoas
22.		aceitassem, porque, nossa, isso é uma coisa que não
23.		afeta o, o profissional, o pessoal... né? de uma pessoa.
24.		mas por força de lei, eles tiveram que aceitar.

O sargento Pires fala dos valores e comportamentos de outros militares a partir de sua própria observação e interação no meio. Com base em suas próprias percepções, o sargento aponta ainda um percurso de mudanças ideológicas e comportamentais. Para o sargento, tais mudanças se dão por conta da lei, e não por uma transformação ideológica e cultural.

O mesmo ponto de vista sobre uma alteração comportamental por conta de leis que amparam a dignidade dos indivíduos, também surge no excerto transcrito entre os minutos 65’36” e 66’13” da entrevista do capitão Lima. O capitão acredita que as mudanças não ocorram na esfera íntima dos valores morais, mas no âmbito jurídico. Por medo de sanções legais, indivíduos deixam de manifestar suas crenças homofóbicas de forma ostensiva.

Excerto 15: “medo de processo”

1.	Lima	hoje, por conta da... todo mundo tem medo de <u>processo</u> .
2.		então as pessoas não falam mais na sua cara essas
3.		coisas.
4.	Flávia	u-hum
5.	Lima	pensar, cada um pode pensar o que quiser, mas agora,
6.		falar já ... né? por conta disso. se alguém hoje me...
7.		fala, me falar alguma coisa que eu <u>realmente</u> me sentir
8.		ofendido, >então a pessoas vai ter que aguentar as
9.		consequências<. ↑então, ninguém quer um processo nas
10.		costas, né? de maneira alguma - quer esquentar a cabeça
11.		com isso? então, isso ajuda bastante as pessoas a não
12.		se expressarem o que elas sentem com relação ao
13.		preconceito de cada um.

Com base nos relatos dos entrevistados e nas minhas experiências na caserna, concluo, que o Exército, em suas diretrizes e normas, é justo. Nossos amparos legais permitem que um “gay chegue a coronel”. No entanto, a instituição é feita das pessoas que lá estão e de suas crenças e valores. A discriminação é gerada pela heteronormatividade entranhada nos valores da sociedade e da cultura. Ao longo dos últimos anos, envolvida com as questões de gênero e sexualidades na caserna, ratifiquei a importância de trazer o assunto à tona. Colocá-lo ‘embaixo do tapete’, não tratar a questão, não elimina os homossexuais do meio militar, apenas termina por institucionalizar uma cultura de preconceito e estigma. É preciso falar abertamente e entender que a sexualidade não torna ninguém melhor ou pior.

6.4**Considerações finais do capítulo**

Busquei ao longo deste capítulo, de forma embrionária e deixando espaço para pesquisas futuras, mostrar que certas questões são recorrentes no discurso sobre perseguição homofóbica no Exército Brasileiro. Com o objetivo de complementar a pesquisa usando informações de cunho etnográfico, procurei descrever práticas discursivas rotineiras da caserna que revelam como a homofobia se articula na instituição. Assim, as formações ideológicas que provêm da sociedade e que são reforçadas no ambiente militar fazem com que este seja apresentado como hostil para indivíduos homossexuais. Consequentemente, torna-se claro que

estamos, portanto, diante de um fenômeno pouco explorado no seu funcionamento e bastante complexo, exatamente porque não se localiza num âmbito só, nem

indivíduo e nem sociedade. Ele se articula em torno de emoções, condutas, normas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre os outros (PRADO, 2010, p.11).

Os dados da pesquisa também apontam para uma percepção de mudança lenta nos discursos e posturas no ambiente militar, de acordo com os entrevistados. Entendo assim, que seja necessário discutir, problematizar e colocar em pauta os discursos e crenças que marcam o preconceito sexual. As leis em vigor proíbem qualquer tipo de discriminação, mas ainda é preciso trabalhar para mudar a visão e a aceitação das pessoas de uma maneira geral para que tenhamos uma sociedade livre de ódio e preconceito.

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Falar ou escrever é ativar sentidos e representações já sedimentados que sejam relevantes num determinado modelo de realidade e para um fim específico; é, antes de tudo, agir, atuar socialmente; é, nas mais diferentes oportunidades, realizar atos convencionalmente definidos, tipificados pelos grupos sociais, atos normalizados, estabilizados em gêneros, com feição própria e definida. É uma forma a mais de, tipicamente, externar intenções, de praticar ações, de intervir socialmente, de ‘fazer’, afinal.”

Irândé Costa Antunes

Neste capítulo, retomarei o tema e os objetivos propostos pela pesquisa, procurando responder às perguntas norteadoras do estudo já citadas anteriormente.

As perguntas que guiaram a edificação deste trabalho foram: (i) Que narrativas de opressão estão presentes na fala de militares gays, e como elas se organizam? (ii) Como esses militares discursivizam seus sentimentos em relação a sair do armário no Exército atualmente?; (iii) Que estigmas são tornados relevantes e como eles são negociados na entrevista de pesquisa, tomada como encontro misto? e (iv) Quais são os discursos homofóbicos do senso comum que embasam as práticas discursivas da caserna?

A investigação foi feita a partir de entrevistas de pesquisa com 9 oficiais e praças da ativa e da reserva do Exército Brasileiro. Todas as entrevistas se deram em encontros realizados individualmente com uma das duas entrevistadoras – eu e a capitã Ariane -, propiciando uma ocasião em que esses militares pudessem narrar suas experiências de opressão e perseguição homofóbica no contexto da caserna. Com base na teoria e análise dos dados, destaco nesta reflexão final: (a) uma retomada da estrutura do trabalho e seus construtos teóricos e analíticos com foco em narrativas e estigma social, em uma perspectiva sociointeracional; (b) uma sistematização dos resultados das análises; e (c) as contribuições da pesquisa e seus futuros desdobramentos.

7.1

Os construtos teóricos e analíticos

Ao longo desta dissertação, procurei sublinhar a teoria que trata do estigma social que recai contra militares gays, olhando para as narrativas coconstruídas em entrevistas de pesquisa. Para tanto, o trabalho foi dividido em sete capítulos que serão resumidos a seguir.

A introdução ao campo dos estudos sobre gêneros e sexualidades foi feita no primeiro capítulo, situando a pesquisa no âmbito da linguística aplicada (LA). Procurei mostrar porque a LA é a ciência aplicada mais apropriada para os propósitos desta pesquisa. Para os teóricos da LA (MOITA LOPES, 2006; RAJAGOPALAN, 2007; FABRÍCIO, 2006; NELSON, 2006, entre outros), a linguagem tem implicação direta com o mundo que construímos e que, ao mesmo tempo, nos constrói. O discurso ainda traz marcas das identidades que construímos a respeito de nós mesmos e dos outros. Assim, acredito que construtos teóricos da LA possam contribuir para um trabalho que foque em problemas sociais observados através das narrativas de histórias de vida dos próprios participantes, contribuindo para a redescritção de grupos sociais.

O capítulo 2 desta dissertação situou a pesquisa no campo dos estudos sobre gênero, sexualidade e processos de estigmatização no contexto militar. Busquei construir as noções de heteronormatividade e homofobia através de um estudo histórico sobre ambos os conceitos (BORRILLO, 2010). Em seguida, situando mais especificamente o contexto do Exército Brasileiro (ROCHA, 2011), apresentei o conceito de estigma social em relação a militares gays, tendo como base a teoria goffmaniana (1988).

O capítulo 3 apresentou a metodologia de pesquisa qualitativa e interpretativista adotada aqui. Abracei o entendimento do pesquisador como *bricoleur* (DENZIN e LINCOLN, 2006), utilizando gravações, notas de campo, observações de cunho etnográfico, conversas informais com os militares entrevistados e não entrevistados, mensagens eletrônicas, enfim, tudo que pudesse

direcionar e recortar meu olhar investigativo para as questões sobre homossexualidade e homofobia nos quartéis do Exército Brasileiro.

Posteriormente, detalhei no capítulo 4 o arcabouço teórico das duas primeiras lâminas de análise propostas por Biar (2012). Os construtos teóricos e analíticos situaram-se no campo dos estudos da narrativa (LABOV e WALETZKY, 1967; LABOV, 1972, 2013; BASTOS, 2004, 2008; BASTOS e BIAR, 2015), envolvendo a construção de *accounts* para justificar os eventos narrados (SCOTT e LYMAN, 1968; DE FINA, 2009, entre outros), e a utilização do discurso relatado como técnica de se gerar credibilidade e envolvimento às histórias contadas na sociointeração (TANNEN, 2007; CLIFT e HOLT, 2007). O capítulo traz também contribuições teóricas a respeito dos processos de estigmatização, apresentação do *self* e proteção da face nos contextos interacionais das entrevistas (GOFFMAN, 1959, 1980, 1988, entre outros).

A análise dos dados se deu no capítulo 5 com o estudo de quatro narrativas selecionadas. Durante o processo analítico, foram observadas as estruturas narrativas a partir do modelo canônico laboviano. Ao mesmo tempo, as histórias socioconstruídas durante as entrevistas foram analisadas à luz dos conceitos de Linde (1993) sobre histórias de vida. Destaco que, ao longo do estudo, foram utilizadas tanto histórias como narrativas, nem sempre fazendo clara distinção entre elas. A produção de *accounts* narrativos pelos entrevistados, com o objetivo de fornecer explicações a respeito dos assuntos em pauta também foi observada. Em alguns momentos a narrativa inteira era usada para justificar um evento, enquanto em outros, apenas partes da narrativa tinham a função de *account*. Ainda no que concerne a construção de *accounts*, observei que estes estiveram a serviço não de justificar a homossexualidade, mas de construir-se como bom militar, afastando as possíveis avaliações negativas sobre seu desempenho profissional. Por fim, orientada por uma preocupação sociológica, observei as atribuições de responsabilidade pelos processos de discriminação apontadas pelos entrevistados, e como o discurso relatado esteve também a serviço desse efeito discursivo. Em todas as narrativas analisadas, foi possível observar como a que eu e os entrevistados nos engajamos em um esforço contínuo de salvaguardar a instituição

a que pertencemos da imputação de responsabilidade pelos episódios de discriminação. Também foram objetos de análise os processos de estigmatização e apresentação do *self* e procurei observar como os interactantes, naquele contexto de entrevista de pesquisa, se engajam no trabalho de proteção de face durante o encontro misto.

Por fim, no capítulo 6, busquei complementar a pesquisa com dados de cunho etnográfico. Procurei trazer à tona relatos dos participantes da pesquisa que reforçam os modos como ocorrem as práticas homofóbicas no Exército Brasileiro. Os relatos englobam sanções como a exclusão da Força e a discriminação nas escolas de formação. Por fim, ainda em estágio embrionário, procurei observar as mudanças ideológicas e comportamentais no que tange à discriminação homofóbica na caserna a partir dos relatos dos entrevistados. Concluí que as mudanças em relação ao preconceito sexual dentro da Força ainda são lentas; orientadas por leis e não por transformações de valores sociais e culturais.

7.2

Resultado das análises

Os dados gerados para esta pesquisa foram selecionados e analisados no capítulo 5 desta dissertação. Foram escolhidas narrativas do tenente coronel Freitas, capitão Lima, capitão Maurício e coronel Juarez. Todas os excertos tinham em comum episódios de discriminação homofóbica. Ou seja, todas as histórias apresentam relatos de perseguição pela sexualidade. No entanto, é interessante observar que as punições, segundo a fala dos entrevistados, se dão sempre de forma velada, sem que seus motivos sejam explicitamente revelados ou formalmente registrados. Percebe-se, então, que o assédio é praticado sem que haja qualquer tipo de embasamento legal ou determinação institucional que preveja a discriminação contra homossexuais no Exército Brasileiro. Fica claro, portanto, que o preconceito acontece na esfera individual e coletiva devido a valores heteronormativos socioculturalmente construídos.

Quanto à atribuição de responsabilidades sobre as sanções aplicadas contra militares gays, é interessante notar que Freitas, Lima e Maurício tiram o foco da

culpa dos ombros da instituição. A responsabilidade se dá através da individualização ou indeterminação do agente da discriminação. O Exército não é apontado como o responsável direto. Por outro lado, a narrativa do coronel Juarez traz um relato que institucionaliza o agente da discriminação. Apenas uma vez o Exército, como uma organização que porta uma ideologia institucional, é apontado diretamente como homofóbico.

Como se disse, os participantes reconstroem suas histórias de vida através de narrativas, lançando mão de recursos como a construção de *accounts*, e discursos relatados. Tais recursos permitem aos narradores justificar eventos que poderiam ameaçar suas faces, bem como dar veracidade a suas histórias. A esse respeito, é interessante notar que os processos de estigmatização da identidade gay se dão na dimensão das histórias narradas, mas não durante a interação entre entrevistadora e entrevistado. Pelo contrário, a mesma característica que parece ser o motivo do estigma na história, serve como atributo para sustentar a face positiva dos entrevistados durante as interações com a entrevistadora. Assim, concordando com Goffman (1988), este trabalho reafirma que o estigma não é uma característica em si mesma desonrosa, mas um atributo interacionalmente coconstruído com base em julgamentos morais atualizados a cada interação.

Os discursos do senso comum que circulam na caserna foram apresentados, de forma complementar, no capítulo 6, através de histórias prototípicas contadas por Freitas, Guimarães, Lima, Diogo, Pires e Maurício. Tais histórias carregam marcas de discriminação e revelam como formas recorrentes de preconceito se articulam na instituição. Foi possível observar que em uma sociedade calcada nos pilares da hierarquia e disciplina, em que a heteronormatividade é enaltecida e encorajada, o ambiente torna-se hostil para os homens homossexuais. A saída do armário é motivo de medo e perseguição moral, sendo largamente desencorajada. Alguns relatos revelam histórias de exclusão de militares temporários gays, com base apenas no julgamento moral de seus superiores, desconsiderando a capacidade laborativa daqueles. Essa, aliás, foi uma reivindicação recorrente nas histórias contadas. Os militares se ressentem pelo apagamento de seus valores e identidades profissionais em um contexto que insiste em privilegiar uma normatização da vida privada. As escolas de formação de oficiais combatentes também são vistas como

um ambiente hostil e homofóbico pelos militares gays. E por fim, também como já se disse, ficou claro, pelas falas do capitão Lima e do sargento Pires, que já houve avanços em relação ao passado da instituição, e que caminhamos para uma mudança de postura, mas ainda a passos lentos e motivados apenas força da lei.

Sair do armário ainda é uma atitude de coragem que envolve medo, repressão, humilhação e até mesmo punições. Boa parte dos militares entrevistados aqui fogem do estereótipo do gay afeminado. Por este motivo, por não ter sua identidade gay “visível”, muitos foram ocasionalmente vítimas de opressão, tendo desempenhado muito mais o papel de testemunha do que de vítima de preconceito. Ainda, devido aos discursos homofóbicos do senso comum que circulam na sociedade militar, os gays, de um modo geral, revelaram preferir trancar seus armários e esconder suas sexualidades.

Em relação aos discursos homofóbicos do senso comum, foi possível perceber que muitos militares transportam suas ideologias, valores e crenças para o ambiente institucional da caserna. Sendo este um contexto onde a heteronormatividade é historicamente exaltada, o discurso homofóbico acaba por prevalecer. Por estes motivos, acredito que seja importante ponderar e amadurecer sobre problema abertamente, visando uma maior compreensão e tolerância em relação aos militares gays.

7.3

Contribuições da pesquisa e seus desdobramentos futuros

Os dados desta pesquisa podem ser analisados sob o foco de diferentes teorias e categorias de análise. Para esta pesquisa, foram observadas as estruturas narrativas, os *accounts*, o discurso relatado, o processo de estigmatização social, os trabalhos de preservação da face e as interações em encontros interacionais mistos. Busquei, ainda, ao longo do trabalho, apontar também para a questão sociológica da heteronormatividade e homofobia no contexto militar. Desta forma, a pesquisa contribui tanto para investigações na área de linguística como para outras ciências humanas, tais como a psicologia, sociologia e antropologia, por sua abordagem multidisciplinar.

O trabalho abre espaço para estudos mais aprofundados sobre identidade, permitindo uma maior reflexão tanto sobre o contexto micro, de negociação identitária, quanto macro, de circulação de estereótipos. Tais estudos propiciam um entendimento detalhado sobre o fenômeno da homofobia na caserna através da observação de como os militares gays constroem discursivamente a eles mesmos e aos outros. Além disso, estudos aprofundados sobre os discursos do senso comum que fundam as vozes dos militares gays podem ter como base os dados aqui apresentados. Assim, fica aberto o espaço para pesquisas futuras que tenham como foco o contexto macro sublinhado na terceira lâmina de análise proposta por Biar (2012) – que não foi objeto de estudo nesta pesquisa. Portanto, análises bakthinianas de dialogismo e polifonia podem ser feitas partir das narrativas de opressão mostradas nesta dissertação. Possivelmente, um estudo comparativo entre discursos de militares não desviantes e desviantes poderia apontar mais claramente como estes dois fenômenos – dialogismo e polifonia - aparecem nas vozes da caserna. Ainda, pesquisas sobre prosódia e elementos paralinguísticos também podem se valer das gravações dos dados para uma maior compreensão dos processos linguísticos que dão dramaticidade às performances narrativas.

Acredito que o estudo trouxe uma relevante contribuição sobre a estigmatização de gays no contexto militar. Embora afirmações políticas sobre a inexistência de preconceito ecoe na Força, os dados apontam para uma direção contrária, onde observa-se um ambiente de preconceito e estigma social por conta dos valores sociais e morais historicamente preconizados no Exército Brasileiro. Ao mesmo tempo, esta pesquisa poderá ser usada como suporte para dar continuidade sobre estudos de narrativas e discursos heteronormativos. Para que uma mudança e um olhar mais atento sejam ativados, é interessante prosseguir com investigações que busquem compreender o fenômeno da homofobia e suas influências devastadoras em nossa sociedade.

EPÍLOGO

A presente dissertação foi defendida no dia 14 de setembro de 2015 nas instalações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ainda na mesma data, algumas horas após a defesa, em diversos grupos formado por militares em aplicativos como *whatsapp*, teve início uma série de ataques tanto a mim quanto a meu marido. Conforme já dito neste trabalho (cf. cap. 3), meu marido é um Tenente Coronel do Exército, atualmente comandante de um batalhão na cidade de Manaus. Os ataques verbais se deram por conta de uma revolta quanto ao tema desta pesquisa. Muitos companheiros de farda ficaram extremamente descontentes e irritados ao saber que uma militar havia “ousado” falar abertamente sobre homofobia no contexto da caserna no meio acadêmico. Vale lembrar que nenhum deles havia lido o trabalho ou presenciado a defesa da dissertação. Todas as ofensas direcionadas a mim e a meu marido tiveram como base preconceitos e discriminação.

Os discursos que emergiram após a defesa desta dissertação constituem um importante material para análise da homofobia no contexto militar. Além disso, com base nas interações ocorridas em grupos de redes sociais, pude refletir diversas questões observadas por mim ao longo da pesquisa e relatadas por meus entrevistados.

No dia seguinte à defesa, recebi através de amigos militares, que faziam parte de determinados grupos em redes sociais, *printscreens* de conversas no aplicativo *whatsapp*. Tais conversas se deram em tom bastante ofensivo e agressivo - propiciado pelo fato de os interlocutores jamais imaginarem que o conteúdo da conversa pudesse chegar em minhas mãos. Entrei em contato posteriormente com diversos militares que dirigiram ofensas a mim, mas todos eles, de maneira covarde, negaram suas atitudes. Alguns disseram que se tratava de uma brincadeira ou mal-entendido. Na ocasião, procurei por alguns superiores, amparada pelos regulamentos militares que tratam como transgressão disciplinar a calúnia e a difamação, mas tudo que ouvi foi que era melhor “deixar pra lá” para não prejudicar

a carreira do meu marido. E foi o que eu fiz. Não pedi a abertura de processo administrativo para apurar a difamação a fim de evitar que meu marido sofresse retaliação velada posteriormente.

Em determinada brigada, após minha denúncia sobre o fato, houve uma reunião para orientar os militares a tomarem cuidado com o que escrevem em redes sociais (inclusive em grupos fechados). Na mesma brigada, buscou-se de investigar o nome de quem havia entregado as conversas a mim, no entanto, em nenhum momento foi aberto qualquer procedimento administrativo para que os difamadores fossem punidos. Este foi outro motivo que me levou a desistir de solicitar por escrito uma providência: proteger os amigos que me entregaram as conversas e que, por isso, estavam sofrendo forte pressão no ambiente de trabalho. Numa total inversão de valores, foi iniciada uma “caça ao x9”¹² - termo utilizado pelos próprios militares. Enfatizo aqui que o subcomandante - militar primariamente responsável por manter a disciplina no aquartelamento - de determinada Organização Militar foi um dos que mais tentou “viralizar” um discurso de ódio contra mim nas redes sociais, incitando seus subordinados a repassarem os dados distorcidos sobre minha pesquisa a outros grupos. Este militar tentou negar tudo que escreveu a meu respeito por saber que havia tomado atitudes consideradas transgressões disciplinares de acordo com regulamento que nos rege (o Código Penal Militar, nos artigos 214, 215 e 216, trata calúnia, difamação e injúria como crime militar).

Tive acesso, ao todo, a mais de 200 *printscreens* que terminaram por validar e legitimar diversos pontos abordados e relatados pelos meus entrevistados e por mim ao longo deste trabalho. Trago aqui uma breve amostra dos discursos que emergiram em contextos nos quais os participantes acreditavam que o que estava sendo dito jamais seria revelado a mim ou tornar-se-ia público. Tais discursos ratificam a importância de se falar sobre homofobia no contexto militar, uma vez que apontam para as crenças e valores presentes no senso comum de nosso cotidiano.

¹² X9 é o termo usado para denominar a pessoa que relata algo sigiloso para alguém; também conhecido de maneira popular como “dedo duro”.

Reservo a trabalhos futuros uma análise de tais discursos olhando para o contexto macro em que estão inseridos, bem como a partir de categorias analíticas próprias do campo. Assim, neste momento, apenas apresento algumas telas com parte dos ataques direcionados a mim por ter pesquisado um tema ainda tão polêmico. Por outro lado, é relevante dizer que meu marido e eu tivemos total apoio de nossos chefes diretos na ocasião. Além deles, também recebi a solidariedade de muitos colegas de trabalho que se indignaram com a violência simbólica que sofremos.

Por serem dados extremamente ricos e etnograficamente complementares para esta pesquisa, optamos por incluir parte do material recebido neste epílogo. O objetivo é apresentar a visão sobre discriminação homofóbica de alguns militares que se identificam como heterossexuais. Até então, este trabalho apresentava apenas a minha percepção e a de meus entrevistados. Além disso, confirmando as conclusões desta pesquisa, os discursos que emergiram em grupos virtuais apresentam teor relevante por mostrar como se dá o discurso de ódio contra gays em contextos teoricamente privados e pessoais.

Sigo agora apresentando alguns trechos das conversas virtuais acrescidos de alguns comentários a respeito de cada tela. Os nomes dos grupos virtuais bem como de seus integrantes foram apagados por questões de ética em pesquisa.

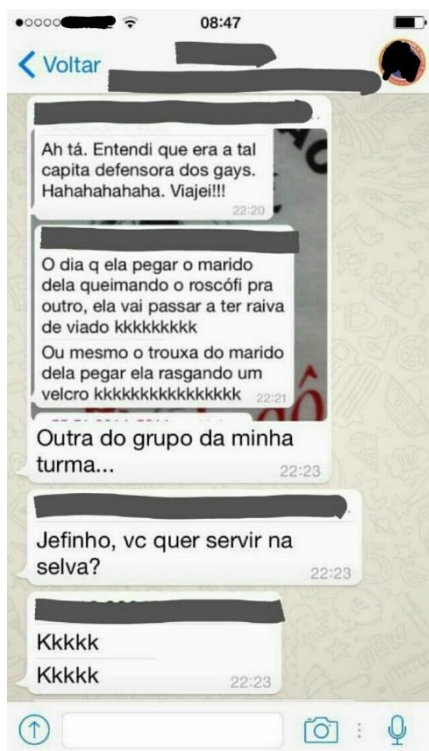


Figura 1

Na figura 1 é possível observar a forma pejorativa como um major (meu superior hierárquico) se refere a mim ao me chamar de “capita defensora dos gays”. Logo a seguir, o mesmo militar tenta justificar seu ódio dizendo que meu marido seria gay e eu, lésbica em tom ofensivo. Um segundo major repassa o comentário de seu colega para o grupo em questão também numa tentativa de “viralizar” seu discurso de ódio. A seguir, perguntam se um outro militar gostaria de servir na selva; fazendo referência ao fato de eu estar servindo atualmente na Amazônia. Tal comentário é motivo de deboche no grupo.

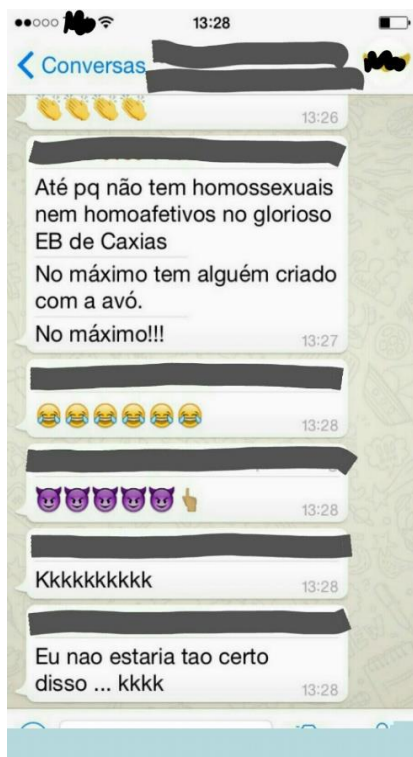


Figura 2

O discurso de um major na figura 2 aponta para uma tentativa de esconder a presença de gays nas Forças Armadas, uma vez que tal identidade, para muitos, significa uma desmoralização para a instituição. Tal crença foi o estopim para os ataques, pois foi interpretada por estes militares como uma “traidora”, alguém que estava expondo negativamente a Força para o mundo civil.



Figura 3

No meio de uma conversa em que alguns militares falavam sobre o tema abordado nesta pesquisa, um major utilizou palavrões para se referir a mim. Cheguei a conversar com este major por mensagem eletrônica e, a todo tempo, ele afirmou que se tratava de um mal-entendido e negou a autoria das ofensas.

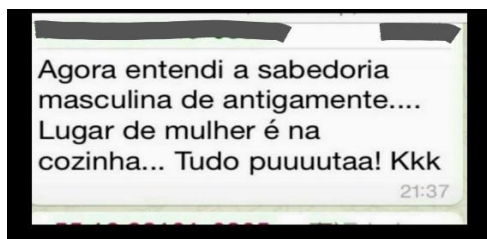


Figura 4

A figura 4 se faz relevante por mostrar o discurso heteronormativo tão presente no cotidiano do contexto estudado. A referência a mim parece justificar-se nesse discurso pelo fato de ter me debruçado sobre uma questão sociológica que a muitos interessa manter escondida e silenciada.

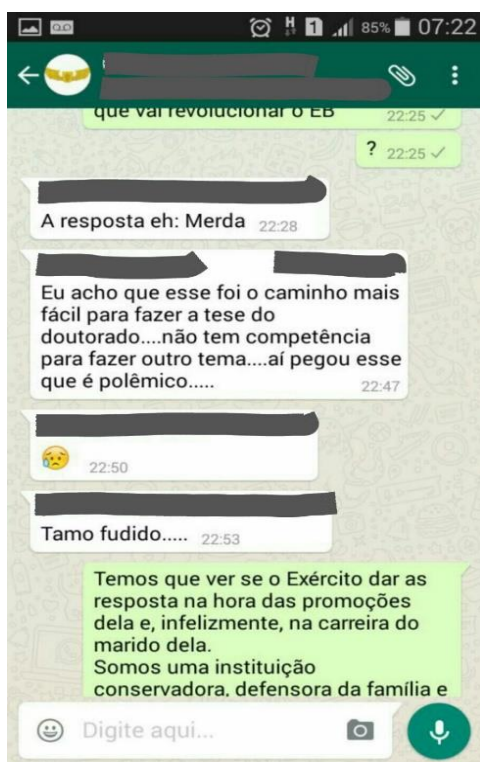


Figura 5

Em outro grupo, numa total ausência de argumentos, um major e um capitão agredem sem qualquer fundamento a minha pessoa e a minha pesquisa. A interação presente na figura 5 aponta para um desconhecimento do mundo acadêmico e das questões abordadas pela linguística aplicada.

A tela da figura 5 foi entregue a mim por amigos e posteriormente por um dos interlocutores – um militar que acredita que minha carreira ou a de meu marido

mereçam ser prejudicadas como forma de punição pelo teor da dissertação. Após conversas com o referido capitão – antigo colega de trabalho –, houve um pedido de desculpas e a entrega de todos os *printscreens* da conversa como forma de se redimir.

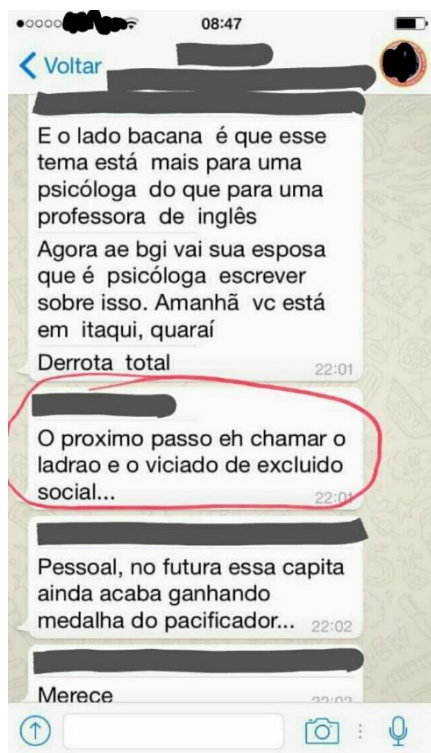


Figura 6

Na figura 6, novamente fica claro o desconhecimento acadêmico sobre a relevância do assunto tratado. Um dos pontos que mais salta aos olhos aqui é a fala de um major que compara o homossexual a um “ladrão” ou a um “viciado”. É interessante notar que meus entrevistados relatam terem presenciado discursos semelhantes no dia-a-dia da caserna. Durante todas as entrevistas, os participantes afirmaram que os gays são equiparados a bandidos, viciados em drogas e pessoas de caráter duvidoso.

Um capitão inicia a conversa (figura 6) insinuando que meu marido e eu só não sofremos consequências piores pelo fato dele ser um comandante de unidade, pois se não estivesse em posição de destaque, seríamos transferidos para alguma fronteira distante como forma de retaliação.

O subcomandante da unidade – oficial que deveria cessar a conversa e manter a disciplina – em tom debochado, afirma que futuramente irei receber uma alta condecoração militar pelo trabalho realizado.

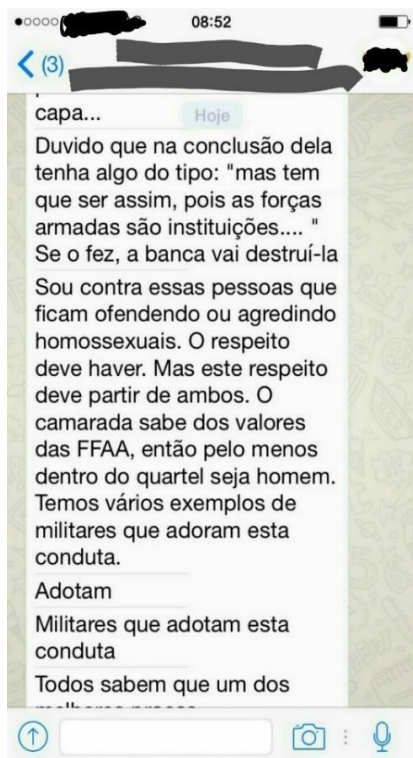


Figura 7

O discurso presente na figura 7 é extremamente relevante por mostrar claramente a crença de que o militar gay só pode ser tolerado na caserna se não se apresentar como tal. Fica evidente a ideia de que o militar tem que exibir uma performance heteronormativa.

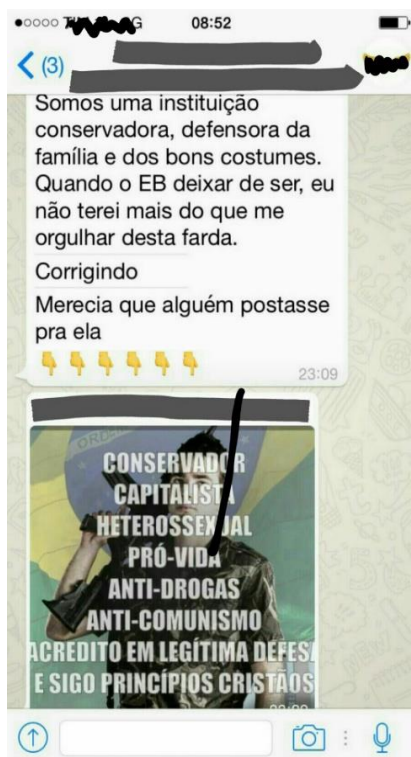


Figura 8

Enfatizando o discurso heteronormativo presente nas telas anteriores, a figura 8 traz declarações sobre os valores “aceitos” pelos militares que participavam da conversa. Vale ressaltar que de acordo com o referido militar, o orgulho de pertencer a Força está diretamente relacionado à ausência de gays na instituição. Ou seja, o militar ratifica aqui a teoria de Rocha (2011) sobre a interferência direta que um gay tem na coesão social e coesão da missão (cf. cap. 2).

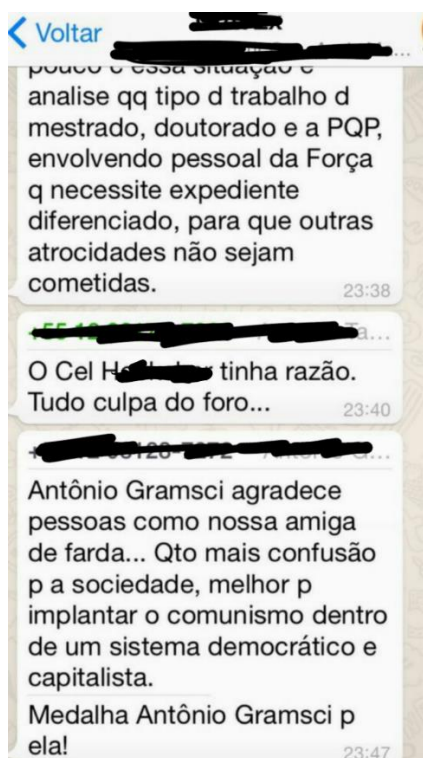


Figura 9

A figura 9 mostra as crenças do subcomandante que promovia entre seus subordinados um discurso de ódio e preconceito. Mesmo sem ter lido o trabalho, define a pesquisa como uma “atrocidade” que desestabilizaria a instituição. Além disso, associa a pesquisa e as questões de respeito e tolerância à sexualidade a correntes políticas antidemocráticas que ele denomina “comunismo”.

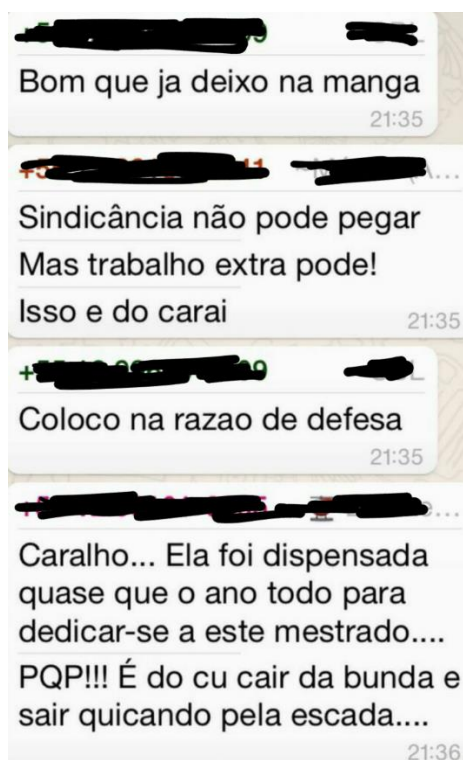


Figura 10

A conversa apresentada na figura 10 mostra a intenção do militar de me punir por ter tratado abertamente do tema em questão. Para os maiores que interagem naquele contexto, embora eu não pudesse ser punida declaradamente por produzir uma pesquisa acadêmica sobre homofobia, eu poderia receber trabalhos extras como forma de ser penalizada sem que ficasse clara verdadeira intenção de me perseguir. Por fim, outro major demonstra nitidamente sua indignação com o tema da pesquisa, desqualificando a mesma.

É interessante observar, que assim como apontado pelos entrevistados, os maiores falam sobre uma punição velada, como trabalhos extras. Ou seja, falam não da intenção de me punir com base em regulamentos, mas sim de uma vontade declarada de me castigar de maneira dissimulada. Em entrevista à capitão Ariane, o sargento Pires nomeia esse tipo de perseguição como “punição branca”. O militar revelou que diversas vezes em sua carreira recebeu uma carga extra de trabalho como forma de retaliação e punição por ser gay. A mim, o mesmo tipo de castigo é proposto pelos maiores (meus superiores hierárquicos) que interagem na conversa da figura 10.

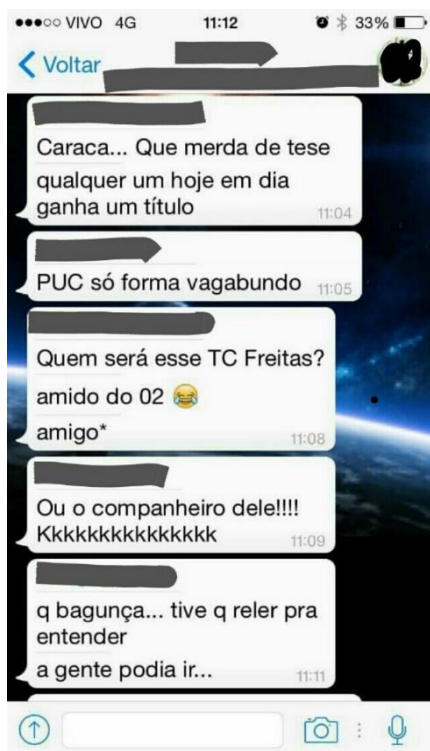


Figura 11

A última tela selecionada entre tantas, é a figura 11, que mostra uma interação em que se zomba da instituição na qual a pesquisa foi realizada e questiona a qualidade do trabalho.

Coincidentemente, na contramão do que acontecia nos grupos de redes sociais aos quais tive acesso nos dias subsequentes à defesa da dissertação, no dia 18 de setembro, – quatro dias após a aprovação do trabalho pela banca da PUC-Rio – o presidente dos Estados Unidos nomeou Eric Fanning como secretário do Exército Americano (anexo 5). Tal cargo é similar ao de Ministro da Defesa no Brasil. A nomeação virou notícia no mundo pelo fato de Fanning ser um gay assumido e ativista do movimento LGBT naquele país. O presidente Obama afirmou que confia no trabalho de Fanning e que ele é o melhor nome para estar na liderança do exército mais poderoso do mundo. É interessante apontar que, enquanto alguns militares insistem em um discurso de ódio, o exército americano, tido como exemplar para o brasileiro, busca caminhar em direção a um contexto de tolerância, igualdade de oportunidades e respeito.

Ainda no mesmo mês, fruto do discurso e das práticas de ódio contra homossexuais, virou notícia em rede nacional o caso de uma adolescente transgênera que teve suas fotos e dados pessoais expostos em redes sociais após ter comparecido ao alistamento militar obrigatório previsto na Constituição Brasileira (anexo 6). A adolescente precisou alistar-se por ser identificada em seu registro civil como cidadão do sexo masculino. Ao se apresentar para a seleção dos soldados que irão cumprir o serviço militar obrigatório, a adolescente foi fotografada por militares que lá estavam trabalhando. Seu documento de alistamento com dados pessoais (nome de registro civil, endereço e telefone) também foi fotografado e divulgado em redes sociais. A publicação das fotos objetivava denegrir e ridicularizar a adolescente por conta de sua identidade transexual. O mesmo aconteceu com outra adolescente transgênera que compareceu ao alistamento naquela mesma data. Posteriormente, em nota oficial, o Exército Brasileiro afirmou que os militares envolvidos seriam punidos por tal procedimento (anexo 7). O fato em questão aponta para a necessidade real de discutir sobre a forma – velada ou não – como o preconceito contra homossexuais se dá no contexto militar. Discussões responsáveis e éticas a respeito do tema podem evitar situações semelhantes que terminam por colocar a Força em situação vexatória perante a sociedade brasileira.

Por fim, encerro este epílogo comentando o documento expedido pelo Gabinete do Comandante do Exército no dia 13 de outubro de 2015 (anexo 8), que demonstra uma tentativa de avançar em direção ao fim do preconceito contra gays e de se adequar a uma nova sociedade. Trata-se de uma determinação para que todas as Organizações Militares reconheçam as uniões homoafetivas independentemente de regulamentos militares. Até a expedição do referido documento, recebi relatos de militares gays que estavam tendo dificuldades de incluírem seus cônjuges e parceiros como dependentes financeiros a despeito da legalização da união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. No entanto, visando cumprir a lei, há uma preocupação institucional de adaptar o Exército Brasileiro às questões de respeito ao homossexual, conforme relatado pelo sargento Pires e capitão Lima (cf. cap. 6). Resta, no entanto, abordar e discutir o assunto de forma responsável e séria para que haja não apenas uma mudança na lei, mas também no comportamento e nas práticas discursivas de todos os membros da instituição.

Encaminho para futuros estudos os dados aqui mostrados, que servirão para mapear uma nova pesquisa com foco no discurso homofóbico em um contexto social mais amplo, que vai além da interação entre entrevistadora e entrevistado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, G. Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web. **G1**, São Paulo, 29 set. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/adolescente-transgenera-tem-fotos-e-ficha-de-alistamento-postados-na-web.html>>. Acesso em: 29 set. 2015.

ARAÚJO, G. Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera. **G1**, São Paulo, 29 set. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/exercito-diz-que-vai-punir-autor-de-vazamentos-de-dados-de-transgenera.html>>. Acesso em: 29 set. 2015.

BAKHTIN, M.V. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1979]1992, p.278-326.

BAKHTIN, M.V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, [1929] 2009.

BAMBERG, M.; GEORGAKOUPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk**, v. 28, n. 3, p. 377-396, 2008.

BASTOS, L.C.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. especial, p. 97-125, fevereiro de 2015,

BASTOS, L.C.; SANTOS, W.S. Entrevista, narrativa e pesquisa. In: BASTOS, L. C; SANTOS, W. S. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa perspectivas em análise da narrativa e da interação**. 1ªed. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2013, p. 9-18.

BASTOS, L.C. Fala treinada, tecnologia e identidade de gênero em atendimentos telefônicos. **Crop**, v. 9, p. 31-53, 2003.

BASTOS, L.C. Narrativa e vida cotidiana. **Revista Scripta**, v. 7, n. 14, p. 118-127, 1º sem. 2004.

BASTOS, L.C. Diante do sofrimento do outro narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. **Calidoscópio**, v. 6, n. 2, p. 76-85, 2008.

BARNES II, J.L. Don't ask, don't tell: a costly and wasteful choice. Dissertação de mestrado. Naval postgraduate school. Monterey, California, 2004.

BECKER, H. **Outsiders estudos da sociologia do desvio**. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963]. 232p.

BECKER, H. **Falando da sociedade ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. 1ª ed. Trad. de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 310 p.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: Conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 191-200.

BIAR, L.A. **“Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”: Narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio**. Tese de doutorado. PUC-Rio, 2012.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. [Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira]- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRANDÃO, A.P.D. de L. **Facebook como palco: Goffman e a apresentação do self em redes sociais**. 2013. Disponível em <<http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Ana-Paula-Brand%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2015.

BRASIL. Regulamento Disciplinar do Exército - R-4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm>. Acesso em: 10 jun 2014.

BRASIL. Código Penal Militar – Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm>. Acesso em: 20 de set 2013.

BRUNER, J. **Acts of meaning**. 1ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1990. 177p.

BRUNO, D.C. **“Brasil acima de tudo!”: narrativa e construção de identidades: o combatente pára-quedista do Exército Brasileiro**. Tese de doutorado. PUC-Rio, 2010.

BRUNO, D.C. “Não tem formalidade nenhuma. Muito pelo contrário, é um prazer”: análise de hierarquias discursivas em uma entrevista de pesquisa qualitativa. In: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.71-99.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Routledge: Nova Iorque e Londres, 1990.

BUTLER, J. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”**. Routledge: Nova York e Londres, 1993.

BUTTNY, R. **Accounts as a reconstruction of an event’s context**. In: Communication monographs, v. 52, p. 57-77. 1985.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção identitária masculina heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo. Parábola Editorial, 2010, p. 129-149.

CLIFT, R.; HOLT, E. Introduction. In: CLIFT, R.; HOLT, E. (Orgs.). **Reporting speech in interaction**. 1ª ed. CUP, 2007, p. 1-15.

COELHO, M.C. **Estudos sobre interação: textos escolhidos**. Rio de Janeiro. Eduerj, 2013. 330p.

CONNELL, R. **Gender and power society, the person and sexual politics**. 1ª ed. Stanford: Stanford University Press, 1987. 352p.

COSTA, F.C.L.H.; BIAR, L. de A. “**Já era uma perseguição velada**”: narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista. 2015 (no prelo).

DE FINA, A. **Identity in narrative a study of immigrant discourse**. 1ª ed. Amsterdam: John Benjamins, 2003. 252p.

DE FINA, A. Narratives in interview: the case of accounts. **Narrative inquiry**, v. 19, n. 2, 2009, p. 233-58.

DEL CORONA, M.; OSTERMANN, A. N. “Eu não aguento mais!”: a produção de *accounts* narrativos nas ligações para o serviço de emergência da Brigada Militar (190) In: **Calidoscópio**, v. 11, n. 2, 2013, p. 178-191.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006, p. 15-41.

FABRÍCIO, B.F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: Redescrições em curso. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p. 45-65.

FABRÍCIO, B.F.; BASTOS, L.C. Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do “nós” perante o outro. In: PEREIRA, M.G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Orgs.). **Discursos sócio-culturais em interação**. Rio de Janeiro. Editora Garamond Ltda, 2009, p.59-66.

FLEURY, A.R.D.; TORRES, A.R.R. **Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas**. Curitiba: Juruá [2010] 2011.

GAMSON, J. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006, p. 345-362.

GARCEZ, P. Deixa eu te contar uma coisa o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (Org.) **Narrativa, identidade e clínica**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Ipub, 2001, p. 189-213.

GARCEZ, P. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L; JUNG, N. M. (Orgs.). **Fala-em-interação social introdução à Análise da Conversa Etnometodológica**. 1ªed. Campinas: Mercado das Letras, 2008, p.17-38.

General abre polêmica sobre homossexuais entre militares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2010. Internet. Disponível em <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/02/04/general-abre-polemica-sobre-homossexuais-entre-militares>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

GEORGAKOUPLOU, A. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. **Narrative Inquiry**, v. 16, n. 1, p. 122-130, 2006.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1959]. 233p.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1964] 2013, p. 13-20.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. 1ª ed. New York: Harper & Row, 1974. 559p.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B.T. e GARCEZ, P.M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1979] 2013, p. 107-148.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 160p.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1982] 2013, p. 149-182.

LABOV, W.; WALETSKY, J. Narrative Analysis oral versions of personal experience. In: HELM, June. (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. 1ª ed. Seattle: University of Washington Press.1967, p. 12-44.

LABOV, W. **Language in the inner city studies in the Black English Vernacular**. 1ª ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. 396p.

LABOV, W. **The language of life and death the transformation of experience in oral narrative**. 1ª ed. United Kingdom: Cambridge University Press, 2013. 239p.

LEITE, E.S.; NETO, J.A. O discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares. **Entretextos**, vol. 13, n. 1, p. 441-463, 2013.

LEWIS, E.S. **“Não é uma fase” construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais**. Tese de doutorado. PUC-Rio, 2012.

LINDE, C. **Life Stories the creation of coherence**. 1ª ed. New York: Oxford University Press, 1993. 242 p.

LINDE, C. Evaluation as linguistics structure and social practice. In: GUNNARSSON, B.L.; LINELL, P.; NORDERBERG, B. (Org.). **The construction of professional discourse**. 1ª ed. Londres: Longman, 1997, p. 151-172.

LOURO, G.L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 92p.

MELO, Z.M. de. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**, 2005. Disponível em <http://efpava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/282783,563,5E1/Assets/NB/pdf/nb_m07t03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MENDES, T.R.S. **Narrativas de experiências de jovens universitários com dislexia: construções de si e do outro nos contextos da escola e da família**. Dissertação de mestrado. PUC-Rio, 2013.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993. 269p.

MISHLER, E. **Research interviewing. context and narrative**. 1ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1986. 186p.

MISHLER, E. **Storylines craftartists' narratives of identity**. 1ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1999. 190p.

MISHLER, E. Narrativa e identidade a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L.P.; BASTOS, L.C. (Orgs.). **Identidades recortes multi e interdisciplinares**. 1ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L.P. **Discursos sobre gays em uma sala de aula no Rio de Janeiro: é possível queer os contextos de letramento escolar?** - VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v9n2/07.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013

MOITA LOPES, L.P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p.13-44.

MOITA LOPES, L.P. Linguística aplicada e vida contemporânea: Problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p.85-107.

MOITA LOPES, L.P. A vida social em construção: interação, situacionalidade, alteridade e ética. In: PEREIRA, M.G. D; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Orgs.). **Discursos sócio-culturais em interação**. Rio de Janeiro. Editora Garamond Ltda, 2009, p. 11-20.

NELSON, C.D. A teoria queer em linguística aplicada: enigmas sobre “sair do armário” em salas de aula globalizadas. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p.215-231.

Obama nomeia primeiro gay assumido a liderar o Exército dos EUA, **G1**. 18 set. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/obama-nomeia-primeiro-gay-assumido-liderar-o-exercito-dos-eua.html>>. Acesso em: 18 set .2015.

OLIVEIRA, L.M.; BASTOS, L.C. Aspectos da dinâmica interacional de histórias de pessoas com afasia. In: **Caledoscópio**. vol. 10, n.2p. 194-210, mai/ago 2012

OLIVEIRA, T. **Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado. PUC-Rio, 2012.

PRADO, M.A.M. Homofobia Muitos fenômenos sob o mesmo nome In: BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 7-11.

PEREIRA, M.G.D. Introdução. In: **Palavra**, Rio de Janeiro, v.8, p.7-25, 2002.

PEREIRA, M.G.D.; LIMA, R.A.; BASTOS, C.R.P. Experiências de migração: construções identitárias e ressignificação de ‘sonhos’ em narrativas de um porteiro nordestino no Rio de Janeiro. In: BASTOS, L.C.; SANTOS, W.S. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.159-198.

PERI, E.M. Queremos sair aplaudidos. **Veja** 19 jan. 2011. P. 13-17. Entrevista.

RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica . In: **Línguas e Letras. Dossiê: Refletindo Sobre Pesquisas em lingüística** vol. 8 nº 14, 1º sem. 2007p. 13-20

RAJAGOPALAN, K. Entrevista com Kanavillil Rajagopalan Ponderações sobre Linguística Aplicada, Política Linguística e Ensino-Aprendizagem. Revista de Letras **Norte@mentos** – Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Edição 08 – Estudos Linguísticos 2011/02 – Disponível em: <http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamentos>. Acesso em 20/08/2013. Entrevista.

RIBEIRO, B.T.; PEREIRA, M.G.D. A noção de contexto na análise do discurso. In: COULTHARD, C.R.C.; CABRAL, L.S.C. (Orgs.). **Desvendando discursos: conceitos básicos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 44-78.

RIESSMAN, C.K. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

ROCHA, M.E.G.T. **Iguais, mas separados. Os homossexuais e as forças armadas**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional –n.17, 2011, p. 139-165.

ROLLEMBERG, A.T.V.M. Entrevistas de pesquisa: oportunidades de coconstrução de significados. In: BASTOS, L.C.; SANTOS, W.S. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.37-46.

ROMUALDO, E.C.O. discurso relatado em depoimentos da justiça: formas e funções. In: **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v.25, no. 2, 2003, p. 233-240.

SANTOS, W.S. A Análise de narrativa e entrevista na pesquisa qualitativa. In: BASTOS, L. C. ; SANTOS, W. S. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.21-35.

SCHIFFRIN, D. Interactional sociolinguistics. In: **Approaches to discourse**. Cambridge: Blackwell, 1994.p. 97-136.

SCHIFFRIN, D. Narrative as self-portrait sociolinguistics constructions of identity. **Language in Society**, v. 25, p. 167-203, 1996.

SCOTT, M.B.; LYMAN, S.M. Accounts. **American Sociological Review**, vol. 33, p. 42-62, 1968.

STOCHERO, T. Forças Armadas têm 30 militares homossexuais reconhecidos. **G1**, São Paulo, 28 de set. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/forcas-armadas-ja-contam-com-30-militares-homossexuais-reconhecidos.html>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, E.O. **Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/86150160/VELHO-Gilberto-Observando-o-Familiar#scribd>> Acesso em: 10 mar 2015.

TANNEN, D. **Talking voices repetition, dialogue and imagery in conversational discourse**. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 233p.

TANNEN, D. **Talking voices repetition, dialogue and imagery in conversational discourse**. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 233p.

ANEXO 1

Convenções de transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
[	início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
()	fala não compreendida
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

ANEXO 2

04/02/2010 às 22h54 - Atualizada em 25/10/2011 às 00h09

General abre polêmica sobre homossexuais entre militares

Jornal do Brasil

BRASÍLIA - O ministro da Defesa, Nelson Jobim, procurou minimizar a controvérsia envolvendo a presença de homossexuais nas Forças Armadas quinta-feira. Após o general Raymundo Cerqueira Filho, indicado para uma vaga no Superior Tribunal Militar (STM), ter declarado ser contrário à possibilidade durante sabatina no Senado, o ministro disse quinta-feira que o governo brasileiro ainda está estudando a admissão de homossexuais nas Forças Armadas e não será influenciado pela posição do militar.

Esse tema está sendo debatido dentro do Ministério da Defesa e existe uma regra antiga, don't ask, don't tell (não pergunte, não diga em inglês), que é uma legislação americana onde o debate também está aberto comentou Jobim, dando dicas de qual deve ser a posição brasileira sobre o assunto. Estamos abrindo o debate no Ministério da Defesa. Evidentemente que esta manifestação feita pelo general (Cerqueira Filho) que foi inquirido no Senado para o STM não influenciará os debates internos, porque isso não diz respeito à competência do tribunal que ele agregará.

As declarações do general, contudo, não foram bem recebidas por alguns parlamentares. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao Senado para que o militar seja ouvido novamente pela Casa para esclarecer declarações a respeito do ingresso de homossexuais nas Forças Armadas. A princípio, as novas explicações devem ser concedidas por escrito.

O caso

Durante sabatina realizada na quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o general disse que os gays não têm perfil compatível com as Forças Armadas. Segundo o general, a vida militar se reveste de características que podem não se enquadrar em quem tem esse tipo de comportamento. O militar ressaltou, contudo, que não vê problemas na presença de gays nas Forças Armadas, desde que o comportamento destes mantivesse a dignidade e a honra.

Mas não vejo que é compatível com o trabalho nas Forças Armadas declarou. Segundo o general, o indivíduo homossexual teria dificuldades para comandar tropas. O indivíduo não consegue comandar o comando em combate, tem uma série

de atributos e fatalmente a tropa não vai obedecer. A tropa não obedece indivíduos desse tipo. Estou sendo sincero na minha resposta.

Cerqueira Filho disse que optou por falar a verdade na comissão, sem esconder seu real pensamento a respeito do tema. Já o almirante Álvaro Luiz Pinto, também ouvido na CCJ, adotou postura neutra sobre a presença de gays nas Forças Armadas.

Não tenho nada contra, desde que mantenham a dignidade da farda, do cargo e do trabalho. Se ele mantiver a sua dignidade, sem problema nenhum. Se for ferindo a ética, aí eu não seria a favor disse Pinto.

Apesar das polêmicas declarações, o nome de Cerqueira Filho foi aprovado por unanimidade pelos senadores que integram a CCJ, assim como de Luiz Pinto. As declarações, contudo, foram feitas depois que a comissão já tinha aprovado o nome do general para o STM.

Os nomes do general e do almirante ainda precisam ser submetidos ao plenário do Senado para que sejam aprovados para o STM. Suplicy disse que sua ideia é ouvi-los antes que a Casa possa definir sobre as indicações.

Alguns senadores, contudo, já declararam apoiar o general.

Ele não foi preconceituoso, apenas alertava sobre as dificuldades de participação dos homossexuais nas Forças Armadas. A pergunta feita ao general foi muito simplista criticou o senador Romeu Tuma (PTB-SP). (Com agências)

OAB classifica declaração como lamentável

As declarações do general Raymundo Cerqueira Filho sobre a incompatibilidade entre o homossexualismo e as atividades militares foram criticadas quinta-feira pelo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, que classificou a opinião do militar como discriminatória.

É lamentável que este tipo de discriminação ainda continue existindo nos dias de hoje nas Forças Armadas brasileiras disse Cavalcante. Na opinião do presidente da OAB, a defesa do país tem que ser feita por homens e mulheres preparados, adestrados e treinados para este fim, independente da opção sexual de cada um.

Já o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, saiu em defesa do general Cerqueira Filho.

Concordo com o general Cerqueira. Como opção pessoal, particular, ninguém tem nada a ver com isso. Mas no desempenho das atividades, não entendo como seria possível (um militar assumir a homossexualidade) disse. Há homossexuais nas

Forças Armadas, isso não é de hoje. Como opção particular, quando sai do quartel, com discrição, pode exercer a opção que bem entender. Mas que isso não fique explícito.

Piada

Segundo Figueiredo, é realmente difícil para um homossexual obter o respeito necessário dos militares, algo que seria fundamental caso o indivíduo ocupasse uma função de comando.

Entre nós ainda é tema de chacota, de piada, de brincadeira. Uma pessoa que se sujeita a essa resistência toda fica difícil de ser respeitada, de ser entendida explicou.

Na reserva há sete anos, o general, no entanto, diz que conheceu diversos casos de homossexualismo quando estava em atividade e afirmou que alguns militares chegaram a ser afastados porque assediaram sexualmente outros oficiais.

Tem que ser discutido sim, tem que ter um estudo sério. Mas a minha opinião é que no dia de hoje, dentro do contexto cultural das Forças Armadas, não dá certo. Esse tema é meio tabu.

Disponível em < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/02/04/general-abre-polemica-sobre-homossexuais-entre-militares>>. Acesso em, 12 de ago 2013.

ANEXO 3

Forças Armadas têm 30 militares homossexuais reconhecidos

Marinha altera manual e 26 garantem a cônjuge direitos como dependente. Justiça reconhece sargento gay; Exército mudará 'normas internas'.

Tahiane Stochero
Do G1, em São Paulo

Levantamento realizado pelo Ministério da Defesa a pedido do G1 aponta que as Forças Armadas registram ao menos 30 militares gays e lésbicas, que tiveram os cônjuges oficialmente reconhecidos como dependentes, garantindo acesso aos sistemas de saúde, de moradia e previdenciário. Os dados foram contabilizados até o mês de setembro deste ano.

O maior número é registrado na Marinha: são 26 militares, 23 deles apresentaram declaração de união estável e outros três, certidão de casamento. Já o Exército registra três pedidos, enquanto que a Aeronáutica diz que não é possível fazer um levantamento, pois o sistema de registro não faz essa distinção. Pelo menos um caso é confirmado: em abril, a FAB reconheceu como dependente o marido de um sargento homossexual que é controlador de voo no Recife (PE).

A tendência é que, agora, o registro de soldados homossexuais nos quartéis deva aumentar. Isso porque a Marinha já alterou as normas internas, acabando com termos como “mulher” ou “marido” e admitindo os dependentes apenas como “cônjuges”.

O Exército, que teve o 1º homossexual reconhecido após decisão judicial em agosto, começa agora um processo para adequar “todas as normas internas” que tratam de inclusão de dependentes, buscando estender aos casais homossexuais todos os direitos concedidos aos heterossexuais.

Enquanto os manuais estão em adequação, os militares que possuem uma união homoafetiva não precisarão mais recorrer à Justiça. Os pedidos, garante o Exército, serão reconhecidos administrativamente.

Segundo a Marinha, o alto número de registros ocorre devido a uma mudança feita no manual de Declaração de Dependentes e Beneficiários, chamada de DGPM-303. O texto, de 1996, sofreu revisões em outubro de 2011, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de equiparar os direitos de casais do mesmo sexo, e em 2013. A primeira alteração ocorreu após o cabo reformado João Batista Pereira da

Silva, de 41 anos, brigar durante dois anos pelo reconhecimento do companheiro, Claudio Nascimento da Silva, de 40 anos. Casados no Rio de Janeiro, eles decidiram que "a Justiça não era o caminho".

“Queríamos que a Marinha mudasse as regras e que outros militares pudessem ser beneficiados sem ter que sofrer o que sofremos. Por isso optamos por brigar internamente, fazer a Marinha mudar, em vez de buscar o meio judicial”, diz Claudio, que é ativista GLBT e superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

“O Exército está atrasado. Hoje, os princípios são de igualdade. Não estamos mais no tempo da ditadura. Somos procurados por muitos militares que querem orientação e ficam com medo de preconceito nos quartéis”, acrescenta ele.

João foi marinho de gola por mais de 20 anos e diz ter enviado e-mails à Presidência e ao Ministério da Defesa até conseguir o registro do dependente. Com a união estável registrada desde 2010, o casal procurou, pela primeira vez, a Diretoria Geral de Pessoal da Marinha em abril de 2011. Foram vários "não" ouvidos até setembro de 2011, quando a Marinha os comunicou que o cadastro era possível. Contudo, explica João, na época eles já estavam com certidão de casamento e o órgão indeferiu o pedido, alegando que a equiparação de direitos só valia para uniões estáveis – e não para casamentos. Foi só em 24 de agosto do ano passado que os dois foram registrados, enfim, como um casal militar.

“Quando solicitamos a equiparação de direitos à Marinha, um oficial nos disse que éramos loucos, que os militares nunca reconheceriam um casal gay”, relembra Claudio.

Mudanças em andamento

No Exército, as mudanças ainda estão em andamento após o Tribunal Regional Federal de Pernambuco determinar que um estudante de 21 anos seja reconhecido como companheiro de um sargento de 40. O praça largou a mulher em 2000, com quem tinha um casamento, por causa da paixão pelo estudante. O processo dele junto ao Comando Militar do Nordeste estava parado desde 2000.

Em primeira instância, um juiz federal negou preliminarmente o pedido de equiparação de direitos – alegou que a legislação em vigor para servidores públicos

militares dispõe que a assistência médica só considera como dependente “a mulher” e os filhos do soldado. Já em agosto, o TRF de Pernambuco determinou que o Exército reconheça o casal. A Advocacia Geral da União (AGU) divulgou que não irá recorrer da decisão, mas um recurso sobre o valor a ser pago de custas judiciais adiou a homologação do caso.

“A União ainda não foi notificada e depois começa a correr um prazo de 30 dias até que transite em julgado. A partir de então o Exército terá que cumprir”, diz a advogada do sargento gay, Laurecília Ferraz.

“O Exército é uma instituição legalista, cumpre a lei. A notícia de que eles estão mudando as normas é bem-vinda, vai acelerar o processo de todos os demais. Para nós, é uma vitória este reconhecimento de direitos”, comemora a defensora.

Além do sargento de Recife, outros dois casos foram contabilizados no Exército: um já está regularizado e o outro está com homologação em andamento, mas também será atendido. A Força diz ter “perene compromisso de obediência às leis vigentes”. Já a Marinha diz que agiu “proativamente” na primeira revisão da norma, no sentido de se adequar à decisão do Supremo. A Aeronáutica diz que não faz distinção e que os documentos internos já usam o termo cônjuge.

Comentarios

- **Marcos Moraes**

Até tu Exército?! O fim está próximo mesmo, lamentável!

- **Raphael Alves**

não sou homofobico, só não gosto dos gays, não faço amizade, não olho e não falo com eles.

- **Maria**

Realmente está chegando o fim do mundo, hoje o respeito esta ao fim. As nossas autoridade está compactuando com o desrespeito com a lei divina. Deus fez o Homem e a mulher para que os dois se casem, tenham filhos. Não sou preconceituosa mas não aceito esta imoralidade, porque Deus deu ao Homem o livre arbítrio para que o faça a sua própria escolha, mas a justiça dele não é falha. Esta escolha do homem de querer casar com outro Homem não é coisa de Deus, é demótica. Estas pessoas

- **Mario Rodrigues**

façamos o homem nossa imagem e semelhança essa são as palavra do nosso Deus, deus criou homem e mulher e ponto final. Leia gênesis capítulo 1 versículo 26

- **Vagner Luiz**

É para acabar de "sucatear" (sem dinheiro e sem moral) as forças armadas.

- **Ednei Antunes**

Todo mundo diz que a pessoa já nasce gay, então estuprador já nasce estuprador?? ladrão já nasce ladrão?? (olha que eu acho que muitos roubam por causa do ambiente onde vivem), eu só queria entender mesmo, abs

- **Rafael Santos**

Até onde eu sabia era proibido homossexualismo dentro do regimento militar e caso algum militar se posicionasse de tal maneira era expulso da corporação. O que aconteceu para esta flexibilidade de gênero?

Disponível em:< <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/forcas-armadas-ja-contam-com-30-militares-homossexuais-reconhecidos.html>>. Acesso em 05 de novembro de 2013

Entrevista ENZO MARTINS PERI

DUDA TEIXEIRA

Queremos sair aplaudidos

O general comandante do Exército diz que seus soldados nos morros cariocas estão bem treinados para a missão e conta que as ações são filmadas para evitar erros

Com um iPad, o general Enzo Martins Peri, 69 anos, organiza sua agenda e explora os recursos de GPS do aparelho nas caminhadas dentro e fora do Quartel-General do Exército, em Brasília. Ele assumiu o cargo máximo na corporação há quatro anos, quando encerrou sua missão de chefe do Departamento de Engenharia e Construção, que apoiou a tropa brasileira a serviço da ONU no Haiti. Sua atenção agora está centrada em sua terra natal, o Rio de Janeiro, onde soldados do Exército ajudaram na tomada das fortalezas urbanas do crime organizado e passaram a apoiar a polícia carioca na manutenção da ordem no Complexo do Alemão e da Penha. A ação acaba de entrar na fase em que a exposição dos militares aumenta muito. Eles estão autorizados a patrulhar as ruas, revistar pessoas e prender infratores em flagrante. O general falou a VEJA.

O fato de a presidente ter pertencido a organizações terroristas na juventude torna peroso à tropa prestar continência a ela? Isso não muda nada. A presidente Dilma Rousseff foi eleita pelo povo de maneira legítima. Como previsto no ordenamento jurídico do país, é ela quem exerce o comando supremo das Forças Armadas. É a Dilma que prestamos continência.

Na Argentina, no Chile e no Uruguai, militares de altas patentes estão sendo julgados por crimes cometidos durante as ditaduras. Qual é a sua opinião sobre as tentativas de reabrir essa questão no Brasil?

O Supremo Tribunal Federal, que é a instância maior, já definiu essa questão. (Em abril de 2010, por 7 votos a 2, o STF decidiu-se pela improcedência de uma ação apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil que questionava

“Essa melhora deu aos cariocas uma inédita sensação de segurança. O estado está presente nas ruas”



Entrevista ENZO MARTINS PERI

a validade da Lei de Anistia, de agosto de 1979, para os militares que cometeram crimes na repressão política.)

Em março de 1964, o senhor acabara de sair da academia e servia como segundo-tenente em uma unidade de engenharia. O Exército mudou muito desde seu tempo de jovem oficial? A instituição sempre cultivou os mesmos valores, que são, principalmente, o respeito à hierarquia, à disciplina e o amor à pátria.

Atualmente a preocupação com os direitos humanos é maior do que foi no passado? Sempre respeitamos os direitos humanos. Essa é uma característica natural do Exército.

Os exércitos são treinados para matar. Como se muda a cabeça dos soldados quando a missão é de natureza policial, como ocorre agora no Rio de Janeiro? Os soldados selecionados para aquela missão receberam lições específicas sobre como enfrentar esses desafios novos. Eles passaram por um curso semelhante ao que é dado aos voluntários antes de seguirem para o Haiti, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, o Ccopab, subordinado ao Ministério da Defesa. Lá aprenderam quais são as atitudes recomendadas nas diversas situações críticas que podem encontrar nas missões de policiamento. A maioria dos soldados conhece bem a realidade daquelas áreas, pois mora em comunidades pobres e sabe como é a vida ali. Estamos certos de que o treinamento especial os deixa plenamente capacitados para distinguir entre o que deve ser feito e o que deve ser evitado. São experientes. Todos os que participam das ações no Complexo do Alemão e da Penha têm pelo menos três anos de Exército. Não há recrutas entre eles.

Ainda assim, é alto o risco de algum deles cometer erros? Os militares sabem que devem seguir rigorosamente as regras de engajamento. São normas precisas

66 A presidente Dilma Rousseff foi eleita pelo povo de maneira legítima. É ela quem exerce o comando supremo das Forças Armadas. É a Dilma que prestamos continência

de conduta, impressas em um documento de nove páginas, que estabelecem como devem se portar em cada caso. Entre os preceitos que foram aprovados pelo ministro da Defesa e pelo governador, está o de que os soldados devem usar preferencialmente força mínima. Isso significa que um militar não pode correr o risco de ser surpreendido e atirar no susto. Ele só pode acionar a arma em momentos muito bem definidos.

Que momentos são esses? Quando o militar é ameaçado por alguém com uma faca na mão ou tem uma pistola apontada para seu corpo, ele pode atirar. Também pode disparar em alguém que tenta lançar um coquetel molotov contra sua posição, para neutralizá-lo, ou em um veículo que ostensivamente fure uma barreira.

Um dos mais graves episódios envolvendo militares no papel de polícia contra as drogas no México ocorreu quando carros furaram uma barreira. Desconheço as circunstâncias do episódio mexicano. Nós sabemos que esse tipo de coisa tende a ocorrer quando se fazem bloqueios de pista em lugares fora da área de conflito conhecida pela população. A situação no Alemão e

na Penha é bem diferente. Colocamos avisos, e todo mundo sabe que o Exército e a polícia estão naquela região, fazendo revistas e interrogando as pessoas. Quem não parar quando solicitado não poderá alegar que desconhecia a operação, que estava em pânico ou que pensou se tratar de uma falsa blitz.

Que outras medidas adicionais de segurança foram tomadas em relação às tropas federais mobilizadas no Rio de Janeiro? Todas as nossas ações são registradas em vídeo. Com os vídeos, nós poderemos identificar pessoas que incitam atitudes contra os agentes de segurança. Caso um civil reclame de uma ação militar, nós teremos um documento para tirar dúvidas e entender as decisões tomadas pela tropa. A ideia de usar vídeos não é nova para nós nesse tipo de ação. Ela é resultado de um longo aprendizado. Posso garantir que o Exército nunca esteve tão bem preparado quanto agora para empreender esse tipo de missão.

O maior perigo, pelo que se viu no México e na Colômbia em situações semelhantes, é a cooptação do militar pelos bandidos. Como afastar esse risco? Para que se evite a contaminação, um soldado nunca pode estar sozinho. A patrulha das ruas é feita sempre em grupos de pelo menos oito liderados por um comandante. Isso minimiza o risco de desvios de conduta. Adicionalmente, adotamos o sistema de rodízio das tropas empregadas em determinado lugar. A renovação constante do contingente diminui a possibilidade de um dos nossos se envolver com bandidos.

Antes da tomada do Alemão era comum ver bandidos exibindo técnicas de tiro e combate aprendidas nos quartéis. Eram, principalmente, ex-paraquedistas... É muito difícil para nós impedir que alguém passe a ter conduta indesejável depois de sair da corporação. Temos um programa especialmente desenhado

para tentar coibir esse tipo de situação, que é o Soldado Cidadão. Com esse programa, procuramos abrir novas oportunidades de vida para quem já deu baixa. Mas vale lembrar que não é preciso ter sido soldado para conhecer armamentos e saber como usá-los. Hoje em dia alguém mais interessado pode aprender certas técnicas de combate armado no cinema, nos seriados de televisão e até nas novelas.

O que o mundo quer saber, no fundo, é se as forças de segurança brasileiras vão garantir a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada sem balas perdidas nem bandidos aterrorizando os visitantes. Essa é a situação ideal, e estamos em meio a um processo que nos levará até ela. A progressiva instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) reduziu muito o número de delitos, como roubo de carros e de residências. Essa melhora deu aos cariocas uma inédita sensação de segurança. O estado está presente nas ruas. Esse é o reflexo imediato. Quando vou ao Rio de Janeiro nos fins de semana, sinto como são reais os efeitos dessa mudança radical. Tenho um parente cuja empregada mora no Morro do Alemão. Ela está se sentindo segura e rindo de orelha a orelha. Duas lideranças de bairros vizinhos ao Complexo do Alemão e da Penha que ficaram de fora da primeira etapa da missão nos pediram que eles sejam incluídos nas novas fases da operação.

Que novos papéis as Forças Armadas precisam estar prontas para desempenhar? O Brasil é uma potência regional, com tendência a aumentar ainda mais a sua influência no mundo. À medida que a economia se torna mais forte e globalizada, cresce o valor da manutenção da paz. Quando olhamos para uma grande empresa nacional, com negócios em vários países, é natural que queiramos calcular quanto do valor dessa empresa depende da segurança que ela desfruta. Ao fazermos a conta, veremos que a estabilidade tem um valor econômico muito grande. Isso

“O Brasil desperta atenção externa de diversas naturezas. Algumas delas podem ser contrárias aos nossos interesses. É imperativo, portanto, dispor de uma força armada à altura da relevância do país”

em parte é provido pelas Forças Armadas. Também é preciso ponderar que, ao se tornar uma potência ainda mais expressiva no cenário mundial e ainda mais rica em recursos naturais, o Brasil desperta atenção externa de diversas naturezas. Algumas delas podem ser contrárias aos nossos interesses. É imperativo, portanto, dispor de uma força armada à altura da relevância do país.

Com tropas no Haiti e nas favelas do Rio de Janeiro, o Exército teve diminuída sua capacidade de rechaçar um improvável ataque externo? Não. No Rio de Janeiro, empregamos apenas cerca de 2.000 homens, parte ínfima do nosso efetivo. Entre oficiais, praças, profissionais e recrutas, o Exército tem um total de 190.000 homens e mulheres.

O Exército tem boa imagem entre os brasileiros? Em uma enquete recente feita pela Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, as Forças Armadas apareceram em primeiro lugar entre as instituições que mais inspiram confiança. Com 66% de respostas positivas, ganhamos até das grandes empresas e da Igreja Católica, que têm 54%. Quando vou ao Alemão, os meninos me abordam e dizem que querem

ser “pqd”, nosso jargão para designar os paraquedistas.

A grande publicidade dada às missões no Haiti e no Rio de Janeiro fez aumentar o número de jovens que querem vestir uniforme? É cedo para termos uma resposta definitiva a isso. Historicamente, é muito maior o número de pessoas querendo servir do que nossa capacidade de absorver a demanda. O serviço militar obrigatório leva cerca de 1,4 milhão de jovens anualmente ao alistamento. Destes, apenas cerca de 5%, ou 70.000, são incorporados. É um percentual muito pequeno.

Se existe uma seleção tão severa, não seria o caso de abolir o serviço militar obrigatório? O alistamento continuará sendo compulsório. Nós estamos buscando meios para conseguir um maior aproveitamento dos que se alistam com a ampliação da capacidade e dos núcleos de preparação de oficiais da reserva.

Qual o cenário ideal para o senhor quando o Exército abandonar os morros do Rio de Janeiro e der lugar às UPPs? Nossa maior gratificação é sermos lembrados como pessoas que ajudaram aquelas populações a se livrar de um grande problema. Na Itália, somos recordados até hoje nas cidades por onde passou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na II Guerra Mundial. Eu viajei por lá duas vezes e escutei relatos calorosos de pessoas que ouviram de seus pais histórias enaltecedoras para a FEB. Em Montese, localidade que foi libertada apenas por forças brasileiras, os alunos de uma escola cantam até hoje a música da FEB. Em português. Seria fantástico se produzíssemos no Rio de Janeiro um sentimento semelhante.

Os Estados Unidos mudaram a legislação recentemente para aceitar a presença de homossexuais assumidos nas Forças Armadas. O Brasil seguirá essa linha? Nós não temos homossexuais assumidos, mas não discriminamos as pessoas em razão de sua opção sexual. ■

ANEXO 5

03/02/2016

G1 - Obama nomeia primeiro gay assumido a liderar o Exército dos EUA - notícias em Mundo

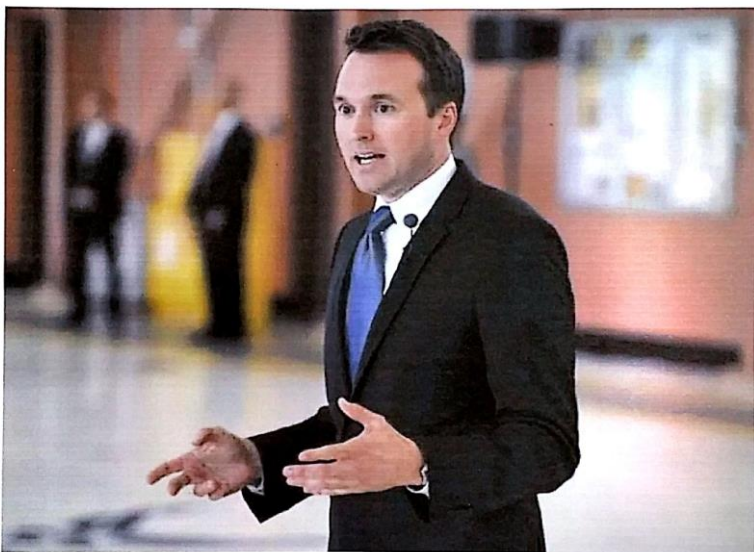
18/09/2015 21h17 - Atualizado em 18/09/2015 21h28

Obama nomeia primeiro gay assumido a liderar o Exército dos EUA

Pentágono atualizou política de oportunidades igualitárias em junho. Nomeação ainda deve ser confirmada pelo Senado norte-americano.

da Reuters

FACEBOOK



Eric Fanning é nomeado por Obama líder do Exército dos EUA; nomeação ainda deve ser confirmada pelo Senado norte-americano (Foto: REUTERS/Chris Muncy/Divulgação)

O presidente dos Estados Unidos, **Barack Obama**, nomeou Eric Fanning como próximo secretário do Exército, disse a **Casa Branca** nesta sexta-feira (18), abrindo caminho para a posse do primeiro homem assumidamente gay a liderar uma das Forças Armadas na história dos EUA.

Fanning ocupa atualmente o cargo de subsecretário do Exército e trabalhou anteriormente como subsecretário da Força Aérea e chefe de gabinete para o secretário de Defesa dos EUA, Ash Carter. Sua

03/02/2016

G1 - Obama nomeia primeiro gay assumido a liderar o Exército dos EUA - notícias em Mundo

nomeação para o posto deve ainda ser confirmada pelo Senado norte-americano.

"Eric traz muitos anos de experiência comprovada e liderança excepcional para seu novo cargo", disse Obama em um comunicado. "Estou confiante de que ele vai ajudar a liderar os soldados norte-americanos com distinção."

Grupos ativistas disseram que a nomeação de um homem abertamente gay para liderar uma das Forças Armadas representa um sinal significativo de progresso na proteção aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) que trabalham na maior força militar do mundo.

O Pentágono atualizou sua política de oportunidades igualitárias em junho de 2015 para proibir a discriminação baseada em orientação sexual, mudança anunciada por Carter durante uma celebração do orgulho gay e lésbico.

ANEXO 6

03/02/2016

G1 - Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web - notícias em São Paulo

29/09/2015 09h13 - Atualizado em 29/09/2015 13h35

Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web

Jovem recebeu ligações com ofensas logo depois de se alistar.
Exército Brasileiro disse que vai punir responsáveis pelo vazamento.

Glauco Araújo
Do G1 em São Paulo

FACEBOOK



Página de Marianna Lively no Facebook com desabafo feito pela adolescente sobre o caso (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

A adolescente transgênera Marianna Lively, 18 anos, teve duas fotos e todos os dados pessoais divulgados na internet instantes depois de fazer o alistamento na Junta de Serviço Militar em Quitaúna, em Osasco, na Grande São Paulo, na quarta-feira (23). Na ocasião, ela ainda tinha 17 anos. A jovem não usa o nome de registro desde os 15 anos e pediu à reportagem do G1 que fosse identificada pelo nome acima.

03/02/2016

G1 - Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web - notícias em São Paulo

saiba mais

Vítimas de pintor que escondia ossos eram homossexuais, segundo polícia

'Representei a dor que sentimos', diz transexual 'crucificada' na Parada Gay

Funk de SP desafia preconceitos e abre espaço para atrair o público gay

O Exército Brasileiro informou que "não discrimina qualquer pessoa em razão da raça, credo, orientação sexual ou outro parâmetro. O respeito ao indivíduo e à dignidade da pessoa humana, em todos os níveis, é condição imprescindível ao bom relacionamento de seus integrantes com a sociedade".

Ainda em nota, o Exército disse que "tem conhecimento do fato que envolveu a divulgação, sem autorização, das informações da pessoa em questão, durante o processo do Serviço Militar Obrigatório e já

instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para esclarecer o ocorrido e os envolvidos serão responsabilizados por suas ações, dentro do que prescreve a legislação vigente". Um Boletim de Ocorrência foi registrado na sexta-feira (25).

Por conta da divulgação das imagens e do endereço e telefones, Marianna disse que começou a receber inúmeras ligações, ora com elogios, ora com ofensas. "Cheguei para me alistar às 7h e saí às 7h30. Foi tudo rápido e fui embora sem ter sofrido preconceito algum. Mas quando chegou perto das 14h comecei a receber ligações de pessoas me procurando pelo meu nome de registro", disse ela.

[O capitão] pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e para eu trocar o número do celular. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos"

Marianna Lively

Marianna, que sempre teve apoio dos pais por ser transgênera, disse ao **G1** que sofreu preconceito na escola quando mais nova. "Todo transgênero tem suas fases. Quando ainda era homossexual, sofri muito problema na escola. Depois, no ensino médio, voltei a ter problemas com preconceito. Fazia curso técnico em logística e não consegui terminar o terceiro ano."

Logo que as ligações ofensivas começaram a se repetir, Marianna buscou o apoio de sua mãe. Juntas, decidiram que iriam ao quartel falar com o comandante sobre o ocorrido.

"Falamos com o capitão França. Ele pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e pediu para eu trocar o número

do celular para cessar as ligações. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos", disse ela.

O Exército disse que "não compactua com este tipo de procedimento e empenha-se, rigorosamente, para que eventuais desvios de conduta, sejam corrigidos, imediatamente, dentro dos limites da lei. O autor das fotos e o responsável pela divulgação das imagens e dos dados pessoais da jovem ainda não foram identificados."

03/02/2016

G1 - Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web - notícias em São Paulo

MINISTÉRIO DA DEFESA

166

CERTIFICADO DE ALISTAMENTO MILITAR

ESP: 02 CM: 04 V: 1

CPF: 04 022 274843 - 2

VALIDADE DO TALÃO: 31 | 12 | 2015

DATA DE NASCIMENTO: [redacted] MUNICÍPIO DE NASCIMENTO: SP

ENDEREÇO COMPLETO: [redacted]

PAIS: 2 [redacted] SEXO: M

ESTADO CIVIL: 1 Solteiro

PAI: [redacted]

MÃE: [redacted]

Marianna Lively teve sua ficha de alistamento no Exército Brasileiro divulgada na internet (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

Rotina alterada

Marianna afirmou que desde o ocorrido não fica mais na casa onde vivia com a mãe. "Estou com medo de que façam alguma coisa comigo. Estou ficando na casa de parentes."

Ela resolveu procurar a polícia depois que dois militares do Exército passaram na casa dela. "Eles falaram para minha mãe que queriam nos levar para o batalhão, mas não estava em casa e não fomos. Achei estranho", disse a jovem. Nesta segunda-feira (28), Marianna disse que um militar com a identificação no peito escrita "Gomes" passou em sua casa procurando por ela, mas perguntando: "Aqui mora o David?"

Aniversário sem festa

Marianna completou 18 anos neste domingo (27) e a data passou em branco. "Fazer festa de que jeito? Não tem como. Não fiz nada. Minha mãe está chocada."

A advogada Patricia Gorisch, presidente da Comissão Nacional de Direito Homoafetivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família, está acompanhando o caso da adolescente. "Ela foi fazer algo que é obrigatório, constrangedor por ser em um quartel, cumprir com o dever cívico dela, jurar a bandeira e logo depois que saiu do ambiente militar, começou a receber as mensagens. Isso é transfobia."

03/02/2016

G1 - Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web - notícias em São Paulo

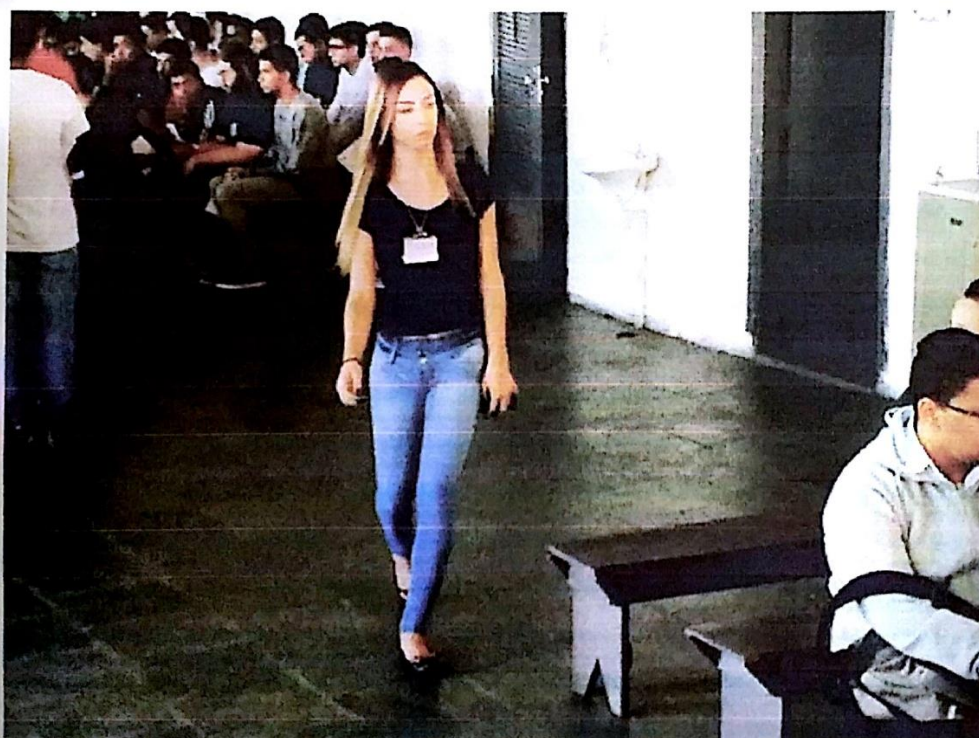
Patricia informou que vai registrar o caso no Exército Brasileiro para que seja apurado os crimes em termos militares.

Logo depois que saiu do ambiente militar, [Marianna] começou a receber as mensagens. Isso é transfobia"

Patricia Gorisch, advogada

"A internet não é terra de ninguém. Vamos fazer uma denúncia junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pois é importante que o governo se posicione sobre o caso. Houve crime militar, cível, desrespeito ao ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Há ainda o agravante da Lei 10.948/01, que pune administrativamente a transfobia, com penas bem fortes em termos financeiros. Quem compartilhar e distribuir ódio pela internet também

será punido", disse a advogada.



Marianna Lively foi fotografada enquanto fazia o alistamento no Exército Brasileiro (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

ANEXO 7

04/02/2016

G1 - Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera - notícias em São Paulo

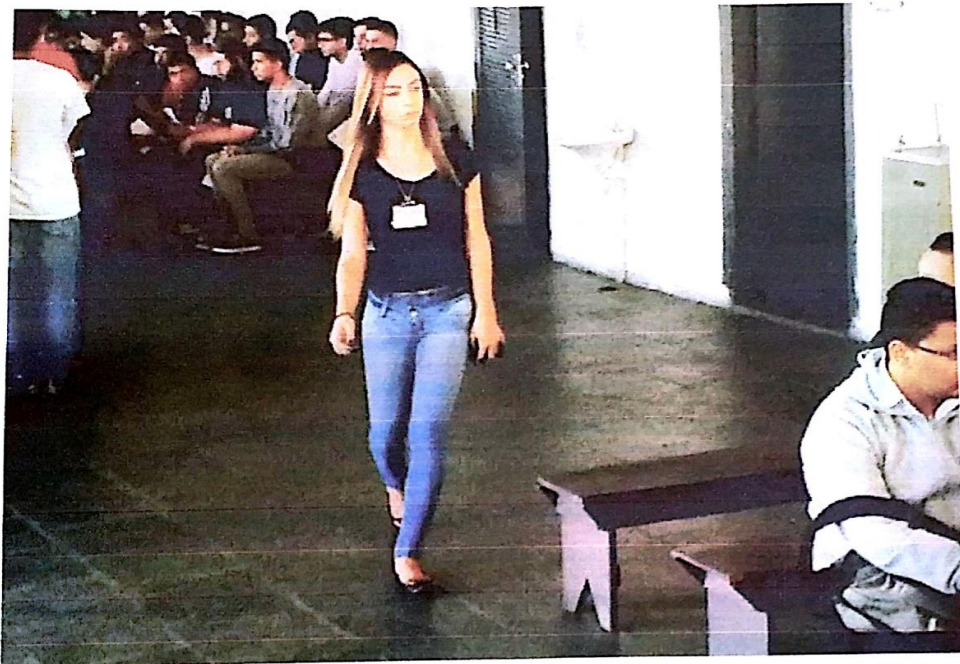
29/09/2015 13h03 - Atualizado em 29/09/2015 15h47

Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera

Adolescente teve ficha de alistamento obrigatório e fotos divulgados na web. Inquérito Policial Militar foi aberto e autores ainda não foram identificados.

Glauco Araújo
Do G1 em São Paulo

FACEBOOK



Marianna Lively foi fotografada enquanto fazia o alistamento no Exército Brasileiro (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

O Exército Brasileiro informou, nesta terça-feira (29), que instaurou Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar e punir os responsáveis pelo vazamento da ficha de alistamento obrigatório da adolescente transgênera Marianna Lively, 18 anos, na quarta-feira (23), em Osasco, na Grande São Paulo. Após a divulgação das fotos e dos dados pessoais da jovem, ela começou a receber ligações e mensagens ofensivas e a ter a casa "vigiada" por militares.

04/02/2016

G1 - Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera - notícias em São Paulo

A corporação divulgou, em nota, que "não discrimina qualquer pessoa em razão da raça, credo, orientação sexual ou outro parâmetro. O respeito ao indivíduo e à dignidade da pessoa humana, em todos os níveis, é condição imprescindível ao bom relacionamento de seus integrantes com a sociedade."

Ainda de acordo com o Exército, a corporação "tem conhecimento do fato que envolveu a divulgação, sem autorização, das informações da pessoa em questão, durante o processo do Serviço Militar Obrigatório e já instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para esclarecer o ocorrido e os envolvidos serão responsabilizados por suas ações, dentro do que prescreve a legislação vigente". Um Boletim de Ocorrência foi registrado na sexta-feira (25).

Na ocasião em que as fotos e os dados da jovem foram postadas na internet por militares, ela ainda tinha 17 anos. A jovem não usa o nome de registro desde os 15 anos e pediu à reportagem do **G1** que fosse identificada pelo nome acima.

Marianna Lively teve sua ficha de alistamento no Exército Brasileiro divulgada na internet (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

saiba mais

Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web

Por conta da divulgação das imagens e do endereço e telefones, Marianna disse que começou a receber inúmeras ligações, ora com elogios, ora com ofensas. "Cheguei para me alistar às 7h e saí às 7h30. Foi tudo

04/02/2016

G1 - Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera - notícias em São Paulo

Vítimas de pintor que escondia ossos eram homossexuais, segundo polícia

'Representei a dor que sentimos', diz transexual 'crucificada' na Parada Gay

Funk de SP desafia preconceitos e abre espaço para atrair o público gay

rápido e fui embora sem ter sofrido preconceito algum. Mas quando chegou perto das 14h comecei a receber ligações de pessoas me procurando pelo meu nome de registro", disse ela.

A advogada Patricia Gorisch, presidente da Comissão Nacional de Direito Homoafetivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família, está acompanhando o caso da adolescente. "Ela foi fazer algo que é obrigatório,

constrangedor por ser em um quartel, cumprir com o dever cívico dela, jurar a bandeira e logo depois que saiu do ambiente militar, começou a receber as mensagens. Isso é transfobia."

Patricia informou que vai formalizar o registro do caso no Exército Brasileiro nesta terça-feira para que sejam apurados os crimes em termos militares.

Apoio da família

Marianna, que sempre teve apoio dos pais por ser transgênera, disse ao G1 que sofreu preconceito na escola quando mais nova. "Todo transgênero tem suas fases. Quando ainda era homossexual, sofri muito problema na escola. Depois, no ensino médio, voltei a ter problemas com preconceito. Fazia curso técnico em logística e não consegui terminar o terceiro ano."

Logo que as ligações ofensivas começaram a se repetir, Marianna buscou o apoio de sua mãe. Juntas, decidiram que iriam ao quartel falar com o comandante sobre o ocorrido.

[O capitão] pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e para eu trocar o número do celular. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos"

Marianna Lively

"Falamos com o capitão França. Ele pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e pediu para eu trocar o número

do celular para cessar as ligações. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos", disse ela.

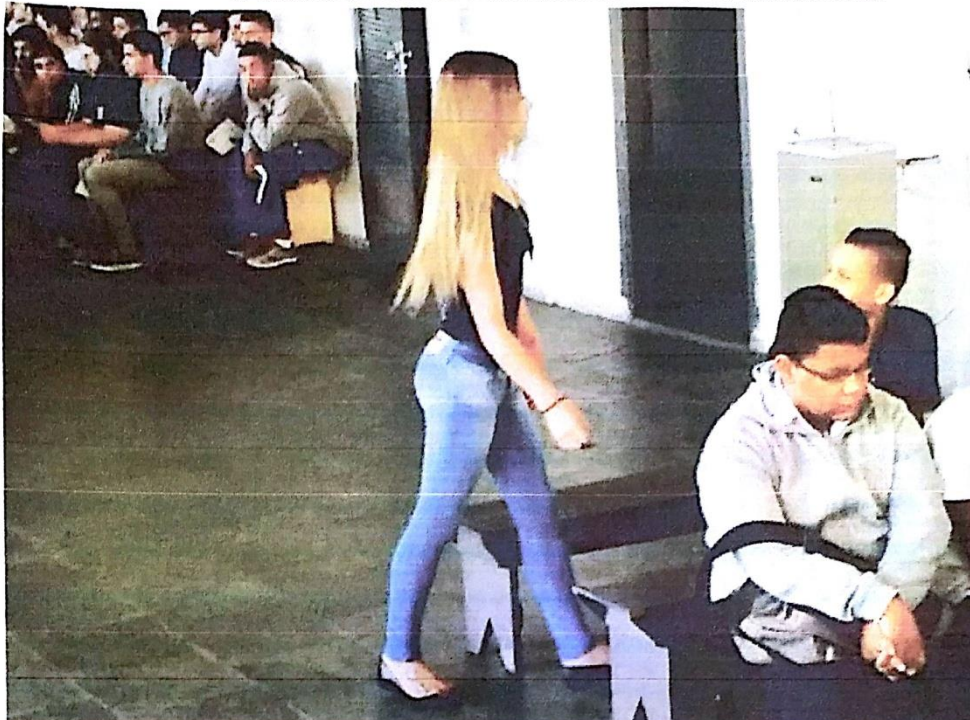
O Exército disse que "não compactua com este tipo de procedimento e empenha-se, rigorosamente, para que eventuais desvios de conduta, sejam corrigidos, imediatamente, dentro dos limites da lei. O autor das fotos e o responsável pela divulgação das imagens e dos dados pessoais da jovem ainda não foram identificados."

Rotina alterada

Marianna afirmou que desde o ocorrido não fica mais na casa onde vivia com a mãe. "Estou com medo de que façam alguma coisa comigo. Estou ficando na casa de parentes."

04/02/2016

G1 - Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera - notícias em São Paulo



Marianna Lively foi fotografada enquanto fazia o alistamento no Exército Brasileiro (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

Ela resolveu procurar a polícia depois que dois militares do Exército passaram na casa dela. "Eles falaram para minha mãe que queriam nos levar para o batalhão, mas não estava em casa e não fomos. Achei estranho", disse a jovem. Nesta segunda-feira (28), Marianna disse que um militar com a identificação no peito escrita "Gomes" passou em sua casa procurando por ela, mas perguntando: "Aqui mora o David?"

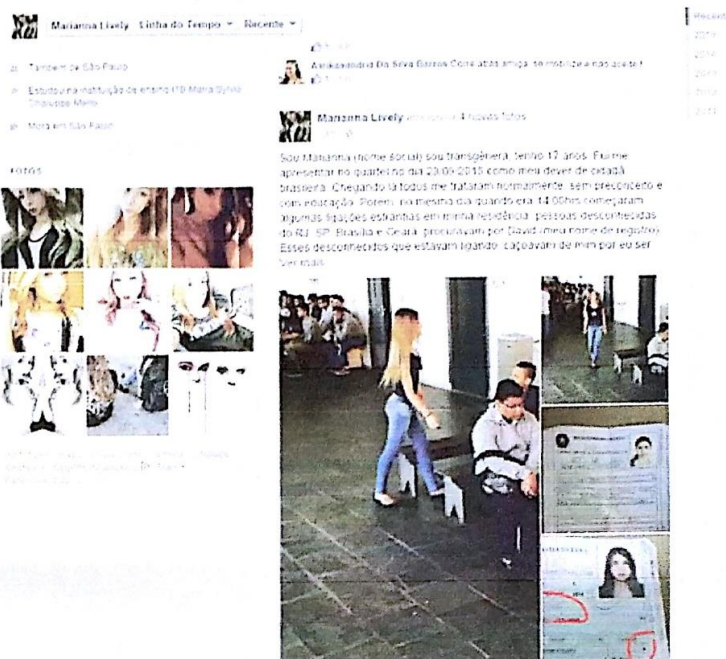
Aniversário sem festa

Marianna completou 18 anos neste domingo (27) e a data passou em branco. "Fazer festa de que jeito? Não tem como. Não fiz nada. Minha mãe está chocada."

"A internet não é terra de ninguém. Vamos fazer uma denúncia junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pois é importante que o governo se posicione sobre o caso. Houve crime militar, cível, desrespeito ao ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Há ainda o agravante da Lei 10.948/01, que pune administrativamente a transfobia, com penas bem fortes em termos financeiros. Quem compartilhar e distribuir ódio pela internet também será punido", disse a advogada.

04/02/2016

G1 - Exército diz que vai punir autor de vazamentos de dados de transgênera - notícias em São Paulo



Página de Marianna Lively no Facebook com desabafo feito pela adolescente sobre o caso (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

Logo depois que saiu do ambiente militar, [Marianna] começou a receber as mensagens. Isso é transfobia"

Patricia Gorisch, advogada

ANEXO 8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
GABINETE DO COMANDANTE
(GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA)**

**DIEx nº 711-A2.3/A2/GabCmtEx - CIRCULAR
EB: 64536.024005/2015-57**

Brasília, DF, 13 de outubro de 2015.

Do Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

Ao Sr Chefe do Estado-Maior do CMA, CML, CMN, CMNE, CMO, CMS e CMSE; e
Comandante Militar do Planalto

Assunto: direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram o
efetivo de pessoal do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares

Anexo: Parecer nº 959/2013/CONJUR/MD, de 17 DEZ 13 (5 Fl)

1. Informo a V Exa que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 132-RJ e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 4.277-DF, decidiu pela obrigatoriedade do reconhecimento, como entidade familiar, da união de pessoas do mesmo sexo, desde que atendidos os mesmos requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher.

2. O Ministério da Defesa, por intermédio do Parecer nº 959/2013/CONJUR/MD, de 17 DEZ 13, pronunciou-se sobre o tema, firmando o entendimento de que a supramencionada decisão do STF garante a plenitude dos direitos decorrentes do art. 1.723 do Código Civil às relações homoafetivas no âmbito daquele Ministério, bem como dos Comandos das Forças Singulares, independentemente da edição de regulamentos.

3. Do exposto, encaminho a V Exa o Parecer anexo, para conhecimento e adoção das medidas decorrentes, com divulgação às OM subordinadas a esse G Cmdo.

Por ordem do Comandante do Exército.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA DEFESA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS NORMATIVOS

Min. Defesa
Fls. 59
R. G.
CONJUR

PARECER Nº 959 /2013/CONJUR/MD

PROCESSOS N.º 60532.000273/2013-09 e N.º 60010.000350/2013-10

INTERESSADO: Departamento de Organização e Legislação

ASSUNTO: Minuta de Portaria Normativa que assegura os direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram seu efetivo de pessoal ativo e inativo do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares.

I. Código CGU Gestão 26.1: Manifestação jurídica sobre minuta de ato normativo editado por Ministro de Estado ou demais autoridades internas.

II. Minuta de Portaria Normativa. Afirmação dos direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram o efetivo de pessoal ativo e inativo do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares.

III. Inviabilidade jurídica da medida.

Senhor Consultor Jurídico *Substituto*,

1. Cuida-se de minuta de Portaria Normativa (em anexo) que assegura os direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram o efetivo de pessoal ativo e inativo do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares.

2. Em suma, a minuta visa estender os direitos afetos às relações heteroafetivas às homoafetivas, nos termos das decisões do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132-RJ e na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.277-DF.

3. Como relato da tramitação dos autos, cumpre dizer que a demanda teve início com o Despacho nº 120/SG/SEORI/DEORG/DILEG (fl. 02), de 22 de agosto de 2013, do Departamento de Organização e Legislação – DEORG, que submeteu a minuta de portaria normativa às manifestações dos Comandos das Forças Singulares, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPED).

4. A Marinha do Brasil se manifestou por meio do Ofício nº 60-254/MD-MB (fl. 27), de 11 de setembro de 2013, não oferecendo óbice à aprovação da minuta.